

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

COGENES FELIPE SILVA DE LIRA

**VAZA JATO E FARRA DAS DIÁRIAS: rastros das redes sociais
digitais nas reportagens investigativas do The Intercept Brasil e
Paraíba Já**

**JOÃO PESSOA – PB
2023**

COGENES FELIPE SILVA DE LIRA

VAZA JATO E FARRA DAS DIÁRIAS: rastros das redes sociais digitais nas reportagens investigativas do The Intercept Brasil e Paraíba Já

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPJ), do Centro de Comunicações, Turismo e Artes da Universidade Federal da Paraíba (CCTA/UFPB), como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Jornalismo.

Orientador: Dr. Laerte José Cerqueira da Silva

**JOÃO PESSOA – PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768v Lira, Cogenes Felipe Silva de.

Vaza jato e farra das diárias : rastros das redes sociais digitais nas reportagens investigativas do the intercept Brasil e Paraíba já / Cogenes Felipe Silva de Lira. - João Pessoa, 2023.

145 f. : il.

Orientação: Laerte José Cerqueira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo investigativo. 2. Rastros digitais. 3. Jornalismo digital. 4. Redes sociais digitais. I. Silva, Laerte José Cerqueira da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 070.1(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2023, às 14 horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet®, em sessão pública, Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) **COGENES FELIPE SILVA DE LIRA**, sob a matrícula **20211006298**, cuja pesquisa intitula-se “**VAZA JATO E FARRA DAS DIÁRIAS: rastros das redes sociais digitais nas reportagens investigativas do The Intercept Brasil e Paraíba Já**”, para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

AVALIAÇÃO:

(X) Aprovado(a) () Reprovado(a) () Insuficiente

As observações sobre o trabalho acadêmico encontram-se no verso desta ata.

COMISSÃO EXAMINADORA:



Documento assinado digitalmente
LAERTE JOSE CERQUEIRA DA SILVA
Data: 06/09/2023 15:33:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Laerte José Cerqueira da Silva
Presidente

Prof(a). Dr(a). Luís Augusto de Carvalho Mendes
Examinador(a) Interno(a)



Documento assinado digitalmente
ELANE GOMES DA SILVA OLIVEIRA
Data: 07/09/2023 15:36:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Elane Gomes da Silva Oliveira
Examinador(a) Externo(a) ao Programa



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OBSERVAÇÕES: O aluno foi APROVADO, com indicação dos examinadores e orientador para fazer ajustes no resumo, tirar repetições de ideias em parte do texto e, na análise, identificar com mais clareza, por meio de categorias, os rastros digitais propostos.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente



LAERTE JOSE CERQUEIRA DA SILVA

Data: 06/09/2023 15:33:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Laerte José Cerqueira da Silva
Presidente

Prof(a). Dr(a). Luís Augusto de Carvalho Mendes
Examinador(a) Interno(a)

Documento assinado digitalmente



ELANE GOMES DA SILVA OLIVEIRA

Data: 07/09/2023 15:36:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Elane Gomes da Silva Oliveira
Examinador(a) Externo(a) ao Programa

Dedico este trabalho aos maiores amores da minha vida, minhas filhas Athena e Maya. Uma dedicatória especial à minha esposa, Stefanne Bezerra. E aos meus pais, Valdetina Rocha Silva e Diogenes Alves de Lira.

AGRADECIMENTOS

É importante reconhecer o papel do outro nesta pesquisa e na vida. Agradeço, primeiramente, a Deus e ao universo por toda capacidade, condução e glórias durante minha existência.

Um agradecimento repleto de amor e gratidão às minhas filhas, Athena e Maya, que são meu norte de vida e a personificação do maior sentimento que existe. São elas que me impulsionam a buscar sempre o melhor de mim e crescer a cada dia.

À minha esposa, Stefanne Bezerra, companheira de lutas e sonhos, que me proporciona possibilidades de conquistas como esta, e me cuida, com amor e afeto, de forma esplendorosa. Gratidão enorme por ser fonte de incentivo, insistir nos conselhos para seguir na missão acadêmica e por caminhar ao meu lado.

Agradecimento especial àqueles que aqui também represento na obtenção do grau de mestre, meus pais Valdetina Rocha Silva e Diogenes Alves de Lira. Meus incentivadores de uma vida inteira, que me ensinaram que a educação é libertadora e transformadora. O sertanejo e a ex-doméstica agora também são mestres.

Meus especiais agradecimentos ao professor orientador, e acima de tudo amigo, Laerte Cerqueira, por todo apoio na caminhada acadêmica e na trajetória profissional. Grato por todo suporte, principalmente nos momentos de infortúnio e adversidades.

Agradeço também aos amigos de turma, personificados nesta mensagem em Iago Sarinho, Philippe Araújo e Mikaely Batista, pelo companheirismo e troca de experiências.

Aos amigos que fazem parte da minha vida e me apoiaram na trajetória acadêmica do mestrado, por toda palavra de incentivo e vigor. Em especial, Edilane Ferreira e Fábio Cabral Bernardo, parceiros de vida, profissão e luta diária.

Meus sinceros agradecimentos ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPJ), da Universidade Federal da Paraíba, pelo conhecimento transmitido, debates e experiências acadêmicas proporcionadas. Gratidão pela evolução adquirida através dos saberes de cada professor.

Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá.

Ayrton Senna

RESUMO

Este trabalho disserta sobre os resultados da pesquisa sobre como os rastros digitais proporcionam elementos de prova para serem utilizados pelo Jornalismo Investigativo. É um estudo que analisa como rastros em redes sociais digitais se tornam elementos para construção de reportagens investigativas, a partir de observações nos portais The Intercept Brasil e Paraíba Já. Uma publicação em uma rede social digital pode ser uma prova jornalística? É possível basear reportagens investigativas em publicações online? Qual o processo de cruzamento de dados para tornar um *post* um elemento de prova? Essas e outras questões norteiam esta pesquisa, que busca identificar formas de apuração, métodos e utilização de rastros digitais para subsidiar a produção jornalística investigativa. Nosso intuito foi compreender os novos caminhos para investigações aplicadas pelos jornalistas, sobretudo no jornalismo digital. Partimos da análise de conteúdo das séries de reportagens 'Vaza Jato' e 'Farra das Diárias', identificamos as formas de apuração dos dados, com objetivo de apontar como os rastros digitais se tornaram meio de prova, além de buscar entender a prática de utilização e filtragem das informações disponibilizadas em perfis na internet. Com objetivo de entender o processo de apuração realizamos entrevista semiestruturada com a equipe de um dos veículos analisados. Com nossos resultados, categorizamos os elementos de prova que subsidiaram as reportagens, para entender como são capturadas e utilizadas nas produções jornalísticas. A partir disso, defendemos uma nova compreensão do que podemos classificar de "prova jornalística", compreendendo que as publicações em redes sociais digitais alcançam um *status* de documento, proporcionando uma ressignificação no método de apuração, comprovação e produção do Jornalismo Investigativo.

Palavras-chave: Jornalismo Investigativo, Jornalismo digital, Rastros digitais, Redes sociais digitais.

ABSTRACT

This work discusses the results of research on how digital traces provide evidence to be used by Investigative Journalism. It is a study that analyzes how traces on digital social networks become elements for the construction of investigative reports, based on observations on the portals The Intercept Brasil and Paraíba Já. Can a publication on a digital social network be journalistic evidence? Is it possible to base investigative reporting on online publications? What is the data crossing process to make a post an element of evidence? These and other questions guide this research, which seeks to identify forms of investigation, methods and use of digital traces to support investigative journalistic production. Our aim was to understand the new paths for investigations applied by journalists, especially in digital journalism. We started from the content analysis of the series of reports 'Vaza Jato' and 'Farras das Diárias', we identified the ways of investigating the data, with the aim of pointing out how digital traces became a means of evidence, in addition to seeking to understand the practice of using and filtering information made available on internet profiles. In order to understand the investigation process, we carried out a semi-structured interview with the team of one of the vehicles analyzed. With our results, we categorized the evidence that supported the reports, to understand how they are captured and used in journalistic productions. From this, we defend a new understanding of what we can classify as "journalistic evidence", understanding that publications on digital social networks reach the status of documents, providing a new meaning in the method of investigation, proof and production of Investigative Journalism.

Key words: Investigative journalism, Digital journalism, Digital social networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	99
Figura 2. Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	101
Figura 3. Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	105
Figura 4. Post de Deltan Dallagnol no Facebook.....	106
Figura 5. Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	108
Figura 6. Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	109
Figura 7. Post de um vereador de Conde.....	118
Figura 8. Post de um vereador de Conde.....	119
Figura 9. Post de uma familiar do vereador de Santa Rita.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Reportagens analisadas no site Paraíba Já	64
Tabela 2. Reportagens analisadas no site do The Intercept Brasil	64
Tabela 3. Rastros digitais na Vaza Jato	78
Tabela 4. Reportagens listadas na aba “As mensagens secretas da Vaza Jato” no site do The Intercept Brasil	94
Tabela 5. Categorias dos rastros digitais na Vaza Jato	112
Tabela 6. Rastros digitais na Farra das Diárias	114
Tabela 7. Categorias dos rastros digitais na Farra das Diárias	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2. PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO.....	16
2.1 Função social do jornalismo.....	17
2.2 Teoria da Responsabilidade Social.....	22
2.3 O cão de guarda.....	24
2.4 Jornalismo Investigativo.....	27
3. JORNALISMO DIGITAL E DE DADOS.....	34
3.1 Jornalismo digital.....	34
3.1.2 Webjornalismo, ciberjornalismo e jornalismo online.....	39
3.2 Jornalismo de dados.....	41
3.3 Redes sociais digitais e seus rastros.....	49
3.3.1 Telegram.....	54
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	58
4.1 Análise bibliográfica.....	59
4.2 Pesquisa documental.....	61
4.3 Entrevistas semiestruturadas.....	67
4.4 Análise das reportagens e dos resultados das entrevistas.....	70
5. RESULTADOS.....	74
5.1 Vaza Jato.....	75
5.1.1 A gênese da Vaza Jato.....	79
5.1.2 A produção.....	81
5.1.3 Análise da Vaza Jato.....	93
Figura 1 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	99
Figura 2 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	100
Figura 3 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	104
Figura 4 - Post de Deltan Dallagnol no Facebook.....	105
Figura 5 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	107
Figura 6 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato.....	108
5.2 Farra das Diárias.....	111
5.2.1 Pré-produção.....	113
5.2.2 Produção e análise da Farra das Diárias.....	115
Figura 7 - Post de um vereador de Conde.....	117
Figura 8 - Post de um vereador de Conde.....	118
Figura 9 - Post de uma familiar do vereador de Santa Rita.....	120
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
7. REFERÊNCIAS.....	133

INTRODUÇÃO

O jornalismo no Brasil passa por uma crise, que envolve identidade, objetivo e rumo, aprofundada por fatores que envolvem suas estruturas, como a queda de receitas publicitárias, juntamente com o avanço acelerado das novas tecnologias e, ao mesmo tempo, o enxugamento cada vez maior das redações. A atividade jornalística está em constante instabilidade (LOPES, 2011).

Posto em xeque, principalmente por figuras políticas e detentoras de poder, a própria área jornalística também se colocou neste cenário negativo. Em um aspecto macro, o jornalismo ficou preso em um newsmaking enfadonho, numa espiral declaratória, praticando um jornalismo que apenas reproduz, e não questiona, não investiga, não fiscaliza nem denuncia. O jornalismo se tornou refém de sua própria inércia. Vivemos a crise do jornalismo declaratório, como afirma a editora executiva do projeto argentino Chequeado, especializado em checagem de fatos. Ou como conceitua McChesney (2013), o período do "jornalismo de retrospectiva" (tradução nossa), que também faz analogia ao jornalismo baseado em declarações.

Esse processo veio junto da ressignificação do jornalismo e da evolução dos meios que propagam a informação. Os avanços tecnológicos que incidem no jornalismo digital tornaram a busca frenética por conteúdos cada vez mais instantâneos e imediatos. Isso traz problemáticas ao jornalismo, em suas diversas áreas, entre elas, o Jornalismo Investigativo.

O poder dessa informação veloz afeta Estado e sociedade. O século XXI colocou em xeque alguns pilares do jornalismo. As transformações tecnológicas, somadas ao ritmo acelerado da troca de informações frente à facilidade de acessá-las, levou teóricos, profissionais de mercado e empresas de comunicação a pensarem novos modelos de negócio para o jornalismo (ROCHA; SILVA, 2014, p. 16).

Capaz de romper as amarras diárias das pautas e produzir efeitos junto à sociedade, remetendo a teoria do Quarto Poder, o Jornalismo Investigativo pode se destacar como válvula propulsora de novos rumos para o jornalismo. A especificidade da área de Jornalismo Investigativo tem relação com suas características distintas das publicações cotidianas, demandando um tempo maior de produção, recursos, checagem profunda, interpretação de dados e fatos, produções gráficas ou audiovisuais, entrevistas com fontes especializadas e

personagens, todas essas etapas tendo como intuito a oferta de um produto jornalístico de qualidade.

Conforme Lage (2004), apesar de reportagem pressupor apuração e investigação, a denominação “Jornalismo Investigativo” se tornou constante na bibliografia sobre o assunto. De uma maneira sintética, é possível entender o Jornalismo Investigativo como uma forma de reportagem extensa que exige longo tempo de trabalho na apuração das informações por parte dos repórteres.

No país, um dos grandes fenômenos do Jornalismo Investigativo nos idos atuais foi a série de reportagens intitulada ‘Vaza Jato’, publicada pelo site de jornalismo *The Intercept Brasil* (TIB), baseada num material obtido em conversas privadas do aplicativo de troca de mensagens Telegram, envolvendo várias figuras do Poder Judiciário, Ministério Público, políticos, empresários e até jornalistas. Com conteúdo obtido, segundo o TIB, por fonte anônima e, possivelmente, de forma ilegal, as publicações da série mostraram indícios de conluio entre o então juiz federal Sérgio Moro e os investigadores na Operação Lava Jato.

A Paraíba se mostra praticamente obsoleta (Machado, 2020) com relação à produção de Jornalismo Investigativo. Uma deficiência que perpassa por um contexto amplo e específico, como déficit estrutural, relações políticas, pressões econômicas e enxugamentos das redações. Tomada por um jornalismo de comunidade, difundido pelas principais emissoras de televisão no estado, e historicamente tendo como principal porta do jornalismo a cobertura política, a investigação, que não é uma área forte, foi se esvaindo da prática jornalística na região.

Um dos episódios recentes de destaque no Jornalismo Investigativo local trata-se da série ‘Farra das Diárias’, produzida no ano de 2019 pelo portal *Paraíba Já*. Nela revelou-se o caso onde há suspeita da realização de eventos falsos para gerar a possível apropriação indébita de recursos públicos. Algumas das reportagens que integram a série foram produzidas, diretamente, a partir das análises de dados retirados dos perfis em redes sociais de internet dos vereadores envolvidos no caso ou de seus familiares. A partir dessa investigação, foi possível apontar outros indícios de suposto peculato e falsidade ideológica.

Na era digital, no auge dos *millennials* e da internet das coisas, os indivíduos facilmente deixam rastros na rede. Rastro esse que remete a uma temática da psicologia, o narcisismo. Segundo Freud (1916 [1914]), o narcisismo refere-se a

uma proteção do aparelho psíquico, promovendo uma integração da imagem corporal de forma tal que o sujeito pode passar a investir libido no próprio corpo, analisando suas dimensões e proporções e descobrindo sua identidade.

O sujeito transforma seus desejos em imagens, alcançando relações que são sustentadas narcisicamente, ou seja, a partir da exposição e do reconhecimento. É possível falar de uma forma de existência que se pode intitular de narcisismo, visto que nesse contexto o sujeito busca relacionar-se com o outro de forma superficial, buscando satisfazer o próprio ego (KALLAS, 2016).

Para Lorenz (2014), frente à disponibilização crescente de informações na internet, é primordial que o jornalista saiba encontrar dados e fazer suas conexões, indo além do que está visível na rede e trazendo ao leitor informações úteis para um maior entendimento contextual e crítico. Cabe ao profissional imergir nos labirintos da rede em busca dessas informações.

Neste contexto, esta pesquisa pretende compreender como as redes sociais são espaços que permitem o processo de investigação para o repórter, analisando como essas plataformas auxiliam os jornalistas, através da apropriação das informações publicadas e tomadas como prova, nos atos de apuração e produção de reportagens investigativas. Além de identificar padrões de utilização dessas plataformas, a pesquisa busca propor um modelo que visa auxiliar as redações jornalísticas no uso das redes sociais digitais para extração de dados para subsidiar reportagens.

Exemplares desta produção, que uso também como parte do *corpus* desta pesquisa, são as séries “Pra onde foi a grana?” e “Farra das Diárias”, produzida pelo portal *Paraíba Já*. Tais conteúdos jornalísticos foram tema de artigo apresentado no VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2020.

As reportagens foram preponderantes para investigações dos Ministérios Públicos da Paraíba e do Rio Grande do Sul, e resultaram nas prisões de vereadores, recomendações para suspensão de matrículas em cursos e diárias pagas sem controle com erário público, além de subsidiar textualmente as peças investigativas remetidas à Justiça na Paraíba.

Para Kerlinger (1980, p. 35,) problema "é uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução". De acordo com Gil (1999, p. 49), problema é "qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio de conhecimento".

Portanto, nesta pesquisa nosso problema é: como os rastros digitais deixados nas redes sociais, de pessoas públicas ou comuns, podem servir como elementos de prova em reportagens investigativas?

O objetivo geral é compreender como as redes sociais se tornam espaços que permitem o processo de investigação e a construção de reportagens investigativas. Nos objetivos específicos iremos analisar como rastros deixados nessas plataformas podem auxiliar os jornalistas nos atos de apuração e produção de conteúdo jornalístico investigativo e também identificar padrões de utilização dessas plataformas em reportagens investigativas do portal *Paraíba Já* e *The Intercept Brasil*.

A partir do entendimento de como as informações são publicadas na rede e se tornam dados para reportagens, pretendemos analisar os processos de apuração, critério de noticiabilidade e demais procedimentos inerentes ao Jornalismo Investigativo no tratamento dessas informações disponibilizadas nas redes sociais digitais.

Defende-se a hipótese que a hiperexposição da sociedade cria registros, dos quais publicações são ressignificadas como documentos. São essas informações documentais que proporcionam aos jornalistas um novo caminho para as investigações jornalísticas.

Portanto, as redes sociais digitais se tornaram espaços de documentação, onde as informações publicadas podem ser usadas para contradição de investigados, denunciados, suspeitos, personagens centrais de uma pauta, bem como servirem de provas dentro do âmbito jornalístico que ratificam as reportagens. Frente à disponibilização crescente de informações na internet, é essencial que o jornalista saiba encontrar dados, tendo novos caminhos para investigação, e interpretá-los, dando um entendimento contextual e crítico ao público.

Para compreender esse fenômeno e identificar respostas, obtendo uma abordagem focada no passo a passo do processo integral, utilizamos uma metodologia que teve as seguintes etapas: análise bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada e análise das reportagens e resultados da entrevista.

A dissertação está dividida em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução, dois capítulos de fundamentação teórica, o capítulo abordando os procedimentos

metodológicos, a análise e apresentação dos resultados, e por fim as considerações finais.

O Capítulo 2 aborda o papel social do jornalismo, onde são dissertados conceitos, características e contemporaneidade do tema. É necessário apresentar o jornalismo como forma de atividade que traz retornos sociais para o meio em que está inserido. Como Melo (2012), que afirma que jornalismo e cidadania são conceitos que se "abraçam".

O Capítulo 3 é embasado na definição de jornalismo digital e de dados, classificações do jornalismo que se atualizam rapidamente e impactaram o setor jornalístico. Além de serem o meio onde estão inseridos os veículos que integram o corpus desta dissertação. São exploradas as taxonomias, definições e amplitudes do campo, além de suas execuções atualmente.

No Capítulo 4 trazemos o percurso metodológico utilizado para construção da pesquisa. Nele são apresentados técnicas da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise de conteúdo e entrevista semiestruturada.

Os resultados da pesquisa são apresentados no Capítulo 5, onde exploramos a análise do corpus para responder a hipótese que provoca o estudo. As reportagens analisadas são atreladas a uma conceituação de Jornalismo Investigativo, a partir das explicações dos caminhos para os conteúdos publicados em redes sociais digitais serem usados como meios de provas em reportagens investigativas.

Para finalizar, o Capítulo 6 traz as considerações finais da pesquisa, a partir da bagagem bibliográfica e analítica, além de serem observadas as complicações enfrentadas no decorrer da investigação acadêmica.

2. PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO

Nunca se comunicou tão rápido e para um público tão grande como atualmente. Os avanços tecnológicos possibilitaram ampliações na cobertura jornalística, como também passaram a ditar a velocidade e o método da produção de conteúdo por parte dos jornalistas. Alterou-se diversas camadas da personalidade profissional de um jornalista, conseqüentemente do jornalismo. Os fatos e acontecimentos são transmitidos no momento em que acontecem, influenciando decisões econômicas, políticas e sociais.

Por sua penetração, velocidade e coexistência, a mídia é a maior fornecedora de símbolos que subsidiam a construção da visão que os indivíduos têm do mundo. No livro *A Mídia e a Modernidade*, John B. Thompson diz que a mídia criou a *mundanidade mediada*: “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (THOMPSON, 2002).

Freitas (2006) aponta que atualmente o jornalista trabalha sobre a pressão do tempo e da concorrência, portanto, é cobrado a todo o momento por resultados, o que acaba por interferir na qualidade do jornalismo. Garcia Márquez (2006) levanta críticas da formação cultural do profissional do jornalismo e alerta para a mudança da prática dessa profissão das últimas décadas que foi alterada com os avanços tecnológicos.

O desenvolvimento das tecnologias está alterando o jornalismo, suas práticas e consumo, por um público que tenta avaliar a credibilidade de informações que lhe são oferecidas em quantidades cada vez maiores e por diversas fontes. (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2013, p. 7)

Porém, apesar desse processo, aspectos da profissão não devem ser colocados em detrimento desta conduta do desenvolvimento da atividade. Ética, apuração, compromisso com a verdade e responsabilidade social são itens preponderantes para boa prática do jornalismo.

Traquina (2005) pergunta “qual o papel do jornalismo numa sociedade democrática?”.

O jornalismo tem por objetivo informar, educar, entreter e promover a transparência. Também desempenha um papel fundamental na divulgação de informações precisas e verificadas, garantindo que os cidadãos tenham acesso a notícias confiáveis e fundamentadas. Além disso, o ofício tem a responsabilidade de

fiscalizar o poder, denunciar abusos, dar voz a grupos marginalizados e contribuir para a formação de uma opinião pública informada e participativa. Ao exercer sua função social, o jornalismo fortalece a democracia, combate a desinformação e possibilita a construção de uma sociedade mais justa e transparente.

2.1 Função social do jornalismo

Como afirma Melo (2012), jornalismo e cidadania são conceitos interligados historicamente. E o jornalismo como uma atividade das ciências humanas deve estar sintonizado com a cidadania, civilidade e democracia.

O ato de produzir notícias vem se especializando ao longo do tempo. Desde o primeiro jornal em circulação, datado de 1609, até os sites e perfis em redes sociais digitais dos dias atuais, houve um avanço de técnica, tecnologia e financiamento, para detalhar apenas alguns elementos deste contexto. E o papel social do jornalismo se construiu na busca da ética e a favor da democracia.

Por décadas o jornalista teve o poder de decisão de tornar público ou não determinados fatos, informações ou dados, tendo para si a responsabilidade de restringir ou divulgar acesso de informações para grande parte da população. Surge dessa responsabilidade na transmissão da informação um elo dos conceitos de jornalismo e cidadania. Garcia Márquez (2006) define como essencial para exercer a profissão três pontos: aptidão, vocação e ética.

O jornalista não pode esquecer seu papel e sua importância, peças fundamentais em termos de construção da cidadania, uma vez que é responsável pela transmissão de informações e a ideia de cidadania está subordinada à informação. (LOPES, PROENÇA, 2003, p. 133)

O jornalista tem como papel social servir a população com informações relevantes e verdadeiras que auxiliem em melhorias para a sociedade. Sendo o papel do jornalista, formar opiniões, conscientizar a população, oferecer à sociedade conhecimento e informações úteis em benefício das pessoas, além de contribuir para o crescimento individual, profissional e social do cidadão (MADRUGA E LUDWIG, 2018).

Nos primórdios da atividade os jornais possuíam somente pequenos investimentos na produção e um baixo número de funcionários para atuar nas redações. A revolução industrial impacta o jornalismo, principalmente em investimentos e tecnologias, e o guia justamente para a luta pela democracia. Como

afirmam Giordano e Bozz (2019, p. 3), é “nesse cenário que o jornalismo passa a ter o espaço que se observa nos dias de hoje. Seu papel social se construiu de modo a consolidar-se em direção à ética e à democracia”.

Cabe ao jornalista a missão de preservar fundamentos essenciais, como compromisso com a verdade, lealdade com o público, checagem de informações e dever social, para que as notícias não sejam apenas um apanhado de histórias que apelem aos impulsos irracionais ou à curiosidade dos leitores/espectadores.

Kovach e Rosenstiel apontam no livro "Os Elementos do Jornalismo" que a finalidade do jornalismo se define pela função que as notícias têm na vida das pessoas. "A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações que necessitam para serem livres e se autogovernar" (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 31).

Como citamos anteriormente, Traquina (2005) diz que o jornalismo é o "quarto poder" por sua capacidade de investigar e fiscalizar os outros três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e ter o poder de divulgar informações que permitem a existência da democracia e pode gerar complicações para quaisquer das esferas. Esse "poder" gera uma responsabilidade social no jornalista.

O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento das suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também por parte das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias a uma simples mercadoria, e ignorando a existência dos ideais mais nobres do jornalismo, que fornecem uma manta de legitimidade ao negócio. (TRAQUINA, 2005, p. 207-208).

A partir disso, observando que o jornalismo se legitima no exercício de sua função social, fornecendo informações verdadeiras que contribuem para o conhecimento da população e geram capacidade de compreender e participar da vida democrática, podemos afirmar que existe uma retroalimentação entre jornalismo e sociedade, onde o comprometimento ou potencialidades de um causa reflexos no outro.

Ao jornalismo cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público, o jornalismo cumpre uma função social antes de ser um negócio, a objetividade e o equilíbrio são valores que alicerçam uma boa reportagem (BUCCI, 2000, p. 30).

De acordo com Bucci (2000), o efeito político do bom jornalismo é o fortalecimento da democracia: esta é a sua causa nobre. O autor também reflete

sobre o jornalismo como fator de educação: “por isso o jornalismo é, ou deve ser, ou deve-se esperar que seja, um fator de educação permanente do público - um fator de combate aos preconceitos, sejam eles quais forem”.

Ainda segundo Bucci, os cidadãos têm direito à informação de qualidade e o jornalismo deve ter como objetivo principal a construção da democracia e a defesa dos direitos humanos.

São estes, os direitos, que devem ser chamados a fornecer as bases para o exercício de uma imprensa que, embora tenha também um lugar no mercado e seja também uma realidade econômica, estabeleça sua meta mais alta na construção da democracia e no aperfeiçoamento dos direitos humanos. Os valores democráticos - que por definição, são públicos e não privados - são a mais fecunda inspiração, a mais elementar e a mais básica, do jornalismo (BUCCI, 2000, p. 28).

Para corroborar com essas teorias e diretrizes, os jornalistas possuem também um conjunto de princípios basilares para atuação, que são estabelecidos pelo Código de Ética dos Jornalistas.

Atento à relevância social do jornalismo e observando a necessidade da prática responsável da profissão, foi criado o Código de Ética dos Jornalistas - que tem sua última versão, no Brasil, em 2014.

O código brasileiro abrange itens como o direito à informação, as condutas do profissional, suas responsabilidades, direitos e deveres. Com relação à ética profissional dos jornalistas há um déficit quanto aos estudos sobre sua singularidade ou análises que desvendam suas particularidades. Portanto, há uma dependência dos códigos já estabelecidos para criar parâmetros para o bom exercício da atuação do profissional em jornalismo.

O paradoxo é que com a redução da deontologia aos códigos de ética, a prática que poderia representar um rico espaço para a reflexão das particularidades da moralidade da conduta dos jornalistas, perde interesse como objeto de investigação porque a prática somente tem a função de refletir as normas imutáveis dos códigos (MACHADO, 2003, p.3).

Ao tratar do direito à informação, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros versa que o acesso à informação pública é um direito do cidadão que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse senão o interesse público. Em razão disso, no artigo 2º, o documento pontua de forma cristalina que é dever dos meios de comunicação a divulgação da informação precisa e correta, para que a produção e divulgação da informação sejam pautadas pela veracidade dos fatos.

A teoria democrática posiciona o jornalismo como tendo três funções primordiais:

1) o jornalismo deve dar aos cidadãos as informações que são úteis, que são necessárias para que eles possam cumprir os seus papéis de pessoas interessadas na vida social e na governação do país; 2) o jornalismo deve ser o espaço do contraditório e da pluralidade de opiniões, ser uma espécie de mercado de ideias; e 3) o jornalismo tem o papel de ser o *watchdog* (cão de guarda) da sociedade, proteger os cidadãos contra os abusos do poder (SEABRA, 2006, p. 138).

Dentro de conceitos positivistas como “verdade”, “imparcialidade” e “objetividade” que podemos interpretar através dos artigos do Código de Ética dos Jornalistas, Bucci (2000, p. 18) argumenta que “está no fundamento da ética jornalística, qualquer que seja a sua aceção, a defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e dos pontos de vista, e da vigilância dos atos do governo”. Por outro lado, Traquina (2002) sustenta que “os *media* não servem de ‘cães de guarda’ de um público em geral, mas em primeiro lugar como cães de guarda de interesses poderosos e de valores dominantes”.

Sobre os deveres gerais do jornalista, o Código de Ética dos Jornalistas cita:

Art. 9º – É dever do jornalista: Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; Lutar pela liberdade de pensamento e expressão; Defender o livre exercício da profissão; Valorizar, honrar e dignificar a profissão; Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação; Respeitar o direito à privacidade do cidadão; e prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS, 2014).

Seja em nome da “opinião pública” (GOMES, 2006) ou com a atribuição de “quarto poder” (TRAQUINA, 2005), fiscalizar o poder público é uma das formas de a imprensa exercer o jornalismo cidadão.

Ela está mais voltada para a denúncia de corrupção, para desvendar negócios ou ações ilícitas envolvendo personalidades da vida pública, seja da política, do meio artístico, empresarial e/ou esportivo. As revelações dizem respeito a questões que na maioria das vezes envolvem a justiça e a polícia. (ABREU, 2003, p. 33).

A função social do jornalismo é fundamental na sociedade e na democracia, sendo responsável por fornecer informações relevantes, promover a transparência, exercer o papel de vigilância sobre as instituições e dar voz aos cidadãos. Essa

função está intrinsecamente ligada à missão de servir ao interesse público e contribuir para a formação de uma sociedade informada e engajada.

Os jornalistas têm o papel de buscar e disseminar informações precisas, verificadas e contextualizadas sobre eventos, acontecimentos e questões de interesse público. Através de suas reportagens, investigações e coberturas, os profissionais buscam fornecer aos cidadãos os fatos e dados necessários para que possam tomar decisões informadas e participar ativamente da vida democrática.

Além disso, o jornalismo exerce uma função de vigilância sobre o poder. Os jornalistas têm a responsabilidade de fiscalizar e questionar as ações dos governantes, empresas e outras instituições, garantindo a transparência e o controle social. Através de investigações, denúncias e reportagens investigativas, o jornalismo desempenha um papel crucial na revelação de irregularidades, corrupção e abusos de poder, contribuindo para a manutenção da democracia e a garantia dos direitos dos cidadãos.

O jornalismo também desempenha um papel essencial na promoção da diversidade e inclusão. Ao dar voz a diferentes perspectivas e comunidades, o jornalismo pode combater estereótipos, preconceitos e desigualdades, promovendo a compreensão mútua e a igualdade de oportunidades. Além disso, o jornalismo pode servir como plataforma para que grupos marginalizados e minorias possam ter suas vozes ouvidas e suas demandas e experiências sejam representadas na mídia.

É necessário também reconhecer que a função social do jornalismo enfrenta desafios e pressões. A comercialização da mídia, a concentração da propriedade dos meios de comunicação, a disseminação de notícias falsas e a manipulação da informação são alguns dos obstáculos que podem comprometer a integridade e independência do jornalismo. Então é essencial garantir a liberdade de imprensa, o apoio a um jornalismo de qualidade e a promoção de mecanismos de autorregulação e transparência.

Na esteira da crítica ao capitalismo que recai sobre o jornalismo, e freia algumas das atividades da função social da atividade, Pinheiro (2014) diz que “o produtor de notícia necessita de preparo, de formação, de questionamento. O jornalismo precisa voltar a ser uma atividade intelectual, mais do que reproduzidor de conteúdo”.

2.2 Teoria da Responsabilidade Social

Para nortear os princípios do jornalismo, numa época efervescente de acontecimentos em todo planeta, eis que surge na década de 1970 a Teoria da Responsabilidade Social no âmbito do jornalismo (MIRANDA, 2018).

A Teoria da Responsabilidade Social, surgida nos anos 70, foi idealizada como uma base para nortear um sistema de jornalismo ético, à medida que estabeleceu como princípio central que os jornalistas estão obrigados a serem responsáveis com o seu público.

A base da teoria sustentava que cabia à imprensa não só relatar os fatos fidedignamente, mas trazer a verdade sobre o que era reportado.

Naquele contexto, é uma resposta ao atrelamento do jornalismo com o crescimento empresarial dos meios de comunicação. Portanto, a tensão com o campo comercial se instalava no confronto entre a deontologia do jornalista e a busca pelo lucro com a notícia. Seria a noção de responsabilidade social que permitiria ao jornalista preservar sua prática dos vínculos econômicos (SARTORI;PORCELLO,2013).

A formulação da teoria foi realizada pela Comissão Hutchins, ou Comissão sobre a Liberdade de Imprensa, nos Estados Unidos. O relatório *A Free and Responsible Press* (Uma imprensa livre e responsável, em tradução livre), de 1947, propunha uma nova agenda para a imprensa baseada num conjunto de orientações. Algumas delas como: liberdade editorial frente aos poderes; proporcionar relato verdadeiro, completo e inteligente; espaço ao contraditório (não pode recusar espaço para divulgar grupos ou indivíduos que tenham sido criticados).

Medina (1982) trata da responsabilidade social do jornalista e define que "a função social implica em fornecer informações de modo exato e completo, para todos os grupos sociais e para que todos possam compreender os acontecimentos e ter conhecimento para tomar decisões de forma livre e sensata".

Inclusive, esse conceito de função social fundamenta outras teorias, como a do jornalismo público, que tem por principal objetivo o fornecimento de ferramentas para que o público possa exercer plenamente a democracia.

A Teoria da Responsabilidade Social também é uma contrapartida à inserção massiva do capital no jornalismo. Cabe uma breve explicação sobre esse ponto. Como Perdomo resume:

O conflito entre a função social e os interesses mercadológicos está profundamente enraizado no jornalismo, já que é uma parte importante do

seu processo de desenvolvimento. Enquanto a função social é imprescindível para que o jornalismo possa existir como parte essencial da sociedade democrática, as empresas precisam manter o interesse do público com estratégias de mercado que se orientam por interesses financeiros e não sociais (PERDOMO, 2015).

Porém, é como Balle aponta, que a própria instituição da Teoria da Responsabilidade Social, através da Comissão Hutchins, tem sua gênese no contraponto ao capital privado como barreira para a prática do jornalismo enquanto ação para fortalecimento da democracia. "Trata-se do reconhecimento de que o jornalismo deveria permanecer uma atividade livre, mas ao mesmo tempo o reconhecimento de que presta um serviço público, deixando de pertencer ao domínio estritamente privado" (BALLE apud MATA, 2002).

Para outros autores, como Miranda (2018), a Teoria da Responsabilidade Social foi formulada por Siebert, Peterson e Schramm, na obra '*Four Theories of the Press*' (Quatro teorias da imprensa, em tradução livre), de 1956, que afirmam que a perspectiva de responsabilidade social encerra preceitos desenvolvidos pela Comissão Hutchins.

Contrariando a premissa da Teoria Libertária de que o mercado e a livre circulação do pensamento e opiniões seriam o suficiente para conseguir desenvolver o pleno acesso dos indivíduos à expressão das suas ideias, de forma resumida, a Teoria da Responsabilidade Social, ainda que orientada pelos valores de diversificação da anterior, preconiza a necessidade de responsabilizar a imprensa, os jornalistas e o Estado, no âmbito do papel que desenvolvem na sociedade (SERRA apud MIRANDA, 2018).

A teoria define que a responsabilidade, ainda que também deva ser direcionada ao proprietário da empresa midiática, é sobretudo dirigida ao jornalista. Deve ser ele o responsável pelos seus atos profissionais, enquanto confidente do serviço público de informar. E terá que ser ele a responder perante os seus pares, a empresa em que está inserido e perante o público da sua mensagem (MESQUITA, 2003).

Como afirmou a Comissão sobre Liberdade de Imprensa (Comissão Hutchins), a Teoria da Responsabilidade Social pode ser sintetizada com: "Já não basta relatar os factos com verdade. É agora necessário relatar a verdade sobre os factos".

É preciso compreender as diversas camadas da atuação no jornalismo, pois como diz Chaparro, "o jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis" e que "cada jornalista é responsável moral pelos seus fazeres" (CHAPARRO, 1994, p. 22).

É o que dizer, como dizer, para quem dizer e ter noção do impacto que sua mensagem causa. A Teoria da Responsabilidade Social cria, reforça, e até pressiona, a uma obrigação ética e social de informar com precisão, promover a transparência e atuar em prol do bem público. Retrato disto são os temas atuais na mídia, pois a teoria aponta para os jornalistas abordarem questões sociais relevantes, a promoverem a diversidade e a inclusão, e a servirem como guardiões da democracia, zelando pelo interesse público e fiscalizando o poder.

2.3 O cão de guarda

O mito do jornalista como herói e defensor intransigente da democracia já inspirou livros, filmes e peças, levando alguns teóricos, entre eles Erik Neveu (2013), a mencionarem uma “mitologia do jornalismo”.

Há uma retroalimentação entre jornalismo e sistema - público e privado, e é neste cenário que surge o ambiente propício para o “papel fiscal” do jornalismo. Tanto como agente fiscalizador, como vitrine para pronunciamentos e prestação de contas, é o jornalismo que está em evidência seja para qualquer que seja a ação dos envolvidos.

Organizações, agentes públicos e privados, entidades e instituições do terceiro setor estão submetidas ao *accountability* - um processo de prestação de contas aos cidadãos e de atendimento aos consumidores. Com isso, os poderes público e econômico, se obrigam a prestar contas à sociedade e aos consumidores, mas também ao público que avalia os serviços e toma decisões (manifestações sociais, eleições, reclamações etc.). Ocorre então um grande impacto no jornalismo, já que organizações e agentes buscam permanentemente a mídia para prestar contas, e os cidadãos ou consumidores para fazer valer seus direitos.

Em 1904 foi cunhada a expressão *watchdog*. Em “todo grande jornal americano há um cão de guarda eficiente e honesto” (BROWN, 1904, p. 46 apud VOS, 2017). O jornalista assume um papel de fiscal da sociedade, com atribuições de fiscalizar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de empresas públicas e privadas.

Com esse papel, ao desenvolver a prática de seu papel como guardião, o jornalista então promove denúncias, críticas e diversidade de opinião sobre

determinados temas, o que possibilita que os cidadãos examinem governos, poderosos ou instituições, observando demandas públicas.

Muhlmann (2004, p. 29) avalia que o *jornalismo cão de guarda*, combativo e implacável, teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970, principalmente nas regiões da Europa Ocidental e Estados Unidos, quando predominava a narrativa sistemática de “jornalistas heroicos” contra os poderosos e também episódios importantes na história das democracias locais.

Antes mesmo desse período alguns jornalistas estadunidenses, de acordo com Moretzsohn (2002), já desenvolviam uma nova doutrina para o ofício jornalístico, norteadas pela visão de que o povo tem direito às informações. O que, na verdade, segundo a autora, seria um sentimento traduzido para "o povo teria o direito de saber dos atos de governo", uma perspectiva que pode basear o surgimento do jornalismo cão de guarda, vigia do poder, representante do povo. Expressões ligadas ao ideário de jornalismo romântico, de uma profissão diferenciada no sentido de estar socialmente legitimada no papel de fiscalizar as instituições políticas (PEREIRA, 2013).

Nos anos 1960 e 1970 aconteceu uma onda pela investigação no jornalismo, e foi na década de 70 que o jornalismo preocupou-se em ser o *quarto poder*, em ditar posturas sociais e políticas. Nessa época surgiram conceitos associados ao papel do jornalismo, que impôs uma postura ao jornalista de "cão de guarda da sociedade". (MORETZSOHN, 2002; WAISBORD apud NASCIMENTO, 2010)

Retrato da época e um dos maiores símbolos do jornalismo *watchdog*, esse tipo de jornalismo teve o seu apogeu no caso *Watergate*, no qual os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do jornal *Washington Post*, investigaram os motivos do arrombamento do comitê do Partido Democrata dos EUA, em meados de 1972. Seguindo as pistas de uma fonte sigilosa, a dupla produziu uma série de reportagens, revelando o uso de “caixa dois” na campanha eleitoral de Richard Nixon, que por isso renunciou à presidência em 1974.

Traquina (2005) afirma que entre as principais características do jornalismo contemporâneo está a “constituição de uma cultura profissional compartilhada e um modo específico de ver o mundo que privilegia posições bipolares”. O autor usa como exemplo o jornalismo político, onde as ações de seleção e organização dos acontecimentos para dar sentido à realidade política podem ajudar a orientar as interpretações sobre este campo.

Neste sentido, o jornalismo se legitima como posição de oposição. Ou seja, o jornalista se firma com a função de buscar atos ocultos, principalmente em relação aos governos. A imprensa ocuparia, neste sentido, um papel de fiscalizador do Poder Público. Uma ideia ligada ao resguardo dos valores morais, da ética e do interesse público, além de reforçar a imagem de independência em relação aos poderes constituídos. Assim, ganha credibilidade e, acumulando recursos, assegura seu lugar no exercício do poder simbólico na sociedade. O jornalismo, portanto, baseia seu poder na ideia de representação do mundo e do interesse do público, um saber reconhecido como contrapoder (TRAQUINA, 2005).

Ainda sob essa perspectiva, o jornalismo ganha também o *status* de possuir um papel desvelador. Conforme o dicionário *Priberam*, desvelar é "revelar ou esclarecer algo". O ofício jornalístico seria responsável por buscar irregularidades nas esferas de poder, denunciar governos, autoridades e empresários, e representar os direitos da sociedade. Como Bogoni e Krameer (2015) resumem: é sobre descobrir fatos que indivíduos prefeririam manter escondidos.

Sobre revelar e esconder, gera-se uma outra discussão: o público e o privado - enquanto instâncias de acontecimentos e acesso, e também o valor-notícia acerca de determinados fatos. Cabe então uma breve explanação sobre a temática sob a perspectiva do jornalismo, principalmente em sua forma de "cão de guarda".

Com origens na Grécia Antiga e no direito romano, a distinção entre público e privado ganha, atrelada à interação criada pelos meios de comunicação de massa, novos contornos na sociedade moderna. A dicotomia é assim definida por Thompson (2002):

Público, neste sentido é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos os muitos vejam ou ouçam. Privado é, ao contrário, o que se esconde da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo ou entre um círculo restrito de pessoas. Neste sentido, a dicotomia tem a ver com publicidade versus privacidade, com abertura versus segredo, com visibilidade versus invisibilidade. Um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver; um ato privado é um ato invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas (p. 165).

A partir disso, o tipo de visibilidade criado pela mídia ressignificou a noção de publicidade de um indivíduo em um evento com relação a como acontecia anteriormente à imprensa. Os meios de comunicação de massa alteram essa lógica de que para um acontecimento tornar-se público era necessário um contexto de copresença - conjunto de pessoas que compartilham um espaço comum -, ao distinguir produção de recepção. Neste momento passam a se dirigir a um público

espectador sem lugar, amplo e plural; potencializado atualmente pela internet e pulverizado através das redes sociais digitais.

Um ambiente de maior visibilidade, como o midiático, aumenta as chances de que atividades executadas privadamente ou para um grupo restrito de pessoas sejam manifestadas na esfera pública. É o que Thompson (2002) chama de “escândalo midiático”. Escândalo ao se referir a ações que envolvem, principalmente, a transgressão de valores, normas ou códigos morais. Midiático porque caracterizam aqueles acontecimentos que se desenrolam, pelo menos em parte, através da mídia. Os escândalos midiáticos, portanto, têm uma publicidade modelada pelas características de interação da mídia. Geralmente o papel desvelador do jornalismo parte para eventos desse tipo, já que em sua maioria das vezes lidam com casos de corrupção ou exposição de crimes de grande repercussão.

O jornalismo ocuparia uma instância de fiscalização do Poder Público, como uma forma civil de poder, delegada pela sociedade e pelos cidadãos, dando visibilidade à coisa pública (MARTINS, 2002). O jornalismo tem um papel de oposição. Como cão de guarda, o jornalismo assume então um papel de porta-voz social que tem ligação à ideia de valores morais, uma vez que por fiscalizar o poder o jornalismo reforçaria o que é moralmente aceito, se colocando como fiel da balança.

2.4 Jornalismo Investigativo

O Jornalismo Investigativo é uma vertente do jornalismo que se dedica à apuração aprofundada e detalhada de fatos, buscando revelar informações de interesse público que muitas vezes estão ocultas, mal divulgadas ou negligenciadas pelas fontes oficiais (SEQUEIRA, 2005; LOPES, 2003). Essa prática jornalística tem como objetivo principal expor a verdade, promover a transparência e responsabilizar indivíduos e instituições por ações ilícitas, corrupção e abusos de poder.

A história do Jornalismo Investigativo remonta a várias décadas, sendo possível identificar suas raízes já no século XIX. No entanto, foi a partir do século XX que essa abordagem ganhou maior visibilidade e reconhecimento (PROTESS et al, 1991).

Buscando um marco inicial, num recorte histórico mais recente, temos a série de reportagens publicadas pelos repórteres Bob Wodoord e Carl Bernstein, no jornal estadunidense *Washington Post* sobre o caso *Watergate*, nos anos 1970, que produziu uma dimensão até então não vista na mídia: uma série de reportagens sobre atividades ilícitas de pessoas ligadas ao partido republicano, que resultou na renúncia do presidente Richard Nixon.

No Brasil, o Jornalismo Investigativo e a publicação de grandes reportagens ganharam destaque na década de 1980, após a redemocratização. Um dos maiores destaques na grande mídia é a cobertura do caso que culminou no impeachment do presidente Fernando Collor. Na outra ponta, os casos sem espaço na mídia também forjaram essa prática no país, por exemplo, os livros *Rota 66*, de Caco Barcelos, e *A guerra dos meninos*, de Gilberto Dimenstein.

Ao longo do tempo, o Jornalismo Investigativo se consolidou como uma prática essencial para a democracia, destacando-se por sua capacidade de trazer à tona escândalos, revelar segredos, desvendar crimes e expor a verdade por trás dos fatos. O JI cria simbolismos como ser *watchdogs*, cão de guarda, da sociedade (WAISBOORD, 2000), ou guardiães do interesse público (LIMA, 2008), e reforça outras teorias, como a de quarto poder (TRAQUINA, 2005).

Além desses casos emblemáticos, o Jornalismo Investigativo também se destaca por sua contribuição na denúncia de violações dos direitos humanos, desvios de verbas públicas, fraudes financeiras, crimes ambientais e abusos de poder em diferentes esferas da sociedade.

No âmbito conceitual, o Jornalismo Investigativo se baseia em princípios fundamentais, como a busca pela verdade, a verificação dos fatos, o uso de fontes confiáveis, a proteção das fontes anônimas e a ética jornalística. Essa prática exige dos profissionais um elevado grau de apuração, pesquisa, coragem e dedicação, pois muitas vezes envolve lidar com informações sensíveis, confrontar poderosos e enfrentar obstáculos jurídicos e ameaças à segurança.

Fortes (2005) alerta que para que compreendamos a especificidade do Jornalismo Investigativo "é preciso libertar-se da concepção simplista, embora essencialmente verdadeira, de que todo jornalismo é investigativo. Essa não é uma verdade absoluta, nem mesmo para casos carimbados com a marca".

Revelar fatos escondidos, casos de corrupção e crimes integra um escopo que poderia pertencer ao jornalismo em si, já que uma das premissas básicas do

jornalismo é investigar, apurar e informar sobre acontecimentos diários. Entretanto, essas ações estão mais atreladas à prática do Jornalismo Investigativo (FORTES, 2005; SEQUEIRA, 2005; NASCIMENTO, 2010).

A prática jornalística pressupõe apuração e checagem, mas nem sempre isso garante investigações aprofundadas. Dessa forma, não é possível afirmar que todo jornalismo é investigativo; às vezes as notícias são apenas relatos transformados em textos bem articulados a partir de informações fornecidas pelas fontes.

Nem todo jornalismo produzido atualmente é, concretamente, investigativo (SEQUEIRA, 2005). Parte considerável das notícias atuais chega praticamente pronta às redações, por meio do formato de press-releases, oriunda de assessorias de imprensa, de secretarias de comunicação de órgãos públicos, privados e de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Sequeira (2005) considera o tempo um fator primordial para a caracterização do Jornalismo Investigativo, visto que existe uma lógica de produção diferenciada, e “as reportagens investigativas estão na contramão do fluxo de informação, quer pela apuração entre as fontes utilizadas, quer pelo tempo de que o repórter necessita para concluir seu trabalho” (SEQUEIRA, 2005, p. 38).

Os termos jornalismo e Jornalismo Investigativo, inclusive, são objetos de discussão entre os teóricos, como Lage (2004), Lopes (2005), Melo (2016), König (2019), Nascimento (2010).

Entretanto, Lage (2004) afirma que apesar de reportagem pressupor apuração e investigação, a denominação “Jornalismo Investigativo” se tornou constante na bibliografia sobre o assunto, isso porque de uma maneira sintética, é possível entender o Jornalismo Investigativo como uma forma de reportagem extensa que exige longo tempo de trabalho na apuração das informações por parte dos repórteres.

Melo (2016) diz que a reunião de discursos e práticas distintas sob o “guarda-chuva” que parece ser a expressão “Jornalismo Investigativo” cria grandes dificuldades para a compreensão de sua ocorrência no país.

O Jornalismo Investigativo tem objetivos concretos que transcendem a informação diária, cuja produção fica velha em 24 horas (LOPES, 2003, p. 14).

De acordo com Silvio Waisbord (2000 apud NASCIMENTO, 2010), o Jornalismo Investigativo se caracteriza como a busca por irregularidades

envolvendo pessoas ligadas às posições de poder, como governos entre outras autoridades.

Bogoni e Krameer (2015, p. 2) reafirmam esta função do Jornalismo Investigativo, a qual, com frequência, aponta falhas e irregularidades de instituições públicas e, assim, descobre fatos que indivíduos prefeririam manter escondidos. Certamente, é o tipo de jornalismo que não se acomoda com as informações dadas pelas fontes oficiais. Lopes (2003) segue a mesma linha:

Desvendar atos ilícitos, divulgar o que os poderes públicos querem esconder, mostrar como funcionam esses órgãos e informar os eleitores sobre o desempenho dos políticos são alguns aspectos frequentemente associados às investigações jornalísticas (LOPES, 2003).

O jornalismo investigativo é uma prática diferenciada pelas circunstâncias do fato, que tendem a ser mais complexas, a extensão noticiosa e o tempo de apuração e duração, que necessariamente deve ser maior (FORTES, 2005). O autor divide o trabalho jornalístico investigativo em 16 fases:

1. paciência e concentração;
2. insistência;
3. perseverança;
4. atenção especial;
5. conhecimento policial básico;
6. curiosidade;
7. desconfiança;
8. discrição;
9. frieza e objetividade;
10. precisão;
11. lealdade ao leitor;
12. coragem;
13. responsabilidade;
14. respeito às fontes;
15. clareza
16. simplicidade.

Reportagens investigativas estão muito ligadas a desnudar casos de corrupção e explicitar a má administração pública no país. São produções que mexem com a opinião pública, que têm influência nas tomadas de decisão dos governos a partir de denúncias que provoquem surpresa e revolta no público,

ocasionando mudanças na sociedade. Se trata do jornalismo que causa indignação (NASCIMENTO, 2010, p. 15).

Já Sequeira (2005) classifica o Jornalismo Investigativo como uma categoria jornalística específica, diferenciada das outras pelo processo de trabalho dos profissionais, obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada ortodoxas. O autor defende, a partir da classificação de Marques de Melo (1985), que define apenas duas categorias de jornalismo (informativo e opinativo), que o Jornalismo Investigativo constitui uma terceira categoria da práxis jornalística.

O Jornalismo Investigativo acontece apenas quando o trabalho de investigação parte do próprio jornalista (NASCIMENTO, 2010). Para o autor, que diferencia Jornalismo Investigativo de Jornalismo de Investigações, em sua obra "Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil", ganhador do Prêmio Esso em 2010, há três pré-requisitos próprios do Jornalismo Investigativo: a investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista; o tema da investigação deve ser relevante para o leitor; e o assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público. Portanto, o jornalista deve incitar os órgãos públicos, seja judiciário, policial ou os entes públicos, a gerar um processo de investigação junto às instâncias legais do Estado Democrático de Direito.

Essa visão é baseada em Santoro (2004) que apontava três características básicas para definir a prática do Jornalismo Investigativo: a elaboração da investigação deve ser essencialmente do jornalista, e não de outras áreas, como a justiça e a polícia e interessados particulares; a investigação se realiza através da superação de tentativas de impedimentos e obstáculos por parte de algum poder interessado em ocultar as informações; os temas interessam à opinião pública e deixam de lado a vida privada das pessoas. A perspectiva do autor é uma das mais consideradas e referendadas nos estudos sobre JI.

O Jornalismo Investigativo também é tratado por alguns autores como gênero jornalístico. É o caso de Lima (2011) que em seu estudo foi mais além das classificações ligadas à ordem técnica e classificou o JI segundo alguns aspectos fundamentais: i) a pauta e os saberes de reconhecimento, ii) a apuração e seus processos de procedimento, iii) a narração, com o texto e edição.

Conforme Lima (2011), a "investigação jornalística produz um tipo de conhecimento diferenciado, tanto pela técnica de apuração verticalizada, quanto pelo labor da pesquisa empírica". Lopes (2003) e Lage (2005) classificam o

Jornalismo Investigativo, respectivamente, como “reportagem em profundidade” e “forma extremada de reportagem”.

O Jornalismo Investigativo pode contemplar questões relegadas pelo jornalismo convencional. A partir da busca por fatos ocultados da sociedade, o Jornalismo Investigativo consegue revelar histórias que até então estavam silenciadas. Evidentemente, a superação da cobertura imediatista requer paciência e também investimento (FORTES, 2005), visto que uma reportagem investigativa não nasce da noite para o dia. (WINCH, BORELLI, 2015, p. 274-275).

Há dois marcos recentes no país para o Jornalismo Investigativo. Um deles é a redemocratização do Brasil, a partir de 1985. Souza (1988) entende que o Jornalismo Investigativo aparece como tendência no Brasil exatamente com a redemocratização. Ideia corroborada por Porto (1996), que afirma que "no caso brasileiro, esse tipo de jornalismo se fortalece com a Nova República".

O outro é a Lei de Acesso à Informação (LAI) instituída em 2012, e é a principal medida que confere à população brasileira “transparência ativa, na qual a divulgação de dados que possam interessar a população, por parte de órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” (DIAS; GEHRKE, 2017).

O Jornalismo Investigativo também foi impactado com a evolução tecnológica, que somada à necessidade de oferta (publicações) e ao consumo crescente da informação, cria um novo panorama para o ofício jornalístico e influencia na implementação de novas técnicas de produção.

São itens como Reportagem Assistida por Computador (Bogoni e Kramer, 2015), bancos de dados de órgãos oficiais, que propiciam a prática do Jornalismo Guiado por Dados (Coddington, 2014), além de ferramentas para captura, tratamento e seleção de dados, como técnicas de raspagem de dados, sem desprezar ainda a popularização cada vez maior da linguagem de programação, a exemplo do Python.

Atualmente, o Jornalismo Investigativo enfrenta novos desafios, como a disseminação de fake news e a pressão econômica sobre as redações. No entanto, novas tecnologias e plataformas digitais também têm ampliado as possibilidades de investigação, permitindo o acesso a documentos, dados e fontes que antes eram mais difíceis de obter. O Jornalismo Investigativo no Brasil continua ativo e relevante, com jornalistas e veículos comprometidos em revelar a verdade, combater a impunidade e promover a responsabilização dos poderosos.

O Jornalismo Investigativo desempenha um papel crucial na sociedade, sendo uma ferramenta essencial para a manutenção da democracia, a transparência e o combate à corrupção. O JI continua a evoluir e se adaptar aos desafios contemporâneos, cumprindo sua missão de expor a verdade e fornecer informações relevantes para o público.

As redes sociais digitais surgem como plataformas de disponibilização de informações e dados de forma aberta, elementos esses que ganham caráter documental à medida que registram informações relevantes para diversas searas, uma delas a de domínio livre quando o agente que posta está relacionado à vida pública, de forma direta ou indireta. Cabe ao Jornalismo Investigativo então se apropriar desses dados e tratá-los diante de sua apuração.

Este processo de rastro digital possibilita um novo caminho para as investigações jornalísticas. Como as redes sociais são utilizadas como meio de prova para expor casos de corrupção e crimes? É neste espaço que esta pesquisa pretende enveredar-se, analisando como publicações em redes sociais digitais se tornam meios de prova para produção de reportagens investigativas.

3. JORNALISMO DIGITAL E DE DADOS

3.1 Jornalismo digital

O jornalismo digital representa uma transformação significativa no campo da comunicação, com origens profundamente enraizadas no desenvolvimento da tecnologia da informação e da internet. Desde as suas origens, o jornalismo digital tem impactado de forma abrangente a produção, distribuição e consumo de notícias, bem como a relação entre jornalistas e público.

As origens do jornalismo digital remontam à década de 1980, quando surgiram as primeiras formas de publicação digital e acesso à internet. No entanto, foi com o surgimento da *World Wide Web* e dos primeiros portais de notícias online na década de 1990 que o jornalismo digital começou a ganhar espaço e se estabelecer como uma forma legítima de produção jornalística. Desde então, o desenvolvimento de tecnologias e plataformas digitais tem impulsionado avanços contínuos no campo. Durante esses vinte e cinco primeiros anos, a evolução dos meios de comunicação digitais têm sido muito acelerada e intensa (SALAVERRIA, 2019).

Os impactos do jornalismo digital são visíveis em diferentes aspectos. Em termos de produção, o jornalismo digital permite a criação de conteúdos multimídia, a apuração em novos espaços/plataformas, a incorporação de elementos interativos e a exploração de novas formas narrativas. A rapidez na disseminação de informações, impulsionada pelas redes sociais, mudou a forma como as notícias são divulgadas e consumidas. Além disso, o jornalismo digital proporcionou maior participação e interação do público, possibilitando o engajamento por meio de comentários, compartilhamentos e contribuições diretas.

Os avanços no jornalismo digital estão em constante evolução. Tecnologias como inteligência artificial, big data, realidade virtual e aumentada estão sendo exploradas para aprimorar a produção e entrega de notícias. Algoritmos de recomendação personalizada e análise de dados estão sendo utilizados para oferecer conteúdos adaptados aos interesses individuais dos leitores. Novas formas de financiamento e modelos de negócio, como o crowdfunding e as assinaturas digitais, estão sendo experimentados para garantir a sustentabilidade econômica do jornalismo digital.

As projeções de futuro do jornalismo digital vislumbram uma série de desafios e oportunidades. A desinformação e as notícias falsas representam um desafio significativo, exigindo esforços contínuos para promover a verificação de fatos e a qualidade da informação. O crescimento do uso de dispositivos móveis e o surgimento de novas plataformas de distribuição de conteúdo influenciam a forma como as notícias são consumidas e demandam uma adaptação constante das estratégias jornalísticas. Além disso, as questões éticas e de privacidade no uso de dados dos usuários precisam ser abordadas de forma responsável.

O jornalismo digital representa uma mudança profunda na forma como as notícias são produzidas, disseminadas e consumidas. Suas origens estão ligadas ao desenvolvimento da tecnologia digital e da internet, e seus impactos são evidentes em todas as áreas do campo jornalístico. O jornalismo digital continuará a moldar o cenário da informação, exigindo adaptação e inovação por parte dos profissionais e organizações jornalísticas.

Quando tratamos sobre meios de comunicação, tecnologia e internet logo surge a palavra "convergência". O jornalismo está abarcado em todos esses espectros, portanto, tem relação direta, e cabe tratarmos preliminarmente sobre convergência. Inclusive, o aspecto de multimídia convergente está completamente atrelado com os recursos e procedimentos que circundam as características do jornalismo digital.

Segundo Benigno Neto (2008), é possível afirmar a existência de pelo menos dois tipos de convergência quando se pensa em internet e novas tecnologias. Uma delas é a convergência tecnológica, a outra a convergência das mídias. Esta última ainda dá origem a convergência de conteúdo e linguagem.

[...] convergência tecnológica implica em relacionar as tecnologias de telecomunicações, computação, captura e difusão de informações, fornecendo o acesso dos usuários aos conteúdos em qualquer lugar, de qualquer rede de computadores e por qualquer canal de comunicação, ou seja, a convergência possibilita a mobilidade (BENIGNO NETO, 2008, p. 2).

Conforme Castells (2004, p. 284), o que a internet está fazendo é converter-se no coração articulador dos distintos meios, da multimídia. Em outras palavras, transforma-se no sistema operativo que permite interconectar e canalizar a informação sobre o que acontece, onde acontece, o que podemos ver, o que não podemos ver, e torna-se o sistema conector interativo do conjunto do sistema multimídia.

O processo de convergência nas organizações midiáticas, inclusive, afeta a forma de produzir e circular as notícias e favorece a multimídia à medida que os grupos trabalham em função de uma estrutura multiplataforma e com produção que envolve diferentes formatos midiáticos (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008).

A comunicação jornalística é um dos setores que mais sofreu alterações no cenário de convergência. O jornalismo, o jornalista, o mercado, as redações, quem está dentro do universo da informação com produção e distribuição de conteúdo noticioso está inserido nesse contexto histórico e atual em plena era da convergência.

A ascensão de novas formas de tecnologia incide no jornalismo, ofício social que segue sua expansão aglutinando novos meios para perpetuar a notícia. O maior advento do século foi, sem dúvida, a internet. Com a internet houve a aceleração do desenvolvimento de novas tecnologias, plataformas, sistemas, meios e possibilidades de produção e disseminação de conteúdo jornalístico. A internet também foi capaz de reconfigurar a forma, além de reformular e fazer surgir novas teorias no campo da comunicação, e mais especificamente do jornalismo.

Conceber ambientes e instrumentos para a compreensão da complexidade cultural que envolve as mensagens multimídia e os contextos de produção dessa mesma complexidade é uma das questões fundamentais que importa compreender, pois hoje, e cada vez mais, a relação entre comunicação e tecnologia torna, onnipresente, omnisciente, omnitecnociente no cotidiano humano (PEREIRA, 2013, p. 9).

Conforme Mielniczuk (2004), a utilização da internet para fins jornalísticos ocorreu há duas décadas e já existem estudos significativos sobre o tema, entretanto ainda não há um consenso sobre o termo a ser utilizado quando nos referimos ao jornalismo praticado na internet, para internet ou com auxílio da internet. Autores norte-americanos usam "jornalismo on-line" ou "jornalismo digital", enquanto autores espanhóis utilizam "jornalismo eletrônico". De modo empírico, podemos concluir que os brasileiros usam os termos tais quais os norte-americanos. Além disso, outros termos, no geral, são usados: jornalismo multimídia ou ciberjornalismo.

Machado (2000) prefere a denominação "jornalismo digital", no qual o conceito de "digital" remete à particularidade deste novo suporte e o termo "on-line", mais restrito do que digital, refere-se apenas a uma característica do meio e não contempla todas as especificidades da nova realidade. Porém, o jornalismo digital também é denominado de "jornalismo multimídia", uma vez que implica na

possibilidade da manipulação conjunta de dados digitalizados de diferentes naturezas - texto, som e imagem.

Dialogando em parte com essa visão, para Barbosa (2002), afirma sobre jornalismo digital:

Uma nova modalidade de jornalismo que podemos definir, preliminarmente, como: toda a produção dos eventos cotidianos estruturada segundo princípios específicos ao ambiente das redes telemáticas por onde circularão os conteúdos veiculados a partir de diferentes formatos e com atualização contínua (BARBOSA, 2002, p. 11).

De acordo com quadro de nomenclaturas exposto por Mielniczuk (2003), jornalismo digital seria o "emprego da tecnologia digital, todo e qualquer procedimento jornalístico que implica no tratamento de dados em forma de bits".

Apesar das inovações, o professor Antoni Maria Piqué (2012), argumenta que o futuro do jornalismo digital está nos veículos tradicionais de comunicação, especialmente os de origem impressa. Para embasar sua afirmação, ele exemplifica com a premiação concedida pela Online News Association às melhores reportagens digitais do ano, a mais prestigiada do mundo, que entregou "18 dos 31 prêmios a meios digitais com origem pré-digital, a maioria com base impressa".

Conforme Botão (2013), o que os canais digitais parecem redefinir é a operação jornalística em si, na produção, na distribuição e na apresentação de conteúdo.

O jornalismo digital representa uma adaptação de uma modalidade específica de conhecimento da realidade a um novo suporte comunicacional, a tecnologia de transmissão digital de informações. A definição do tipo de informação depende da forma de codificação dos seus sinais. A informação digital designa a informação codificada por algarismos decimais, ou mais geralmente, unidades binárias, os bits (GONÇALVES, 1996, p. 2)

O jornalismo digital é o quarto elemento do processo evolutivo, conforme situam Bardoel e Deuze (2001), estando ao lado de rádio, televisão e mídia impressa.

Conforme Alves (2017), uma das principais características do jornalismo digital é a instantaneidade do consumo de notícias, que também é reflexo das transformações sociais. A construção da notícia em rede, com atualizações curtas e imediatas, é característica desse tipo de atividade jornalística:

O que exige a instantaneidade da notícia em rede são as relações em uma sociedade demandadora de informações em tempo real, conectadas à internet pelo celular o tempo todo, devido às possibilidades tecnológicas e a competição do mercado do jornalismo que faz com que os meios de

comunicação, disponibilizem informações em velocidade instantânea. [...] Pela velocidade, a notícia em rede é vista como um produto construído com o tempo e sempre em atualização, característica percebida também em outros produtos na internet, como aplicativos, sites e redes sociais, o chamado 'beta eterno' (ALVES, 2017, p. 130).

Felipe Pena (2008, p. 176) classifica jornalismo digital como a disponibilização de informações jornalísticas em ambiente virtual, o ciberespaço, organizadas de forma hipertextual com potencial multimidiático e interativo.

“Multimedialidade é uma característica do webjornalismo que significa a convergência dos formatos dos meios de comunicação tradicional – jornal, rádio e televisão – para o relato do fato jornalístico” (AGUIAR, 2009, p. 169). Schwingel (2012, p. 54) defende a multimedialidade na prática da notícia como “utilização de texto, som e imagem na construção da narrativa jornalística”.

Outra característica marcante do jornalismo digital é a condição de disponibilizar memória. Segundo Palacios (2002), tanto a produção quanto a recepção do conteúdo jornalístico é alterado com a memória.

[...] o fato de que o acúmulo das informações na web é mais viável técnica e economicamente do que em outras mídias, sendo assim, o volume de informação diretamente disponível ao usuário é consideravelmente maior no jornalismo online, seja com relação ao tamanho da notícia ou à disponibilização imediata de informações anteriores. Dessa forma, surge a possibilidade de acessar, com maior facilidade, material antigo, o que introduz mudanças tanto na produção quanto na recepção do material jornalístico (PALACIOS, 2002).

A memória é apontada por Palacios como um elemento realmente novo, que provoca uma ruptura com os suportes anteriores ao oferecer uma situação até então inusitada. Conforme explica o autor, a partir da conjunção com outras características, o jornalismo, pela primeira vez, possui uma memória múltipla, instantânea e cumulativa.

[...] a conjugação de Memória com Instantaneidade, Hipertextualidade e Interactividade, bem como a inexistência de limitações de armazenamento de informação, potencializam de tal forma a Memória que cremos ser legítimo afirmar-se que temos nessa combinação de características e circunstâncias uma Ruptura com relação aos suportes mediáticos anteriores (PALACIOS, 2002).

Bardoel e Deuze (2000) consideram que a notícia online possui a capacidade de fazer com que o leitor/usuário se sinta parte do processo. Isto pode acontecer de diversas maneiras, entre elas, pela troca de e-mails entre leitores e jornalistas; através da disponibilização da opinião dos leitores, como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões; através de chats com jornalistas.

Dentro dessa discussão, porém sendo outra classificação desse processo, está o webjornalismo, onde autores apontam que aconteceu em três fases. Para Canavilha (2001), de modo geral, o webjornalismo pode ser construído por meio da utilização de texto, som e imagem, aproveitando todos os recursos que a rede disponibiliza, originando assim a webnotícia.

3.1.2 Webjornalismo, ciberjornalismo e jornalismo online

Para Mielniczuk (2003), a esfera do jornalismo digital contém o ciberjornalismo, que é praticado no ciberespaço, com o auxílio de possibilidades tecnológicas oferecidas pela cibernética, e que por sua vez contém o jornalismo on-line, o qual se desenvolve a partir da transmissão de dados em rede e em tempo real. No interior dessas esferas concêntricas estaria o webjornalismo, que trabalha com uma parte específica da internet, a web, disponibilizando interfaces gráficas de forma amigável.

Ainda sobre esse hibridismo, conforme Benigno Neto (2008), tanto jornalismo on-line quanto webjornalismo são tipos de jornalismo digital, uma vez que se tornaram números binários. Todo webjornalismo seria então jornalismo on-line, já que está dentro da rede mundial de computadores e permite acesso a seu conteúdo a qualquer momento de qualquer terminal ligado à internet, porém, nem todo jornalismo on-line é webjornalismo.

Um dos pioneiros na pesquisa em jornalismo digital, o professor estadunidense John Pavlik, considera que há três estágios de desenvolvimento do webjornalismo - ou jornalismo praticado no web. Ainda conforme o autor, não se tratam de categorias excludentes, já que numa mesma fase é possível observar publicações jornalísticas para a web que estão inseridas em várias gerações, ou até mesmo verificar características presentes em diferentes estágios em uma mesma publicação jornalística.

Na primeira fase o que se observa, segundo Pavlik (2001 apud FRANCISCATO, 2005), é a recodificação do material produzido pelo impresso para disponibilização no ambiente web, predominando o aspecto de transposição.

Já na segunda fase, conforme Pavlik (idem) verifica-se uma produção efetiva em rede, com utilização de hipertexto, publicações de notícias em tempo real,

recursos de interatividade e multimídia, personalização de informações, com apresentação de conteúdos originais e edição de outros para adequação ao meio.

Ainda segundo Pavlik (ibidem), o terceiro estágio estaria começando a se desenvolver e é caracterizado pela realização de projetos editoriais especificamente para internet, com o reconhecimento da web como um novo meio de comunicação. Ele ressalta que o aspecto mais importante dessa fase é a experimentação de narrativas imersivas, permitindo ao leitor navegar atrás da informação em multimídia.

Para Silva Júnior (2001), existem outros três estágios, ou melhor, os classifica de outra forma: transpositivo, assemelhando-se ao impresso; perceptivo, quando os veículos percebem alguns recursos disponibilizados pela web; e, hipermediático, quando se atenta para a exploração da internet de forma eficiente, aproveitando-se do ambiente de convergência, disseminando o produtor em várias plataformas.

A partir das discussões anteriores, Benigno Neto (2008) propõe uma nova classificação e divide os estágios em cinco fases: transposição incompleta, transposição plena, multimídia incompleta, multimídia inteligente e reposição. Para o autor, o webjornalismo está no caminho da fase de multimídia inteligente. Neste estágio, os múltiplos recursos dialogam de forma a enriquecer a informação e não apenas repetir a notícia em vários formatos.

É com essa exploração multimídia, inclusive, que cabe citarmos a transformação também do profissional. Segundo Canavilhas (2001):

A introdução de novos elementos não-textuais permite ao leitor explorar a notícia de uma forma pessoal, mas obriga o jornalista a produzi-la segundo um guião de navegação análogo ao que é preparado para outro documento multimídia. O jornalista passa a ser um produtor de conteúdo multimídia de cariz jornalístico - webjornalista. Por sua vez, o utilizador do serviço não pode ser identificado apenas como leitor, telespectador ou ouvinte já que a webnotícia integra elementos multimédia, exigindo uma "leitura" multilinear (CANAVILHAS, 2001).

Bardoel e Deuze (2000) apontam quatro elementos inerentes ao webjornalismo: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimidialidade. Já Palacios (1999), estabelece cinco características: hipertextualidade, multimidialidade, interatividade, personalização e memória. Mielniczuk acrescenta um sexto elemento: instantaneidade. Todas as características refletem as potencialidades oferecidas pela internet ao webjornalismo. A autora, porém, ressalta que "tais possibilidades não se traduzem, necessariamente, em

aspectos efetivamente explorados pelos sites jornalísticos, seja por razões técnicas, de conveniência ou adequação à natureza do produto oferecido".

Sobre essas características, Machado e Palacios ressaltam que cada site tem liberdade para realizar suas concepções estéticas e tecnológicas, e desenvolver mais uma das características que outras.

Alguns sítios jornalísticos apostam, por exemplo, na maximização da Atualidade Contínua de seu material informativo, como os jornais de portais; outros exploram mais a Multimedialidade e a possibilidade de aprofundamento de assuntos, com a disponibilização de extensos bancos de dados visuais e sonoros; outros ainda ensaiam modelos tipo P2P (peer to peer), experimentado com um jornalismo de tipo aberto, que aposta na interatividade e onde todos os leitores podem livremente disponibilizar suas contribuições (MACHADO; PALACIOS, 2003).

Os autores consideram que essas características do jornalismo na web podem ser vistas mais como potencialidades do que como rupturas em relação a modelos de jornalismo praticados anteriormente. Entretanto, reconhecem que há rupturas e destaca a dissolução dos limites de espaço para disponibilização do material noticioso como a principal delas.

3.2 Jornalismo de dados

Atentos às novas possibilidades e formas de comunicar e atrair leitores (cliques), as empresas de comunicação protagonizam um movimento de criação e fortalecimento da editoria de dados nos veículos. Apesar das dificuldades na institucionalização deste gênero, nota-se o crescimento de entusiastas sobre o nicho, como aponta Mastrella (2020).

Conforme a autora, num contexto macro, para os jornalistas o jornalismo de dados, antes de se tornar uma área específica, já inicia sua prática de forma praticamente instintiva, no improviso e direcionada por demandas naturais de investigações jornalísticas.

O primeiro exemplo de jornalismo de dados aconteceu em 1821, no veículo britânico *The Guardian*. Tratava-se de uma lista, obtida de fonte não oficial, que relacionava as escolas da cidade de Manchester ao número de alunos e aos custos de cada uma. A lista ajudou a mostrar o verdadeiro número de alunos que recebiam educação gratuita, muito maior do que os números oficiais revelavam (LINS, 2020).

No Brasil, o jornalista Mário Rosa tem seu nome ligado a autoria da primeira reportagem guiada por dados, conforme Trasel (2014). Em 1991, enquanto repórter

do Jornal do Brasil, em Brasília, Rosa conseguiu uma senha para acessar o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), um compilado de registros de gastos do governo federal. Ao desconfiar de movimentações financeiras feitas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituição filantrópica à época presidida pela primeira-dama Rosane Collor, então esposa do presidente Fernando Collor, o repórter comprovou que parte do orçamento da entidade, aproximadamente US\$ 11 milhões, haviam sido desviados para entidades beneficentes de fachada.

Com relação a dados combinados com gráficos, um dos precursores vem da fundadora da enfermagem moderna, Florence Nightingale. No seu relato histórico fundamental, "Mortalidade no Exército Britânico", publicado em 1858, ela expôs ao Parlamento, com uso de gráficos multicoloridos, as informações analisadas e defendeu o aperfeiçoamento do serviço de saúde do exército britânico. Seu mais famoso exemplar é o gráfico "crista de galo" - uma espiral de seções em que cada uma representa as mortes a cada mês, que destacava que a imensa maioria das mortes era consequência de doenças preveníveis em vez de tiros.

A criação do Estadão Dados/Estado de S. Paulo, em 2012, a primeira editoria de dados no Brasil, e a fundação da Escola de Dados no país, em 2013, impulsionam o segmento no cenário brasileiro. A ação educativa parte de uma instituição fundada em 2012 no Reino Unido pela Open Knowledge Internacional, uma entidade sem fins lucrativos que oferta cursos de curta duração para estimular o uso de dados abertos pela sociedade civil.

Depois desse pontapé inicial, outros veículos começam também a implementar e apostar nas reportagens e visualizações guiadas por dados. Iniciam este processo os jornais O Globo, em 2014, e Nexo e Folha de S Paulo, em 2015. De acordo com Mastrella (2020), essa articulação inicial em torno do JGD fez nascer a comunidade, e favoreceu a criação de novos postos de trabalho com exigências que iam além das atribuições gerais de um repórter. Esse processo então explicaria, segundo a autora, "o ingresso de profissionais ligados às áreas de tecnologia, como cientistas da computação e afins, nas redações".

Jornalismo Guiados por Dados ou Jornalismo de Dados, como compreendemos nos dias atuais, é um termo que surgiu na metade da década de 2000. O termo "jornalismo de dados" foi utilizado pela primeira vez pelo desenvolvedor de software Adrian Holovaty, em 2006, no artigo "A fundamental way newspaper sites need to change". Na obra o autor expressa a importância de usar

técnicas de gerenciamento de dados na redação dos jornais, advogando a necessidade de o jornalista se capacitar para explorar o Big Data. No cenário hiper-tecnológico de hoje, o caminho predito por Holovaty tornou-se indispensável.

Conceitos como Jornalismo de Precisão (JP) e Reportagem Assistida por Computador (RAC) remontam as bases conceituais e introdutórias do Jornalismo Guiado por Dados. São teorias que apontam o uso de métodos das ciências sociais na prática jornalística e o auxílio de elementos da informática na construção da notícia.

Em 1973, Philip Meyer lançou o livro *Precision Journalism*, onde na obra propõe a utilização de métodos das ciências sociais na prática jornalística, tais quais entrevistas de dados categorizados, análise de registros públicos e experiências em campo. Conforme Meyer (2002, p. 5, apud Bogoni e Kraemer, 2015), o novo jornalismo de precisão é jornalismo científico. “O que significa tratar o jornalismo como se ele fosse uma ciência, adotando método científico, objetividade científica, e ideais científicos para todo o processo de comunicação de massa”, destacou o autor.

De acordo com as bases do Jornalismo de Precisão, as novas exigências profissionais são: a) como encontrar informações; b) como avaliá-las e analisá-las; c) como comunicá-las de maneira eficaz ao público interessado em recebê-las; e d) como determinar precisão às histórias contadas pelo jornalismo.

Segundo Meyer (2002) há dois momentos distintos da produção da notícia: a coleta e análise dos dados; e a comunicação desses dados.

Dados crus nunca serão suficientes. Para serem úteis, para serem entendidos, os dados tem que ser processados, separados, colocados em um tipo de estrutura. Você tem que colocar o material em um quadro mental que ajude na interpretação, na compreensão (MEYER, 2002, p. 7-8).

Portanto, não basta ao jornalista somente obter diversos dados e descobrir uma série complexa de informações se ele não tiver capacidade de transmitir o que apurou para o público. A tarefa envolve compreensão inicial e posterior organização lógica para a apresentação das informações.

Uma das premissas do Jornalismo de Precisão é a verdade verificável. Isso é: outros indivíduos podem compreender as informações e também realizar o mesmo caminho percorrido pelo jornalista para chegar àquela notícia.

De acordo com Meyer (2002), “repórteres, como cientistas, estão no negócio de prova de realidade, examinar a existência de teorias, pensar nas consequências diretas, desenvolver hipóteses relatadas que podem ser operacionalizadas, e colocá-las à prova.” O resultado desse processo é o desenvolvimento de uma hipótese, que passa por um teste por meio de método científico e com isso há a apresentação do resultado por meio de um esquema teórico que evidencie o raciocínio e o percurso realizado pelo repórter.

Já a Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) é uma vertente do Jornalismo de Precisão, que, conforme Lage (2001), utiliza técnicas instrumentais como a navegação e a busca na internet, a utilização de planilhas de cálculo e também de bancos de dados.

“Trata-se de colher e processar informação primária ou, pelo menos, intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público.” (LAGE, 2001, p. 156).

A RAC tem dois tipos, sendo básico e avançado. No procedimento básico existe o uso de bases de dados públicas disponíveis na internet e a utilização de planilhas eletrônicas, bem como a capacidade de dominar gerenciadores de bases de dados. Enquanto o RAC avançado exige a realização de tarefas mais complexas, tais quais o cruzamento de dados estatísticos e a visualização de informações.

Para isso, o jornalista precisa saber utilizar três tipos de softwares, ao menos: o de criação de mapas a partir de informações, o de análise de grandes quantidades de dados e o de redes sociais físicas. As ferramentas de georreferenciamento também são úteis aos jornalistas. (KRAEMER; NASCIMENTO, 2013).

O uso de ferramentas de RAC pode ser útil ao repórter que precisa realizar investigações mais profundas. Lage ressalta a aplicação de métodos de pesquisa com relação à apuração de matérias mais densas, complexas e extensas.

[...] onde a RAC parece mais promissora é na produção de matérias mais analíticas e profundas, isto é, mais críticas e consistentes. Ela permite combinar o uso da internet com métodos de pesquisa até há pouco apenas conhecidos e disponíveis por pesquisadores acadêmicos e planejadores, no setor público e empresas privadas. (LAGE, 2001, p. 161-162).

RAC é mais utilizada na investigação jornalística a fim de lidar com contextos sociais mais amplos em uma reportagem, com abordagens mais abrangentes e dados mais impactantes.

A partir desses conceitos-maternos surge o Jornalismo Guiado por Dados (JGD), que se mostra cada vez mais como meio de inovação para acrescentar na prática jornalística, expandindo, principalmente, o potencial investigativo e informacional do jornalismo.

Segundo Howard (2014), “jornalismo de dados é contar histórias com números, ou procurar história neles. É tratar o dado como uma fonte para complementar os testemunhos humanos, as versões oficiais e de especialistas”. Para Trédan (2015), trata-se de uma prática baseada na “coleta, na análise estatística, na visualização de dados na Internet e no seu tratamento jornalístico”. Parasie e Dagiral (2013) falam em produção de conteúdos inovadores com base em “técnicas computacionais usadas para coletar, processar, analisar e visualizar conjuntos de dados”.

O Jornalismo Guiado por Dados criou uma modificação considerável, quiçá uma pequena revolução na atividade jornalística. Inseriu algoritmos como ferramenta da prática jornalística diária e alterou o manejo das notícias - seja sobre sua descoberta, arquivagem ou monetização.

Como define Mastrella (2019), sobre uma conceituação do tema, Jornalismo Guiado por Dados é:

o uso intensivo de um conjunto de métodos científicos e ferramentas computacionais para a busca, seleção, tratamento, interpretação/análise e apresentação gráfica de quantidades abundantes de dados como forma de incrementar a prática jornalística. Neste caso, os dados são a fonte primária primordial da notícia, e acabam por ensejar novos valores e dinâmicas de trabalho à prática jornalística (MASTRELLA, 2019, p. 15)

Já para Vasconcellos e Mancini (2016), o ponto de definição e distinção do JGD é o protagonismo dos jornalistas ao empregarem conhecimentos sobre softwares de busca, mineração e visualização de dados, e até de programação avançada. O JGD pode se apresentar como um suporte elementar para a prática do Jornalismo Investigativo.

Toledo (apud Trasel, 2014) enxerga no Jornalismo Guiado por Dados uma democratização do acesso à informação e como sendo uma resposta do jornalismo ao Big Data:

A maior parte desse mar de dados é inacessível aos humanos. São pulsos magnéticos, sinais eletrônicos, bits e bytes. Apenas com interfaces amigáveis eles se tornam compreensíveis aos nossos olhos e mentes. E, mesmo depois de traduzidos em números, sons e imagens precisam ser organizados em tabelas, planilhas e bancos de dados para pleitear o status de informação. [...] o jornalismo de dados é uma tentativa de resposta [...]

visa separar o joio do trigo e, com sorte, publicar o trigo (TOLEDO, 2014, p.8).

De acordo com a jornalista Sandra Crucianelli, em um artigo para o portal da Rede de Jornalistas Internacionais (IJNet, na sigla em inglês), há três marcas básicas do Jornalismo de Dados. De acordo com Crucianelli (2018), a primeira é a de oferecer ao público documentos com respaldo, sobre os quais a reportagem está baseada; a segunda é que o repórter tem por missão explicar os métodos que usou para bancar seu trabalho diante de possíveis críticas; a terceira marca diz respeito a visualização adequada dos dados, acompanhada de textos que não sejam tão longos.

Conforme o projeto Pernambuco Transparente, iniciativa nordestina especializada em defender o sistema de dados abertos e o acesso à informação pela sociedade civil, algumas características ímpares dos dados como subsídio para produção de reportagens:

- Não são influenciáveis a interesses particulares (maior credibilidade);
- Grande quantidade de fontes (dados abertos e/ou produzidos por órgãos públicos);
- Aumenta a qualidade das produções e seu impacto social;
- Evidências com base em dados e não em opiniões (aproximação com a ciência);
- Transparência de produção (verificação e democratização);
- Humanização por meio de um relato jornalístico de informações contidas em bases de dados cruas;
- A visualização de dados ajuda a compreender melhor a história;
- Abre espaço para colaborações de profissionais de outras áreas ou da sociedade;
- Potencializa o jornalismo investigativo.

Träsel observa a prática como uma resposta às contingências da profissão e também como uma busca por renovação do conceito de objetividade, já não mais entendido como ritual estratégico. O autor conceitua:

[...] se refere à aplicação da tecnociência às rotinas produtivas do jornalismo informativo, num contexto de comunicação em rede, com o fim de estabelecer reclamações mais sólidas de autoridade profissional. Essas reclamações de autoridade profissional se baseiam na observação dos procedimentos de construção da objetividade, não como mero ritual (TUCHMAN, 1993), mas com vistas, em seus melhores momentos, à objetividade disciplinar (PORTER, 1995), embora em geral apenas uma objetividade mecânica seja suficiente. (TRÄSEL, 2014).

Emprego de algoritmos, linguagens de programação e técnicas de automação para a produção da notícia são alguns dos destaques que autores apontam como potencialidades da computação para o jornalismo. Bounegru (2012) afirma que já é senso comum que mesmo as modernas técnicas jornalísticas têm um histórico e, ao mesmo tempo, algo de novo. “A autora diz que ao invés de problematizar se “jornalismo de dados é uma novidade completa ou não, uma posição mais produtiva seria considerá-lo parte de uma longa tradição, mas que agora responde a novas circunstâncias e condições” (BOUNEGRU, 2012).

Bradshaw (2014) aponta que há 20 anos o único tipo de dado com que o jornalista tinha que lidar eram números apresentados em uma tabela. Porém, atualmente quase tudo pode ser descrito em números, inclusive fotos e documentos - por conta da linguagem binária, o código básico da linguagem de programação -, o que expande as possibilidades a uma escala jamais vista.

Ainda segundo Bradshaw, o Jornalismo de Dados aparece em diversas etapas e processos da formatação da notícia:

desde a utilização de programas para automatizar o trabalho de combinar informações até softwares que auxiliam a filtrar dados em documentos e criar modelos para sua visualização, propiciando a criação de matérias jornalísticas mais completas, em formatos mais atrativos e com dados que interessem aos cidadãos, e que os informem e aproximem de sua realidade, a exemplo de uma reportagem que aborde o orçamento público ou que descreva em forma de dados o desempenho de um governo (BRADSHAW, 2014, s/n).

Portanto, os dados podem ser a fonte do jornalismo de dados, ou podem ser as ferramentas com as quais uma notícia é contada (BRADSHAW, 2014).

Crucianelli (2013) destaca que além de grande quantidade de dados, visualização interativa e transdisciplinaridade com a programação, o Jornalismo de Dados reúne ainda características de outros cinco subcampos do Jornalismo: Jornalismo Investigativo, Jornalismo de Profundidade, Jornalismo de Precisão, Reportagem Assistida por computador (RAC) e o Jornalismo Analítico.

Bradshaw (2011) identificou e organizou os processos que compõem o Jornalismo de Dados, onde a partir disso desenvolveu um esquema denominado Pirâmide Invertida do Jornalismo de Dados, pois começa com um grande volume de dados, que passa por processos e etapas até chegar na comunicação dos resultados.

O esquema de Bradshaw (2011) é composto por cinco etapas: compilar, limpar, contextualizar, combinar e comunicar. Em detalhe:

compilar, ou seja, reunir os dados, os quais podem vir de uma base pública ou ser fornecidos por alguma organização, ou ser extraídos por meio de técnicas de mineração, ou coletados por pesquisa; posteriormente segue-se à etapa de **limpar** estes dados, removendo erros ou informações que não se deseja analisar, padronizando-os, para depois **contextualizá-los**, questionar o que há por trás destes dados, o que eles falam, a que interesses atendem e se necessário reunir informações adicionais, e, na sequência, **combinar** com informações adicionais ou diferentes narrativas, como também comparar, para, por fim, **comunicar** (BAZZO, 2019, p. 46, grifos do autor).

A ponta da pirâmide, o ato final de comunicar, também tem diversas etapas embutidas: visualização, narração, socializar, humanizar, personalização e úteis.

Tornando palpável os exemplos, Crucianelli (2013) cita alguns dos produtos noticiosos do Jornalismo de Dados: reportagens que fazem uso dos dados como protagonistas e não apenas como complementos; matérias produzidas levando em consideração a visualização interativa para melhor compreensão dos dados; reportagens a partir de conjuntos de dados abertos (portais de transparência, dados públicos de usuários em mídias sociais etc.); e, por fim, aplicativos de notícias, para comportar e evidenciar informações que não caberiam em uma reportagem tradicional, ou melhor, em formato que não caberia uma reportagem tradicional, e aí não é só uma questão de tamanho, mas de usabilidade.

O Jornalismo de Dados também impôs um intercâmbio de classes profissionais e novas ações comportamentais ao jornalista. Por atuar com outros grupos laborais e sociais, o jornalista acaba desenvolvendo comportamentos incomuns sob o olhar da literatura temática. Um desses comportamentos é o compartilhamento de informações com outros jornalistas, um empenho de ações consorciadas, uma “serialização” com outros veículos de imprensa a partir dos mesmos dados. É um comportamento típico de grupos hackers, indivíduos ligados justamente ao vasculhamento de dados e informações ocultadas na internet.

Baack (2016) observa que esta dinâmica resvala em implicações sobre a identidade e autoridade profissional dos jornalistas. Ao exemplificar o autor cita que esse “espírito colaborativo” contrasta com o comportamento dos “lobos solitários” do Jornalismo Investigativo tradicional. Para Baack, jornalistas tendem a “absorver práticas que ameaçam minar sua autonomia profissional”. Práticas essas que são racionalizadas e normalizadas em suas rotinas com objetivo da manutenção de seu “papel tradicional de guardiões” de informações relevantes.

Por outro lado, Lewis (2012) fala em “fortalecimento da autoridade e da identidade coletiva dos jornalistas contra a influência de governos ou corporações, e o papel do jornalismo como um serviço público sobre os interesses comerciais”.

Felle (2016) afirma que a prática do Jornalismo Guiado por Dados retoma o ilusório Quarto Poder e as funções de fiscalização e “cão de guarda” atribuídas à imprensa.

Para além de aglutinar aspectos identitários e ideológicos de outras práticas sociais, o Jornalismo Guiados por Dados reativa valores profissionais e funções historicamente atribuídas ao jornalismo. As técnicas que melhoram o processamento de informações em enormes bases de dados convivem com discursos sobre o que seriam “os valores basilares do jornalismo”. Mastrella (2020) afirma que “uma das questões mais evidentes é o posicionamento do JGD como um vetor de democracia, como instituição vigilante e fiscalizadora dos três poderes – defesas que reativam uma visão funcionalista da imprensa”.

Conforme Royal (2015), o Jornalismo Investigativo também é uma das raízes do Jornalismo de Dados. Os dois segmentos, JI e JGD, tratam de forma convergente de itens como democratização da informação, impacto social e apuração minuciosa, portanto, são conceitos que se entrelaçam e podem ser práticas que se complementam na produção jornalística.

Como citado acima, reportagens podem surgir a partir de conjuntos de dados abertos, entre eles dados públicos de usuários em mídias sociais. Se houve acesso, houve rastro. Não há como se comunicar sem deixar rastro. Ainda mais na internet, onde há diversas maneiras de registros de acessos e identificação dos usuários. Se deixou um rastro na internet, é um rastro digital.

3.3 Redes sociais digitais e seus rastros

A ascensão das redes sociais digitais revolucionou a forma como as pessoas interagem e se comunicam na era da informação. Com a proliferação de plataformas como Instagram, Twitter e TikTok, tornou-se evidente o aumento significativo na quantidade de conteúdo gerado pelos usuários. A gama infindável de dados e a disseminação cada vez mais veloz da informação segue, como destaca Castells (1996), transformando a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

A ampliação do conceito de rede acontece no século XX e se estende de forma mais acelerada ao focar nas interações sociais promovidas com o advento da internet. Sendo apontada com o fenômeno da "rede das redes", uma rede (internet) que se conecta a determinadas redes (sites, fóruns, comunidades, entre outros) (ZENHA, 2018).

Rede Social online é um ambiente digital organizado por meio de uma interface virtual própria, seja desenho ou mapa de um conceito, que se organiza agregando perfis humanos que possuam afinidades, pensamentos e maneiras de expressão semelhantes e interesse sobre um tema comum. De acordo com Musso (2006), rede social é "uma das formas de representação dos relacionamentos afetivos, interações profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos".

As redes tecidas na virtualidade foram possíveis por conta de três processos: a expressão da diversidade, a comunicação e os avanços da tecnologia. É quando existe "a possibilidade de expressão, a informação contextualizada, que tenta se comunicar, e os aplicativos digitais, cada vez mais integrados ao dia a dia, possibilitaram a criação de uma nova estrutura social, baseada nas redes" (ZENHA, 2018, p. 22-23).

Castells (1999; 2003; 2009) aponta em seus estudos que as redes são uma nova forma de organização social no espaço virtual, com uma lógica capaz de mudar a operação e os resultados das experiências, do poder, da cultura e das produções.

As plataformas de redes sociais digitais são capazes de diversos fenômenos sociais na sociedade contemporânea. O surgimento dos influenciadores digitais e a descentralização da produção de conteúdo informativo/noticioso são duas das representações mais atuais desse processo.

Recuero (2009) diz que o que existe de mais importante nas redes sociais online atuais é que elas "permitiram sua emergência como uma forma dominante de organização social" que conecta mais do que máquinas, "conecta pessoas".

Uma das principais razões para o crescimento exponencial das publicações nas redes sociais digitais é, justamente a democratização da produção de conteúdo. A disseminação de informações e ideias que outrora predominava nas mãos de instituições de mídia tradicionais, passou, com o advento da internet, atrelado a popularização de celulares smartphones e planos de banda móvel acessíveis, para

praticamente qualquer cidadão. Através das redes sociais digitais, qualquer indivíduo com acesso à internet pode se tornar um produtor e distribuidor de conteúdo, desempenhando um papel ativo na construção da narrativa digital.

Num misto de necessidade social e impulso narcísico, a comodidade e a facilidade de uso desses dispositivos móveis têm incentivado os usuários a compartilharem suas experiências, opiniões e perspectivas por meio de fotos, vídeos, textos e outros formatos de mídia. Como resultado, o volume de publicações nas redes sociais digitais aumentou exponencialmente, gerando um fluxo de informações constantemente em expansão.

O impacto desse aumento no fluxo digital é multifacetado. A infinidade de conteúdo nas redes sociais digitais levou a uma fragmentação da atenção do usuário. Com uma quantidade infinita de informações disponíveis, os usuários tendem a ter uma atenção mais dispersa, pulando rapidamente de uma postagem para outra, dificultando assim a retenção de conteúdo e a profundidade da análise. Isso pode levar a uma superficialidade no processamento de informações e à propagação de notícias falsas ou descontextualizadas.

Kaplan e Haenlein (2010) afirmam justamente que a superabundância de informações em redes sociais digitais aumenta os desafios relacionados à confiabilidade e à veracidade das informações compartilhadas.

A sobrecarga de informações é outro fator dessa proliferação massiva de conteúdos digitais. Os usuários são constantemente bombardeados por uma quantidade excessiva de publicações, notícias e atualizações, tornando desafiador separar o que é relevante e confiável do que é superficial ou enganoso. Essa sobrecarga pode levar à fadiga da informação, onde os usuários se sentem sobrecarregados e optam por desconectar-se ou seletivamente filtrar as informações que consomem. Isso pode resultar em uma diminuição do engajamento do usuário e uma menor disposição para interagir com o conteúdo (Dinhopl e Gretzel, 2016).

Ainda na esteira de impactos importantes está também a amplificação de vozes e perspectivas diversas. Com a capacidade de publicar livremente nas redes sociais, grupos marginalizados e minoritários encontraram uma plataforma para expressar suas experiências e lutas, bem como os majoritários e dominantes de seguir disseminando seus ideais e discursos. O resultado disso, por um lado, é uma maior conscientização sobre questões sociais, políticas e culturais, contribuindo

para uma sociedade mais inclusiva e plural. Por outro, também trouxe à tona desafios, como o aumento do discurso de ódio e da polarização, já que pessoas com visões extremas encontraram nas redes sociais um espaço para disseminar suas ideologias.

Muito conteúdo circulando nas redes sociais é mais informação dando sopa, neste caso, no ambiente digital. E informação é a gênese do jornalismo, que remonta diretamente à necessidade humana de compartilhar informações relevantes. E tudo deixa rastro.

Toda ação humana pode deixar atrás de si rastros de diferentes qualidades. O estatuto desses rastros é difícil de definir em termos pretensamente universais, uma vez que o rastro é uma espécie de quase-objeto (SERRES, 1991) e situa-se num limiar entre presença e ausência; visível e invisível; duração e transitoriedade; memória e esquecimento; voluntário e involuntário; identidade e anonimato, etc (BRUNO, 2012).

Em uma era em que estamos todos conectados à internet, os rastros se ressignificam para um outro espaço: o digital. Conforme a autora, rastros digitais são o vestígio de uma ação efetuada por um indivíduo qualquer no ciberespaço. Esses rastros podem ser entendidos como pegadas que deixamos nas redes de comunicação distribuída, especialmente na internet, onde toda ação deixa um rastro potencialmente recuperável, constituindo um vasto, dinâmico e polifônico arquivo de nossas ações, escolhas, interesses, hábitos e opiniões.

Os rastros possuem, segundo Chamusca (2017), um potencial informativo e de construção de conhecimento semantizado, contextualizado localmente, com base na cultura e entendimento locais do conhecimento em questão, que pode instrumentalizar as ações para o planejamento e gestão urbanos na contemporaneidade.

De acordo com Bruno (2012, p. 686-687), quando se trata especificamente de rastros digitais, deve-se observar que eles são quase todos visíveis, duráveis e persistentes, quase cem por cento recuperáveis, podem ser voluntários ou conscientes e possuem assinatura, mas também podem ser mantidos no anonimato e representar tanto o coletivo quanto o individual. Além disso, a autora observa que a intensidade das ações na internet possibilitou o volume expressivo dos rastros digitais que oferecem importantes pistas sobre os modos de vida contemporâneos.

Ao considerar a ubiquidade tecnológica, a internet deixa de ser vista como uma esfera a parte do social, por isso estudar a mediação digital ajuda na compreensão de fenômenos coletivos. A possibilidade de rastrear e agregar dados não só pela quantidade de informação acessível, mas também por sua qualidade “cartografável”, porque “essas tecnologias fornecem dados finos das associações, das variações, das adaptações e das redes que nenhuma estatística jamais pôde oferecer” (LEMOS, 2013, p. 62).

Fatos incontestáveis, sobre rastros digitais, são os que Bruno (2012) classificou, a partir de suas peculiaridades:

a) não há como não deixar rastro nas ações realizadas na Internet; b) nesse ambiente, os rastros não são esquecidos, pois são gerados em forma de arquivos e sempre poderão ser recuperados. O esquecimento, nesse caso, não é algo natural como os rastros analógicos, mas uma ação deliberada de apagar um determinado arquivo, que por sua vez, pode gerar um novo rastro que dê indício do esquecimento artificial do rastro anterior; c) no ambiente da internet, os rastros são persistentes e muito fáceis de serem recuperados; d) os rastros possuem formas diferenciadas e se apresentam em camadas (BRUNO, 2012, p. 687-689).

Chamusca (2017) torna o exemplo mais palpável ao cotidiano “internético” da grande maioria dos brasileiros. A primeira noção de rastro digital, e mais visível, vem das ações diretas como um post numa mídia social ou uma busca no Google, mas, ao mesmo tempo, há rastros que são desdobramentos dessa primeira ação e geram outras camadas de rastros. Os cookies, que rastreiam a sua navegação pela rede, é um exemplo desses rastros menos visíveis, mas que são absolutamente rastreáveis (CHAMUSCA, 2017, p. 43).

As publicações nas redes sociais digitais alcançaram outro teor, desde os âmbitos sociais passando pelos investigativos, até os judiciais. A utilização de mecanismos de busca na Internet hoje permite a produção de provas antes não imaginadas ou possíveis.

Os supracitados *posts* nas redes sociais digitais passaram a ser usados como meios de provas em processos judiciais. Desde o reconhecimento de União Estável, até a comprovação de possíveis fraudes contra credores e descoberta de bens passíveis de penhora em processos de execução (DIREITO DIÁRIO, 2017).

As publicações tomam caráter completamente oficial para uso judicial, uma vez que cartórios já autenticam a impressão de documentos impressos de links online. O tabelião confirma o conteúdo do endereço na internet e autentica a

publicação impressa, dando caráter documental, para fins de produção de provas em processo judicial.

Aplicativos surgem na tentativa de tornar mais seguro a comunicação entre duas pontas. Tido como um dos mais seguros do planeta, o Telegram é um dos meios que governos, líderes, empresários e profissionais de tecnologia usam para conversação e transferência de dados e informações.

3.3.1 Telegram

O aplicativo russo é um mensageiro ou uma rede social? É importante tornarmos claro esse entendimento.

O Telegram é considerado uma rede social digital, apesar de frequentemente ser mencionado apenas como um aplicativo de mensagens instantâneas. O *app* possui recursos e funcionalidades típicas de uma rede social, como permitir que usuários se conectem, compartilhem conteúdo, formem grupos e comunidades, e interajam uns com os outros através de mensagens, chamadas de voz e vídeo, além de permitir a publicação de posts e compartilhamento de mídia, como fotos e vídeos. O maior chamariz do aplicativo é sua segurança, uma vez que oferece recursos de criptografia de ponta a ponta, com intuito de garantir privacidade e segurança entre as comunicações.

De acordo com Boyd e Ellison (2007), "redes sociais digitais são serviços baseados na internet que permitem aos indivíduos construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema limitado, articular uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão e visualizar e percorrer sua lista de conexões e as listas feitas pelos outros dentro do sistema. O ambiente online varia dependendo do nível de abertura que a rede permite, e os usuários podem estabelecer relacionamentos com base em critérios pessoais, profissionais ou sociais."

Além disso, Kietzmann et al. (2011) explicam que "as redes sociais digitais são caracterizadas por uma combinação de propriedades técnicas (plataforma digital, interconectividade, multimídia), propriedades sociais (interações e relacionamentos entre usuários) e propriedades individuais (perfil pessoal, autoria e autenticidade), que juntas facilitam a construção e o compartilhamento de conteúdo, assim como a participação e a colaboração em uma comunidade virtual".

O Telegram foi lançado em 2013 pelos irmãos russos Pavel e Nikolai Durov. Ganhou popularidade, justamente, devido à sua ênfase na privacidade e segurança das mensagens. O aplicativo utiliza criptografia de ponta a ponta em suas conversas secretas, o que significa que apenas o remetente e o destinatário podem ler o conteúdo das mensagens.

Algumas características tornam o aplicativo ainda mais chamativo quando trata-se de conteúdo, como os canais e o suporte ao envio de grandes arquivos. O Telegram permite a criação de canais, que são espaços onde os usuários podem se inscrever para receber atualizações sobre tópicos específicos, como artistas, celebridades, notícias, entretenimento, tecnologia, entre outros. Os canais podem ser públicos ou privados, dependendo das configurações escolhidas pelo administrador, e não tem limite de usuários - permitindo assim milhões de usuários recebendo conteúdos simultaneamente.

Outra característica distintiva do Telegram é a capacidade de enviar arquivos grandes, como vídeos de alta qualidade, sem compressão. Essa característica tem relação com a escolha do hacker - identificado como @BrazilBaronil - para usá-lo no envio dos arquivos que originaram a Vaza Jato para o jornalista Glenn Greenwald.

Diferente de plataformas como Twitter e Facebook, o Telegram se diferencia visualmente e na entrega de conteúdo, devido à ausência de um feed de notícias centralizado. Com isso, os usuários têm mais controle sobre a experiência de uso, escolhendo os canais e grupos nos quais desejam participar, em vez de serem expostos a um fluxo de conteúdo geral.

O Telegram é considerado uma rede social digital por conta de várias características e funcionalidades que compartilha com outras redes sociais:

- **Comunicação e interação social:** O Telegram permite que os usuários se comuniquem e interajam uns com os outros. Eles podem trocar mensagens de texto, realizar chamadas de voz e vídeo, compartilhar mídia como fotos e vídeos, participar de grupos e canais, e assim por diante. Essas interações permitem a formação de conexões sociais, que são características centrais de uma rede social.
- **Compartilhamento de conteúdo:** os usuários podem compartilhar conteúdo com outros usuários, seja por meio de mensagens privadas, grupos ou canais de transmissão. Isso inclui compartilhar notícias, informações, entretenimento, conhecimento e muito mais. O compartilhamento de

conteúdo é um aspecto fundamental das redes sociais, pois permite que os usuários expressem suas opiniões, interesses e se envolvam em discussões;

- **Criação de comunidades:** permite que os usuários criem grupos e canais em torno de interesses comuns, onde podem reunir pessoas com afinidades semelhantes. Essas comunidades podem ser públicas ou privadas e são formadas para diversos propósitos, como discussões temáticas, compartilhamento de conteúdo específico ou simplesmente para reunir amigos e familiares. Essas comunidades são semelhantes aos grupos e páginas encontrados em outras redes sociais populares;
- **Perfis de usuário:** permite que os usuários criem um perfil de usuário com informações pessoais, como nome, foto e uma breve descrição. Esses perfis podem ser visualizados por outros usuários e ajudam a estabelecer uma identidade social dentro da plataforma;
- **Recursos sociais adicionais:** também oferece recursos adicionais típicos de redes sociais, como a capacidade de reagir a mensagens com emojis, mencionar outros usuários usando @nomedeusuário, seguir canais e perfis, e assim por diante. Esses recursos ajudam a promover a interação social e a conexão entre os usuários.

São características que, segundo Boyd (2011) configuram uma rede social digital, pois geram interconexão de perfis individuais, formando uma estrutura de rede onde os usuários estabelecem relações e interações com outros usuários da rede. Interações essas que podem ser por mensagens, compartilhamento de conteúdos, comentários e participação em grupos ou comunidades. Este é um retrato da nossa era, como afirma Castells (2009), que define que as redes sociais digitais são parte integrante da era da informação e da sociedade em rede. O autor destaca que essas redes são plataformas fundamentais para a comunicação e interação entre os indivíduos, permitindo a formação de comunidades virtuais e a troca de informações em tempo real.

Embora o Telegram também tenha características distintas que o diferenciam de outras redes sociais, sua capacidade de facilitar a comunicação, interação social e compartilhamento de conteúdo o classifica como uma rede social digital.

O jornalismo também tem se apropriado do aplicativo russo para diversas funções, e o Telegram tem desempenhado um papel importante no campo

jornalístico, oferecendo uma gama de novas oportunidades e desafios para profissionais da área.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apesar dos meios de comunicação estarem adaptados ao uso de redes sociais digitais no processo informacional, ele segue principalmente vinculado à entrega dos conteúdos jornalísticos, servindo muito mais como vitrine expositora de produções dos veículos, do que como um campo fértil para investigações. Vez ou outra observamos a utilização de publicações nas redes sociais como forma de provar algum elemento inerente ao processo de checagem da informação que está sendo veiculada. Entretanto, esse procedimento é constantemente ligado a publicações de declarações feitas por autoridades ou personagens ligados a um fato, últimas fotos de uma pessoa que morreu num trágico acidente, mensagens enigmáticas de vítimas de suicídio e, acima de tudo, com a utilização de publicações onde o indivíduo se torna um produtor de mídia para a imprensa (fotos ou vídeos de acontecimentos).

Como a convergência entre jornalismo e redes sociais digitais segue em desenvolvimento ininterrupto e cada vez mais veloz, restam dúvidas sobre essa 'apropriação investigativa' por parte da atividade jornalística, então seria somente através de pesquisas que existam possibilidades de construir uma base de conhecimento sobre o tema.

A finalidade de uma pesquisa não é a mera acumulação de dados, mas sua compreensão, através da interpretação e descrição do fenômeno analisado. Portanto, acredita-se que o entendimento sobre como se processam estes fenômenos, como são as suas estruturas e funcionamento, sirva como o principal fator de obtenção do conhecimento.

Com relação a método, segundo Rudio (1986):

[...] não é apenas um conjunto de procedimentos formais ou um complexo de normas cuja finalidade é ser usado unicamente na pesquisa. Método constitui a orientação básica do pensamento reflexivo. Por causa disso, também é considerado eficaz para o aumento do saber, no indivíduo que o utiliza, e meio adequado para ampliar o conhecimento, na área da ciência. Utiliza-se o método como condição necessária para a realização de uma pesquisa ou para adquirir algum conhecimento pessoal (RUDIO apud BRANDÃO, 2015).

Já Coelho (2010 apud Brandão, 2015) propõe que "a palavra 'método' se descole da noção de fórmula e se volte para a noção de procedimento metodológico, deixando de ser um substantivo e tornando-se um adjetivo".

Para a definição da metodologia de pesquisa que foi empregada neste trabalho, utilizou-se o seguinte problema: como as informações disponibilizadas nas redes sociais digitais são utilizadas como elemento de prova para construção de reportagens investigativas? A partir disso, realizou-se uma pesquisa sobre os elementos que circundam essa premissa, com objetivo de compreender esse fenômeno e identificar respostas. Para garantir uma abordagem focada nos meandros de todo processo, utilizou-se uma metodologia que considerou as seguintes etapas:

- Análise bibliográfica;
- Pesquisa documental;
- Entrevistas semiestruturadas com jornalistas;
- Análise das reportagens e dos resultados das entrevistas.

Na análise das reportagens foram encontrados elementos que substanciam a criação de quatro categorias: mensagens, imagem, áudio e localização. A partir dessa classificação, proposta por esta pesquisa, debatemos como esses itens se tornaram elementos de prova para as produções jornalísticas sob o olhar de teóricos do Jornalismo Investigativo, como Lopes e Proença (2003), Sequeira (2005), Fortes (2005), Nascimento (2010) e Noronha (2017).

Descreve-se a seguir o que buscou-se alcançar a partir da aplicação de cada etapa da metodologia de pesquisa aplicada neste estudo.

4.1 Análise bibliográfica

Esta etapa teve o objetivo de embasar o conhecimento sobre o tema da investigação científica. A partir da análise de materiais acadêmicos (livros, artigos e pesquisas relacionadas), pretendeu-se levantar boas práticas e recomendações, com a intenção de aplicar na pesquisa as técnicas, princípios, guidelines e conceitos publicados por diversos autores.

Através da revisão literária também acreditávamos que seria possível identificar se pesquisas relevantes já tinham sido produzidas na mesma área e a variação de problemas já investigados sobre a temática deste estudo.

A partir da leitura de estudos mais recentes sobre Jornalismo Investigativo e redes sociais digitais, é notória a amplitude das novas narrativas jornalísticas e plataformas para a primeira área, enquanto a segunda mostra-se um universo de

dados, que auxiliam a produção de reportagens, a partir de mídias, textos, geolocalização, interações e metadados.

Definimos como direcionamento de buscas os estudos que discutem ou tratam do Jornalismo Investigativo no Brasil, nos últimos seis anos, e que estejam disponíveis na íntegra e gratuitos. As buscas foram feitas nas plataformas Catálogo de Teses e Dissertações e Sucupira, ambas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP). Além desses bancos, visando uma especificidade mais nativa, consultamos os anais dos congressos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

O estudo de documentos possibilita uma ampliação acerca do conhecimento do tema proposto, pois a pesquisa documental funciona tal qual uma linha auxiliar para obtermos informações de um determinado contexto. Como explicam os autores:

[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social (SILVA et. al., 2009, p. 4557).

Esta pesquisa tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 1999). Ainda de acordo com o autor, essas pesquisas apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

[...] enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir idéias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Nesta situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno (SELLTIZ et al., 1965, p.?).

Artigos publicados em Congressos da Abraji também se tornam importantes nesta etapa, por ter periodicidade anual no evento, trazendo atualizações mais constantes sobre a área. Ávila (2020) traz perspectivas sobre o jornalismo nas redes

sociais digitais; Bogoni e Kramer (2015) relacionam a Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) ao uso por jornalistas investigativos; Dias e Gehrke (2017) explicitam o Jornalismo Investigativo como “cão de guarda” utilizado para transparência pública, temática que se relaciona com esta pesquisa; e ainda Machado (2020) aborda especificamente o Jornalismo Investigativo praticado pelo portal Paraíba Já, também parte do corpus desta pesquisa.

A proposta é analisar como as redes sociais de personagens ligados aos casos que se tornam pautas se transformam em fonte, através, por exemplo, das informações públicas como relação na lista de amigos, interações e conteúdos publicados. Além disso, identificar métodos para coleta desses dados e sua utilização no processo da construção de narrativas em reportagens investigativas.

4.2 Pesquisa documental

A escolha se deu por avaliação empírica de elementos que são inerentes a esta pesquisa, de veículos que se notabilizam na prática de Jornalismo Investigativo em âmbito local e nacional, sendo assim os portais *Paraíba Já* e *The Intercept Brasil*, com detalhamento ao longo deste tópico.

Faz-se necessário salientar a escolha por um veículo de mídia local. O Paraíba Já é um portal de notícias fundado pelo jornalista e radialista Fábio Bernardo, em maio de 2010, com sede em João Pessoa. Tem como slogan “*compromisso com a verdade*”, e tem como proposta: fazer um jornalismo de qualidade e relevância social.

Como em todo país o cenário para o jornalismo é devastador do ponto de vista comercial, na Paraíba o cenário é ainda mais desolador. Na esteira da proliferação dos meios de produção de conteúdo e popularização dos planos de dados móveis, o que possibilita novos *publishers* - com ares errôneos de veículos jornalísticas -, os comunicadores se veem reféns dos grandes sistemas de comunicação ou forçados ao empreendedorismo - abertura de blogs ou portais próprios.

A partir do empreendedorismo como saída, a iniciativa privada não costuma anunciar nos espaços dos portais ou blogs, que ficam com as opções de financiamento governamental (mídias institucionais do poder público) ou monetização com Google Ads. O financiamento coletivo na Paraíba é uma realidade

extremamente distante, não existindo veículos onde profissionais sobrevivam completamente da renda das doações.

Com relação ao financiamento do próprio Paraíba Já, é possível observar a presença de publicidades institucionais de órgãos públicos governamentais estaduais e municipais (MACHADO, 2020).

Sobre o Paraíba Já, Machado (2020) destaca a atuação do veículo local na prática do Jornalismo Investigativo em âmbito paraibano:

Diante da pouca ou inexistente prática do Jornalismo Investigativo na Paraíba, uma nova geração de jornalistas atuou na contramão do cenário jornalístico local para produzir uma série de reportagens, algumas norteadas por novos métodos da investigação jornalística, sendo a apuração utilizando informações e dados disponíveis nas redes sociais digitais. (MACHADO, 2020, p. 2).

O portal também foi responsável por investigações conhecidas em todo estado como o ‘Caso Lagoa’, uma investigação sobre superfaturamento das obras na reforma do Parque Sólon de Lucena, na capital paraibana. Portanto, é notório o caráter específico do Paraíba Já para integrar o corpus deste estudo.

O veículo paraibano produziu as séries “Pra Onde Foi a Grana?” e “Farra das Diárias”, no ano de 2019, com notada relevância já que se tornou pauta no programa Fantástico, da Rede Globo, e também tema de artigo apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) nos anos de 2020 e 2021.

Já em âmbito nacional, foi selecionado o *The Intercept Brasil*, veículo responsável por um dos maiores casos da história do jornalismo brasileiro, a “Vaza Jato”, que desencadeou uma série de rupturas nas estruturas de poder, impactando os âmbitos político e judiciário.

Em 2014, os jornalistas Gleen Greenwald, Laura Poitras e Jeremy Scahill, que estiveram à frente das revelações do Caso Snowden, receberam a proposta de Pierre Omidyar, fundador do Ebay (um dos maiores sites de vendas do mundo), de criar uma nova organização de mídia para denúncias e jornalismo crítico. Eles batizaram o projeto de Interceptação, no inglês, The Intercept (TI). Em 2016, Greenwald, que já vivia no Brasil, atraído pela problemática do impeachment de Dilma Rousseff resolveu montar no Rio de Janeiro a versão brasileira do TI, com intuito de cobrir o processo de impedimento da presidente petista, surgia então o The Intercept Brasil (TIB).

O site cobre segurança pública, política, liberdades civis, meio ambiente, assuntos internacionais, tecnologia, justiça criminal e mídia de todo o país. Mantendo as raízes de seu surgimento, o seu viés é investigativo e, para tanto, propõe que os usuários possam enviar denúncias anonimamente através de um servidor, o Securedrop. Além disso, o TIB tem uma campanha de *crowdfunding*, que propõe um modo autossustentável de financiamento onde os leitores podem contribuir com a quantia que desejarem.

Em junho de 2019, o *The Intercept Brasil* iniciou uma série de reportagens, que ficou conhecida como “Vaza Jato”, expondo conversas no aplicativo Telegram obtidas através de fonte anônima, envolvendo membros da Operação Lava Jato, como o então juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, evidenciando atitudes e conversas com conteúdo extremamente controverso. Essas reportagens causaram frisson nos meios jurídico, político e midiático brasileiro, já que reacenderam o debate sobre a credibilidade e imparcialidade da Lava Jato, além de desdobramentos políticos, sociais e econômicos.

Este estudo analisa as séries ‘Farra das Diárias’ do Paraíba Já, e a ‘Vaza Jato’, do The Intercept Brasil, para identificar a presença de conteúdos publicados em redes sociais digitais como meios de prova que embasam a construção de reportagens.

Uma análise com recorte temporal ou a escolha de um veículo especializado em Jornalismo Investigativo prejudicaria no recorte local (seleção de um veículo paraibano), ao passo que a produção de reportagens investigativas requer práticas e tempo distintos de publicações cotidianas, e geralmente possuem periodicidade mais longa. Além disso, o uso de publicações em redes sociais digitais poderia não ser o que embasaria as reportagens, por isso a escolha direta dos veículos que integram o corpus.

E, já que a pesquisa busca compreender como a informação publicada em redes sociais digitais se torna fonte de prova para subsidiar a produção de reportagens investigativas, bem como identificar padrões de descoberta, a priori a escolha pela análise total das séries investigativas não afeta o resultado deste estudo.

Foram 36 reportagens publicadas pelo TIB no âmbito da Vaza Jato. Enquanto as das séries do Paraíba Já contabilizaram 47 publicações. Nesta pesquisa foram analisadas 36 reportagens do The Intercept Brasil e três do Paraíba Já.

Tabela 1 - Reportagens analisadas no site Paraíba Já

Título	Autoria	Data de publicação
Farra das diárias: vereadores recebem para irem a evento em Natal, mas ficam em Conde	Cógenes Lira e Edilane Ferreira	6 de junho de 2019
Vereadores de Santa Rita fazem 'viagem em família' com diárias pagas pela Câmara	Cógenes Lira, Edilane Ferreira e Felipe Rojas	28 de agosto de 2019
Farra das diárias: 11 vereadores e servidor de Santa Rita são presos em flagrante por suspeita de peculato	Cógenes Lira e Edilane Ferreira	5 de novembro de 2019

Fonte: Paraíba Já (2023)

Tabela 2 - Reportagens analisadas no site do The Intercept Brasil

Título	Autoria	Data de publicação
Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro	Glenn Greenwald, Betsy Reed e Leandro Demori	9 de junho de 2019
Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a 'eleger o Haddad'	Glenn Greenwald e Victor Pougy	9 de junho de 2019
Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex	Rafael Moro Martins, Leandro Demori e Glenn Greenwald	9 de junho de 2019
Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato	Rafael Moro Martins, Alexandre de Santi e Glenn Greenwald	9 de junho de 2019
Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept	The Intercept Brasil	12 de junho de 2019
Sergio Moro, enquanto julgava Lula, sugeriu à Lava Jato emitir uma nota oficial contra a defesa. Eles acataram e pautaram a imprensa	Amanda Audi, Glenn Greenwald, Rafael Moro Martins e Leandro Demori	14 de junho de 2019

Lava Jato fingiu investigar FHC apenas para criar percepção pública de 'imparcialidade', mas Moro repreendeu: 'Melindra alguém cujo apoio é importante'	Tatiana Dias, Amanda Audi, Leandro Demori, Glenn Greenwald e Rafael Moro Martins	18 de junho de 2019
Chats da Lava Jato revelam que procuradores reclamavam de violações éticas de Moro e temiam que operação perdesse toda credibilidade com sua ida ao governo Bolsonaro	Glenn Greenwald, Rafael Moro Martins, Victor Pougy e Leandro Demori	29 de junho de 2019
Lava Jato tramou vazamento de delação para interferir na política da Venezuela após sugestão de Sergio Moro	Andrew Fishman, Leandro Demori e Amanda Audi	7 de julho de 2019
Deltan Dallagnol usou fama da Lava Jato para lucrar com palestras e livros	Leandro Demori e Amanda Audi	14 de julho de 2019
Deltan Dallagnol, em chats secretos, sugeriu que Sergio Moro protegeria Flávio Bolsonaro para não desagradar ao presidente e não perder indicação ao STF	Victor Pougy e Glenn Greenwald	21 de julho de 2019
Deltan Dallagnol deu palestra remunerada para empresa investigada na Lava Jato	Amanda Audi, Leandro Demori e Rafael Moro Martins	26 de julho de 2019
Deltan foi estrela de encontro com bancos e investidores organizado pela XP 'com compromisso de confidencialidade'	Andrew Fishman e Leandro Demori	26 de julho de 2019
Deltan Dallagnol incentivou cerco da Lava Jato ao ministro do STF Dias Toffoli	Paula Bianchi	1 de agosto de 2019
Deltan e Lava Jato usaram Vem Pra Rua e Mude como lobistas para pressionar STF e governo	Rafael Neves e Rafael Moro Martins	11 de agosto de 2019
Lava Jato usava chats para pedir dados fiscais sigilosos sem autorização judicial ao atual chefe do Coaf	Paula Bianchi e Leandro Demori	18 de agosto de 2019
Áudios: Corregedor-geral do MPF acobertou confissão de procurador da Lava Jato que pagou por outdoor ilegal	Amanda Audi, Rafael Neves e Victor Pougy	26 de agosto de 2019

Dallagnol mentiu: Lava Jato vazou sim informações das investigações para a imprensa — às vezes para intimidar suspeitos e manipular delações	Glenn Greenwald e Rafael Neves	29 de agosto de 2019
Deltan avaliou concorrer ao Senado, deixou em aberto tentar em 2022 e via necessidade de o MPF 'lançar um candidato por Estado'	Rafael Moro Martins e Rafael Neves	3 de setembro de 2019
Moro autorizou devassa na vida de filha de investigado da Lava Jato para tentar prendê-lo	Leandro Demori e Rafael Neves	10 de setembro de 2019
Lava Jato usou denúncia do sítio contra Lula para distrair público de crise com Temer e Janot e proteger colegas	Rafael Neves	13 de outubro de 2019
Sergio Moro também direcionava ações da Polícia Federal na Lava Jato – delegados, sabendo que era errado, esconderam orientação do juiz	Glenn Greenwald e João Felipe Linhares	19 de outubro de 2019
Lava Jato usou site O Antagonista para interferir na escolha do presidente do Banco do Brasil – e a parceria entre os dois não começou aí	Rafael Moro Martins, Rafael Neves, João Felipe Linhares e Glenn Greenwald	20 de janeiro de 2020
Lava Jato fez de tudo para ajudar justiça americana – inclusive driblar o governo brasileiro	Andrew Fishman, Natalia Viana e Maryam Saleh	12 de março de 2020
Lava Jato suspeitava que Alexandre Ramagem era corrupto e ligado ao PT	Rafael Neves	27 de abril de 2020
Um ano de Vaza Jato	Leandro Demori	9 de junho de 2020
Fachin não viu problema em Moro divulgar delação de Antonio Palocci a seis dias da eleição de 2018. A Lava Jato viu	Rafael Moro Martins	5 de agosto de 2020
Descontrole no MPF: Brasília vazou investigação sigilosa contra Lula à Lava Jato	Rafael Neves	10 de agosto de 2020
Áudios: Deltan Dallagnol interferiu para colocar juiz aliado no lugar de Sergio Moro	Rafael Moro Martins e Rafael Neves	13 de outubro de 2020

na Lava Jato		
O namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo	Leandro Demori, Rafael Moro Martins e Rafael Neves	9 de fevereiro de 2021
'Doleiro dos doleiros' mudou delação para inocentar procurador da Lava Jato a quem dizia pagar propina	Vinicius Konchinski e Rafael Neves	24 de fevereiro de 2021
Como a Lava Jato caiu numa mentira de internet e esperava prender em flagrante o ex-presidente Lula por roubar um objeto que era dele mesmo	Leandro Demori, Rafael Moro Martins e Rafael Neves	11 de março de 2021
Lava Jato pagou R\$ 374 mil para procurador que morava em Curitiba viajar para Curitiba	Vinicius Konchinski	30 de março de 2021
Delação da Odebrecht livrou corruptores e entrega só uma condenação a cada 40 processos	Rafael Neves	25 de maio de 2021
Dallagnol expôs soberba e desumanidade ao prestar solidariedade a delegada após morte de reitor da UFSC	Rafael Moro Martins	18 de janeiro de 2022
Vaza Jato, 4 anos depois, continua mais viva do que nunca	Andrew Fishman	9 de junho de 2023

Fonte: The Intercept Brasil (2023)

É preciso também compreender como atuaram os jornalistas desde a concepção da pauta até o tratamento dos dados obtidos, portanto uma entrevista se tornou primordial para o desenvolvimento desta pesquisa.

4.3 Entrevistas semiestruturadas

Para compreender, de forma mais eficaz, especificidades da captura, filtragem e utilização das informações obtidas através de redes sociais digitais dos personagens implicados nas investigações jornalísticas aplicaremos entrevista semiestruturada com jornalistas que produziram as reportagens analisadas.

Entrevista é uma técnica onde o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe faz perguntas, com objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação em curso. O ato de entrevistar é, segundo Gil (2008), uma forma de

diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ et al., 1967, p. 273).

A entrevista semiestruturada é um método mais espontâneo de interação, no qual o entrevistador faz apenas algumas perguntas predeterminadas em roteiro a um indivíduo. O desenrolar do processo se torna uma conversa, por vezes até informal, sem planejamento antecedente e com demandas que surgem a partir da interação espontânea entre os membros.

Por meio das entrevistas é possível perguntar aquilo que não conseguimos observar: sentimentos, intenções e pensamentos, por exemplo. Assim, entrevistas são feitas para compreender a perspectiva do outro, partindo do pressuposto de que tal perspectiva é significativa e pode ser conhecida e explicitada (PATTON, 2002).

Entrevistas permitem uma melhor compreensão de mecanismos causais, servem também como principal fonte de dados e, ainda, podem gerar dados que serão analisados posteriormente.

A entrevista semiestruturada é uma “conversa com propósito” (LEGARD et al. 2003, tradução nossa), sendo uma metodologia qualitativa de coleta de dados.

O objetivo central da entrevista semiestruturada é investigar diferentes perspectivas e pontos de vista sobre um fato, através da compreensão da realidade dos entrevistados. Ao contrário da pesquisa quantitativa que foca na generalização e no efeito médio, esse método foca em símbolos, significados, crenças, atitudes, valores e motivações (GASKELL, 2003; LEGARD et al., 2003; DUARTE, 2005 apud ROCHA, 2020).

Além desta definição geral, tais entrevistas podem ser delimitadas de acordo com algumas características principais. Um primeiro ponto é que elas apresentam uma combinação entre estrutura e flexibilidade: na medida em que seguem um tópico guia ou roteiro com os principais temas a serem abordados (estrutura), o(a) pesquisador(a) tem liberdade para voltar numa pergunta anterior, aprofundar um determinado tópico etc. (flexibilidade) (LEGARD et al., 2003). Há uma mistura entre elementos pré-determinados e pontos que surgem ao longo do processo.

Inicialmente tínhamos como meta entrevistar os editores de cada veículo, porém, por falta de retorno de Leandro Demori (editor do TIB à época), entrevistamos apenas a editora do Paraíba Já, Edilane Ferreira. Utilizamos um formulário pré-estabelecido para compreender processos como o ponto inicial da pauta, por qual motivo as redes sociais passaram a ser usadas, como investigavam através das redes sociais digitais e como usavam os elementos colhidos no ambiente online. A entrevista foi enviada no dia 21 de junho de 2023 e obtivemos resposta no dia 30 de junho de 2023.

As questões que integram a entrevista foram:

1. Qual o ponto de partida da pauta?
2. Como aconteceu o processo de apuração?
3. Quais as práticas, procedimentos, ferramentas e método de publicação utilizados na Farra das Diárias?
4. Qual a importância das redes sociais para a investigação da Farra das Diárias?
5. Algumas reportagens da série são baseadas integralmente em publicações em rede social. Rastro digital hoje é prova jornalística? Tem força para se tornar o cerne de uma pauta?
6. Definirias os rastros digitais (publicações, fotos, vídeos, Stories, mensagens) como “prova jornalística”? Se sim, por quê?
7. Qual o objetivo e impacto social proposto pela série de reportagens?
8. Quais os principais desafios durante a produção das reportagens?
9. Por se tratar de dados/imagens pessoais, houve algum debate interno sobre ética? Se sim, como se deu e qual definição?
10. A partir dessa experiência, acredita que rede social digital é ambiente para investigação jornalística? E como as redes podem subsidiar a produção de reportagens investigativas?
11. Espaço aberto para comentário sobre sua visão com relação ao jornalismo investigativo baseado em dados/informações obtidas através de redes sociais digitais.

A partir dos tópicos acima, partimos a seguir para análise do que foi obtido através da utilização de metodologias e conceitos inerentes ao tema deste estudo.

4.4 Análise das reportagens e dos resultados das entrevistas

Coletamos notícias publicadas nas séries 'Farra das Diárias', e 'Vaza Jato', respectivamente nos portais Paraíba Já e The Intercept Brasil, analisando texto, áudios, imagens, fotos, vídeos, documentos, mensagens e demais dados, tratando o que for inerente à utilização dessas informações na construção da narrativa. Como citado anteriormente, não teremos um recorte temporal.

As informações serão observadas e coletadas, e, posteriormente, analisadas. Para o momento de análise, será usado o método da análise de conteúdo. Conforme Bardin (1977), análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Portanto, a pesquisa se caracteriza como empírica, já que serve para observação e experimentação no intuito do oferecimento de dados com objetivo de sistematizar uma teoria.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo se divide em três etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados (inferência e interpretação). A pré-análise é a fase da organização e definição do sistema de trabalho; na exploração do material, acontece o recorte da pesquisa e a análise propriamente dita; na última fase, os dados são tratados para torná-los significativos e válidos, buscando ir além do que conteúdo previamente coletado.

De acordo com Herscovitz (2008), a análise de conteúdo é um método bastante útil para a pesquisa jornalística e que pode ser utilizada de várias formas.

As informações serão observadas e coletadas, e posteriormente analisadas sendo analisadas: plataforma de disponibilização, relação com personagem, tipo de informação, forma de obtenção e relação com a investigação.

A pré-análise é a fase da organização e definição do sistema de trabalho; na exploração do material, acontece o recorte da pesquisa e a análise propriamente dita; na última fase, os dados são tratados para torná-los significativos e válidos, buscando ir além do que conteúdo previamente coletado.

Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve

também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2008, p. 123).

Esta pesquisa também permeia por conceitos como jornalismo de precisão (Meyer, 2002) e jornalismo guiado por dados (Coddington, 2014). Weinberger (2012) destaca que os meios de comunicação, as empresas, os governos e a ciência se beneficiam dos dados disponíveis na rede, sobretudo por conta das contribuições de leitores que, ao colaborar com o processo, tornam os dados muito mais “encontráveis” e compreensíveis por outros tanto.

Há apropriações características da prática jornalística investigativa por jornalistas que usam as redes para encontrar elementos que corroborem suas investigações e conseqüentemente suas reportagens. Os critérios do Jornalismo Investigativo serão aplicados com intuito de identificar a pertinência dos dados, a apuração, a apropriação dos conceitos investigativos, bem como a usabilidade - valor-notícia - nas reportagens.

Fortes (2005) e Sequeira (2005) se assemelham no entendimento que o Jornalismo Investigativo é uma prática diferenciada pelas circunstâncias do fato, que tendem a ser mais complexas, a extensão noticiosa e o tempo de apuração e duração.

Discutiremos também o pertencimento do conteúdo das reportagens ao campo investigativo da atividade jornalística dentro da literatura de Lopes e Proença (2003). Para os autores, a atuação do Jornalismo Investigativo ocorre no sentido de reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos.

Os critérios do Jornalismo Investigativo serão aplicados com intuito de identificar a pertinência dos dados, a apuração, a apropriação dos conceitos investigativos na coleta, bem como a usabilidade - valor-notícia - nas reportagens.

Melo (2015, 2016) discute dois pontos importantes acerca do Jornalismo Investigativo no Brasil, em um primeiro estudo ela analisa os discursos e práticas, já em um segundo momento ela trata sobre os percursos do Jornalismo Investigativo no país, temática que se assemelha a este projeto.

Entender as técnicas específicas que compõem esta área do jornalismo é imprescindível. Noronha (2017) discute o processo de produção do Jornalismo

Investigativo, com objetivo de verificar especificidades no processo produtivo da reportagem investigativa, que atravessam desde o levantamento da pauta, os procedimentos de apuração e a construção do material final.

Fortes (2005) afirma que o Jornalismo Investigativo é uma prática diferenciada pelas circunstâncias do fato, que tendem a ser mais complexas, a extensão noticiosa e o tempo de apuração e duração, que necessariamente deve ser maior. Já Sequeira (2005) classifica o Jornalismo Investigativo como uma categoria jornalística específica, diferenciada das outras pelo processo de trabalho dos profissionais, obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada ortodoxas. O autor defende, a partir da classificação de Marques de Melo (1985), que define só duas categorias de jornalismo, sendo informativo e opinativo, que o Jornalismo Investigativo constitui uma terceira categoria da práxis jornalística.

Pretendemos avaliar também sob a ótica de Nascimento (2010) o critério de publicação dos dados obtidos em investigação nas redes sociais digitais. Para o autor, que diferencia Jornalismo Investigativo de jornalismo de investigações, em sua obra “Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil”, ganhador do Prêmio Esso em 2010, há três pré-requisitos próprios do Jornalismo Investigativo: a investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista; o tema da investigação deve ser relevante para o leitor; e o assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público.

[...] Jornalismo Investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas por terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de Jornalismo Investigativo (NASCIMENTO, 2010, p. 13).

Com entendimento dos efeitos das reportagens analisadas no corpus, vamos assimilar também os conteúdos dentro da literatura de Lopes e Proença (2003). Para os autores, a atuação do Jornalismo Investigativo ocorre no sentido de reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos. Conforme os autores, um jornalista que produz notícias diárias (fatuais) é um transmissor da notícia, já o jornalista investigador seria o criador da informação.

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completá-la, aquele que busca, compara, não é um mero receptor de

informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos. Não espera que os fatos se produzam; ele os desencadeia ou os para com sua investigação, dependendo dos fatos e do que tratam (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 15)

Dentro deste contexto se faz necessário observar o papel do jornalista enquanto curador. Frente a grande quantidade de dados na rede e em rede que a dadosfera (Beiguelman, 2011 apud Corrêa et al, 2012, p. 26) nos apresenta, a curadoria ressurge como um aspecto importante para comunicadores, agora com adaptação para o contexto digital.

Nessa paisagem, a noção gera desdobramentos tais como "curadoria de informação", "curadoria de conteúdo", "curadoria de conhecimento" e "curadoria de dados", quase sempre colocando como protagonista os seres humanos capazes de filtrar informações e reorganizá-las para uma plêiada de usuários (ROSENBAUM, 2011 apud CORRÊA et al 2012, p. 26).

Ainda conforme Corrêa (2012), no campo da comunicação digital, entendemos que o curador da informação assume um papel mais assertivo ao combinar competências de re-mediação, agregação de audiências, mineração de dados, inteligência distribuída, agenciamentos e adição de valor visando o exercício da ação comunicativa que, em última instância, objetiva a fixação e disseminação de mensagens, e a respectiva obtenção de valor como retorno.

Rogers (2011) revela que a curadoria realizada por um especialista (o jornalista) prevê habilidades bem distintas, entretanto: inclui horas compilando e analisando dados e documentos disponíveis na internet, procurando um padrão informativo e com valor-notícia para, então, a partir desse trabalho, criar um conjunto informativo perspectivado de uma maneira até então inédita.

Após a fundamentação teórica, que projeta um arcabouço para os temas tratados na pesquisa, no próximo capítulo trazemos os resultados. Com a análise do corpus buscamos compreender como os rastros digitais se tornam elemento de prova para o Jornalismo Investigativo.

5. RESULTADOS

A crescente disponibilidade de dados abertos oferece aos jornalistas uma fonte rica e acessível de informações para realizar pesquisas, investigações e análises aprofundadas.

As fontes de informações são o ponto de partida para a geração de notícias. Entrevistas, declarações oficiais, pesquisas, documentos públicos, testemunhas oculares e, claro, investigação, são elementos que podem integrar a produção jornalística. As fontes de informação fornecem elementos essenciais para a construção da narrativa jornalística.

No ciberespaço a informação geralmente é resultado do processamento, análise e contextualização dos dados disponíveis. Isso tem relação com agregar valor aos dados por meio de interpretação, análise crítica, comparação, verificação e organização. A incorporação de dados como fonte de informação jornalística oferece um enorme potencial para o Jornalismo Investigativo e a narrativa inovadora.

Esse processo de produção da notícia envolve diversas etapas, entre elas, a identificação de uma história, a coleta de informações e a verificação dos fatos. E como evidencia Helmond et al. (2019), a disponibilidade crescente de conjuntos de dados abertos oferece aos jornalistas uma fonte valiosa de informações para investigações, análises e reportagens de interesse público.

Ainda sobre dados, McAdams (2015) traz uma inquietação que norteia esta pesquisa: os dados são uma fonte essencial para o Jornalismo Investigativo, fornecendo evidências e revelações que muitas vezes não podem ser obtidas por meio de fontes tradicionais.

É neste panorama que situo a análise desta pesquisa: como as publicações nas redes sociais deixam rastros digitais para o Jornalismo Investigativo?

Para tal, é ideal que se observe grandes casos envolvendo o Jornalismo Investigativo, e um marco recente do Jornalismo Investigativo nacional, que envolve justamente conteúdo disponibilizado em rede social digital como centro da pauta e grandes desdobramentos é a Vaza Jato.

5.1 Vaza Jato

A Vaza Jato foi uma investigação jornalística de grande impacto no Brasil, abalando as estruturas de poder político e econômico, além de ter consequências sociais, eleitorais e jornalísticas. Ao revelar mensagens trocadas entre procuradores da Operação Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro, então responsável pelos julgamentos dos casos relacionados à operação, o The Intercept Brasil trouxe à tona questionamentos sobre a conduta dos envolvidos, levantando preocupações sobre a imparcialidade das decisões tomadas e as práticas adotadas durante as investigações.

As reportagens jogaram luz sobre uma série de revelações que levantam questões sobre a justiça e o comportamento ético dos participantes da Operação Lava Jato, uma das maiores investigações anticorrupção do Brasil. As mensagens vazadas revelam uma proximidade suspeita entre o então magistrado Sérgio Moro e os procuradores da força-tarefa, com destaque para Deltan Dallagnol, sugerindo uma possível cooperação indevida no andamento dos processos.

Essas revelações levantaram preocupações legítimas sobre os procedimentos, a imparcialidade dos julgamentos e a ética do sistema de justiça brasileiro. A Vaza Jato também oferece discussões sobre a independência do judiciário, o papel dos promotores e a integridade das investigações. Ela colocou em pauta a necessidade de garantir a equidade e a transparência dos processos judiciais mais relevantes, principalmente quando envolvem figuras políticas de destaque.

Além disso, a série de reportagens teve um impacto significativo no debate e na percepção pública da Operação Lava Jato. Isso gerou discussões sobre o papel da imprensa no controle do poder, a liberdade de expressão e a importância do Jornalismo Investigativo. A divulgação das mensagens vazadas lança luz sobre informações relevantes para a sociedade, permitindo uma análise crítica e um melhor entendimento dos bastidores das investigações e das relações com os stakeholders.

No contexto político e institucional do Brasil, a Vaza Jato teve um impacto significativo, influenciando os debates sobre a reforma legal, o desempenho dos ministérios públicos e judiciários e a reputação de instituições e organizações envolvidas no combate à corrupção. Levantou ainda a necessidade de promover a

reflexão sobre os limites e responsabilidades dos funcionários no combate à corrupção, assegurando sempre o respeito pelos princípios basilares do Estado de Direito.

Neste capítulo abordamos as análises referentes às reportagens da série intitulada *Vaza Jato*, produzida e capitaneada pelo site *The Intercept Brasil*. Um marco no Jornalismo Investigativo brasileiro contemporâneo, apesar de suscitar diversas discussões no âmbito jornalístico e acadêmico, a série desnudou a relação controversa entre o ex-juiz Sergio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol. Essa relação espúria foi possível de ser detectada através de informações obtidas através de uma fonte anônima, um *hacker*, numa rede social, o Telegram, e enviadas ao TIB.

“As investigações do Intercept abalaram o establishment político no Brasil e tornaram-se uma enorme história internacional”, analisou o veículo britânico *The Guardian*. “Uma das mais importantes investigações jornalísticas de 2019”, pontuou a rede árabe *Al Jazeera*. Apontando o norte das publicações, o espanhol *El País* assinalou: “uma investigação jornalística põe em dúvida a imparcialidade da operação Lava Jato”. As afirmativas da imprensa internacional tornam cristalina a importância e tamanho da série de reportagens que integra este estudo.

A divulgação das mensagens revelou uma série de diálogos entre Moro e Dallagnol, nos quais discutiam estratégias, trocavam opiniões e compartilhavam informações sobre as investigações em andamento. Esses diálogos, segundo os críticos da Lava Jato, evidenciaram uma possível colaboração indevida entre o juiz e os procuradores, comprometendo assim a imparcialidade do processo.

Entre os pontos mais polêmicos destacados pelas mensagens estava a suposta orientação de Moro a Dallagnol em relação às investigações, além da indicação de que o ex-juiz teria influenciado na condução dos processos e interferido no trabalho do Ministério Público. Essas revelações levantaram dúvidas sobre a imparcialidade das decisões tomadas por Moro e a validade dos julgamentos realizados durante a Operação Lava Jato.

A força-tarefa da Lava Jato também ditava o ritmo da imprensa, com vazamentos seletivos, declarações marcadas e direcionamentos de assessoria de imprensa, e a *Vaza Jato* surgia na contramão. Com o formato de série, demonstrando diretamente que seria algo grandioso e fora do comum, o TIB veio com o objetivo de desempenhar um papel fundamental na promoção da

transparência e da prestação de contas, ao expor práticas e questões negligenciadas pela mídia tradicional (DIAS E GEHRKE, 2017).

Após a divulgação das conversas, tanto Sérgio Moro quanto Deltan Dallagnol afirmaram que as mensagens foram retiradas de contexto ou tiveram sua autenticidade questionada. No entanto, a revelação dessas trocas de mensagens contribuiu para o fortalecimento do debate em torno da imparcialidade judicial, da independência do Ministério Público e da forma como as investigações de corrupção são conduzidas no Brasil.

Esse efeito *spotlight* (holofote, em tradução livre) gerou uma ampla repercussão e divisões na opinião pública. O caso pautou debates sobre o papel do juiz, a independência do Poder Judiciário, a atuação do Ministério Público e a forma como as investigações de corrupção são conduzidas no país. As críticas concentraram-se especialmente nas possíveis violações do princípio da imparcialidade, um pilar fundamental do sistema de justiça.

O The Intercept vislumbrou, como veremos em nesta análise, que através de uma abordagem serializada, as reportagens poderiam estabelecer uma narrativa contínua, com intuito de envolver o público e promover um engajamento mais duradouro com os tópicos abordados, para que o tema tomasse conta do agendamento midiático e social.

Tucham (1978) reitera essa perspectiva sobre direcionar o debate social, apontando que as séries de reportagens jornalísticas, ao apresentarem uma narrativa sequencial, têm a capacidade de prender a atenção do público e fomentar uma discussão persistente sobre questões relevantes. A receita surtiu efeito.

Diante das polêmicas geradas pelas mensagens vazadas, Sergio Moro pediu exoneração do cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública, que havia assumido após deixar a magistratura, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), principal beneficiado eleitoralmente com os desdobramentos da Lava Jato, que retirou o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) das eleições 2018. Moro afirmou que sua saída se deu devido a divergências com o governo na condução de políticas de segurança e combate à corrupção, mas as revelações da Vaza Jato certamente tiveram impacto em sua decisão.

Gerou-se um efeito no qual uma série de reportagens jornalísticas teve um efeito significativo na agenda política, chamando a atenção para questões negligenciadas e influenciando a tomada de decisões. E como referenda

Nascimento (2010), a Vaza Jato é Jornalismo Investigativo, pois as revelações partiram de um trabalho dos próprios jornalistas, uma vez que um amontoado de dados não gera contextualização nem conhecimento. Na obra "Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil" (2010), o autor caracteriza o Jornalismo Investigativo como detentor de pré-requisitos próprios, como sendo: a) investigação ser fruto do trabalho de um jornalista; b) o tema da investigação ser relevante para o leitor; c) e o assunto ser algo que alguém está tentando ocultar do público.

Partindo desse ponto, fica evidente que o papel desvelador do jornalismo, sobretudo o investigativo neste caso, só foi cumprido por conta de provas jornalísticas presentes em uma rede social digital, o Telegram. É neste cenário que analisamos como isso se torna palpável e como o jornalismo utiliza esse novo espaço para investigações e produção de reportagens.

A Vaza Jato também levantou à época questionamentos sobre o futuro da Operação Lava Jato e seus desdobramentos. A operação, que resultou em centenas de condenações e recuperou bilhões de reais desviados, enfrentou desafios desde então. Críticos argumentam que a revelação das mensagens enfraqueceu a operação e abriu espaço para questionamentos sobre a validade das condenações.

No entanto, é importante destacar que a Vaza Jato não invalidou todas as investigações e condenações realizadas pela Operação Lava Jato. Muitos casos foram julgados e confirmados em instâncias superiores, e diversos réus continuaram sendo processados e condenados por corrupção e lavagem de dinheiro.

A Vaza Jato também teve um impacto na discussão sobre a ética jornalística e o papel da imprensa na divulgação de informações obtidas de maneira ilícita. Enquanto alguns argumentam que a divulgação das mensagens serviu para expor possíveis irregularidades e garantir a transparência, outros criticam o uso de material obtido por meio de hackeamento ilegal.

Tabela 3 - Rastros digitais na Vaza Jato

Rede social	Rastro digital
Telegram	Mensagens de texto
Telegram	Áudios

Telegram	Imagens
Telegram	Localização

Fonte: Feito pelo autor

5.1.1 A gênese da Vaza Jato

O ponto de partida dessa história remonta a maio de 2019, quando Walter Delgatti Neto, um hacker brasileiro, invadiu os telefones celulares de várias autoridades, incluindo o então juiz Sergio Moro e membros da Lava Jato, entre eles o chefe da força-tarefa, o procurador Deltan Dallagnol. Delgatti teve acesso a um vasto volume de mensagens trocadas por meio do aplicativo de mensagens Telegram. O hacker, naturalmente, não se identificou à época da invasão.

Após obter essas informações, Delgatti entrou em contato com a deputada federal Manuela D'Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que é jornalista. O hacker contatou a parlamentar através do Telegram do senador Cid Gomes. “Consegue confiar em mim?”, o contato endereçado a Cid escreveu, às 12h14. D'Ávila confirmou. Quando recebeu a seguinte mensagem: “Olha, eu não sou o Cid. Eu entrei no Telegram dele e no seu. Mas eu tenho uma coisa que muda o Brasil hoje. E preciso contar com você. Eu entrei no Telegram de todos os membros da força-tarefa da Lava Jato. Peguei todos os arquivos” (DUARTE, 2020, p. 11), escreveu o hacker, com identidade ainda oculta nesse momento.

Inicialmente, destaque-se que jornalistas e hackers têm um quê de igualdade, ambos compartilham uma inclinação comum em desafiar o *status quo* e revelar informações que poderiam ser consideradas sensíveis ou secretas.

Manuela então suspeita, pensa em alguma armadilha política. O hacker passa a falar com a deputada em um contato próprio no Telegram, respondendo apenas pela alcunha digital de @BrazilBaronil. Ele começou a mandar prints de conversas aleatórias dos procuradores, incluindo documentos da força-tarefa Greenfield, que pediu a prisão de Temer em 2019, acusando-o de recebimento de propina. Garantia que tinha cinco anos de conversas dos lavajatistas. Após contato com o advogado e ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, D'Ávila decide que a melhor alternativa seria enviar o caso à imprensa.

@BrazilBaronil então alegou que queria repassar as mensagens para alguém com credibilidade e pediu que Manuela intermediasse o contato com jornalistas

renomados. A deputada então contactou Glenn Greenwald, um dos fundadores do The Intercept, que já havia ganhado destaque internacional, incluindo um Prêmio Pulitzer, por seu trabalho na divulgação dos documentos vazados por Edward Snowden em 2013.

Greenwald fica em contato direto com o hacker, que após uma longa conversa decide lhe passar os arquivos, justamente via Telegram. Jornalistas têm utilizado informações obtidas por hackers para expor corrupção, violações de direitos humanos e outros abusos de poder, um exemplo clássico recente é o Caso Assange, ou o *Panama Papers*. E, especificamente sobre o Telegram, a rede já é tratada como uma plataforma que oferece uma rica variedade de dados, incluindo metadados, mensagens, arquivos compartilhados e informações de perfil, que podem ser analisados. Surgia a partir deste momento: uma reportagem investigativa baseada em dados obtidos em uma rede social digital.

Em seguida, Greenwald contacta apenas Leandro Demori, editor-chefe do The Intercept Brasil. “Recebi um material com conversas do Telegram de procuradores da Lava Jato!”, disse ao telefone (DUARTE, 2019, p. 20). Após isso, ele pede para se encontrarem pessoalmente. O editor desvia sua rota, ao invés de ir a um evento na Suécia, Demori desembarcaria no Rio de Janeiro. Nesse meio tempo, convocou Rafael Moro Martins, editor do TIB em Brasília e maior especialista em Lava Jato da equipe, para seguir rumo ao Rio. Além disso, convocou o editor adjunto Alexandre de Santi, que já morava na capital carioca para a “cruzada”. Chegando lá eles se juntariam a Victor Pougy, assessor de Greenwald.

Santi e Martins se debruçaram com mais afinco em um recorte inicial de arquivos, e durante a primeira reunião com os advogados do TIB, Rafael Borges e Rafael Fagundes, expuseram as primeiras mensagens que continham revelações sobre desvios éticos de Moro e Dallagnol.

Santi aproveitou para atualizar o grupo sobre os diálogos que ele e Rafael Martins haviam encontrado no dia anterior. Num deles, Moro sugeria a Dallagnol que trocasse a ordem das fases da Lava Jato. Também recomendava uma testemunha para a acusação. “O juiz sugerir testemunha? Isso é absurdo!”, escandalizou-se Borges. Quanto mais eles falavam, mais o advogado se impressionava. “A República vai cair, isso é muito sério!” (DUARTE, 2019, p. 39).

Ainda na reunião com os advogados, há uma reflexão sobre ética jornalística e Direito. Borges advertiu que Moro e Dallagnol não seriam punidos, porque por mais grave que fossem as denúncias, a origem ilícita das provas invalidaria um

processo contra a dupla. “A maçã é podre para fins de incriminação. Mas não é podre para fins de repercussão” (DUARTE, 2019, p. 39), pontuou o advogado.

Usando a mesma analogia, reforçou que a lei brasileira permite aos jornalistas receber maçãs envenenadas. Só não poderiam, de forma alguma, participar da colheita. Virando-se para Greenwald, repassou orientações práticas do que isso significava em seu contato com o hacker: “Você não pode pagar, orientar, instigar, ser cúmplice de nenhuma maneira. Você pode receber o material, mas não pode ser coautor. E registre tudo o que você falar com a fonte para ter comprovação” (DUARTE, 2019, p. 39).

Apesar do uso de informações obtidas através de hackers poder suscitar preocupações éticas, não se pode ignorar o fato de que essas informações têm desempenhado um papel significativo na exposição de abusos e irregularidades.

Os holofotes que personagens como Moro e Dallagnol tanto buscaram estavam se voltando contra si. A exposição pública os tornou alvo do *accountability* que tanto investigavam. *Accountability* é o processo pelo qual os atores políticos são responsabilizados por suas ações, tanto perante as instituições formais como perante a sociedade civil (MEDEIROS, CRANTSCHANINOV, SILVA, 2013).

Em 23 de maio de 2019, a equipe começa a ter pautas que podem ser trabalhadas. São encontradas mensagens, nos grupos do Telegram, que comprometem a relação entre procuradores e juiz, e jogaria aos holofotes um desvio ético e um processo de ruptura no trâmite do Estado Democrático de Direito. Iniciava ali a produção das reportagens investigativas da série intitulada Vaza Jato, baseada em dados obtidos de uma rede social digital, o Telegram.

5.1.2 A produção

Foram publicadas 36 reportagens da “Vaza Jato” no The Intercept Brasil, a grande maioria categorizada numa sessão especial do site do veículo. E, no geral, foram ao ar 105 reportagens da série que expõe as relações antiéticas entre juiz e procuradores, em parceria com mais sete veículos.

O processo de produção não foi fácil. Os arquivos eram extensos, tinham sido recebidos *terabytes* contendo as mensagens de Telegram. Para uma compreensão da imensidão dos dados enviados pela fonte anônima, em um recorte de três meses de mensagens estavam reunidos mais de 620 mil caracteres de texto.

“Alguns arquivos tinham mais de 80 partes. E cada uma dessas partes podia conter centenas de páginas. Um único grupo, intitulado Terra de Brutos, por

exemplo, reunia 623 mil caracteres de texto entre março e junho de 2015. Em apenas três meses de duração, o chat produzira conteúdo equivalente a um livro de mais de 300 páginas" (DUARTE, 2019, p. 29).

Reitera-se que o centro das reportagens está nas informações obtidas através de uma rede social digital, o Telegram.

O aplicativo oferece aos jornalistas uma plataforma para distribuir notícias em tempo real, interagir diretamente com o público, colaborar com equipes, enfrentar desafios relacionados à desinformação, e principalmente, para proteger a privacidade das fontes e acessar informações relevantes.

Por conta dos dois últimos itens, assim como fora explorado na relação entre o hacker @BrazilBaronil e o The Intercept Brasil, o Telegram pode servir como uma valiosa fonte de informações vazadas e uma ferramenta para investigações jornalísticas. A natureza segura e criptografada do Telegram tem sido atrativa para jornalistas que trabalham em ambientes de alto risco, fornecendo uma plataforma para comunicação segura e proteção de fontes.

Três pontos das funcionalidades proporcionadas pela plataforma auxiliam a produção jornalística investigativa:

1. **Vazamentos e informações privilegiadas:** Telegram também pode ser utilizado para vazamentos de informações e compartilhamento de documentos sensíveis. Fontes anônimas podem utilizar o aplicativo para entrar em contato com jornalistas e compartilhar informações confidenciais, expondo casos de corrupção, abusos ou outros assuntos de interesse público. Isso pode ser particularmente relevante para investigações jornalísticas;
2. **Interação direta com fontes:** o aplicativo permite que os jornalistas tenham uma comunicação direta com suas fontes, seja através de mensagens privadas ou por meio de grupos de discussão específicos. Isso facilita o contato e a obtenção de informações exclusivas, permitindo que os jornalistas conduzam entrevistas, solicitem esclarecimentos e obtenham documentos ou evidências relevantes para suas investigações;
3. **Pesquisa e rastreamento de informações:** plataforma possui recursos de pesquisa avançada que permitem aos jornalistas pesquisar por palavras-chave, nomes de usuários, grupos ou canais específicos. Isso pode ajudar a rastrear informações relevantes, acompanhar discussões sobre

determinados tópicos e identificar possíveis fontes de informação para investigações jornalísticas.

Com essa explanação, e atestando o *corpus* desta pesquisa, prossigamos para entender a produção das reportagens investigativas da Vaza Jato.

As primeiras reportagens começaram a ser produzidas em meados de 23 de maio de 2019: uma sobre diálogos nos quais procuradores discutiam formas de inviabilizar a entrevista de Lula na prisão, temendo proveito eleitoral às vésperas do primeiro turno das eleições 2018; e outra sobre um diálogo direto entre Moro e Dallagnol, onde o então juiz sugere ao procurador trocar as fases da Lava Jato.

Demori encontrou uma terceira pauta logo em seguida, através de mensagens em que Dallagnol compartilhava inseguranças sobre o ponto central da acusação do Ministério Público Federal contra Lula, no caso do triplex. Essas são os “três cavaleiros do apocalipse” que dão início à série de reportagens Vaza Jato, publicadas no dia 9 de junho de 2019, um domingo. Mas antes disso, muita coisa aconteceu.

Com um volume incalculável de mensagens de Telegram para analisar e com apenas 20 jornalistas na equipe do TIB, Demori chegou a cogitar “fechar” o site para criar uma força-tarefa e averiguar o material repassado pela fonte anônima. “Vamos ter que fazer *task force*, desligar o site”, avaliou o editor executivo (Duarte, 2019, p. 43). Apenas poucos profissionais sabiam do material até então, e abrir o jogo para toda equipe se transformou num debate entre Santi e Demori. O primeiro, queria contar o que estavam fazendo para todos da equipe TIB, já o segundo discordava, temendo vazamentos - explicando que o medo seria mais de declarações indiretas ou despreziosas, e não dolosas. Os editores chegaram a um meio termo e convocaram uma reunião geral.

No encontro, anunciaram que estavam trabalhando em algo “importante e sensível” e que no momento oportuno todos iriam saber do que se tratava. Anteciparam, que, em função do trabalho, todos precisariam redobrar os protocolos de segurança - que vinha sendo articulados por Fishman com o escritório do Intercept em Nova York. O assistente-administrativo, André Souza, ficaria encarregado do treinamento da equipe. Ele já estava em contato com o time americano para aprender os processos de criptografia.

Com esse novo protocolo de segurança, todos do TIB deveriam trocar suas senhas, mudar suas configurações e usar autenticação de dois fatores para todas

as suas contas em redes sociais. O acesso à internet passaria a ser apenas com VPN (*Virtual Private Network*), uma rede privada que oferece criptografia e navegação sigilosa. Os jornalistas têm usado VPNs como medida preventiva para se protegerem contra ataques cibernéticos e garantir a confidencialidade das informações compartilhadas em suas investigações.

No caso do The Intercept Brasil, se prevenir de ações das forças de segurança institucional e da justiça estavam como objetivo central das medidas, além, claro, de outros hackers. Ações de segurança cibernética, como o uso de VPN, fornece aos jornalistas uma camada adicional de proteção para evitar vigilância governamental e proteger a privacidade online.

Com todas essas medidas de segurança e vários cenários de riscos, com muitos ainda nem sabendo do que se tratava, nascia ali a “Editoria de Paranoia” (DUARTE, 2019, p. 44), um jargão da redação do TIB que permeou toda vivência daquela investigação.

Já era 5 de junho, parte da equipe do The Intercept Brasil seguia vasculhando os arquivos do Telegram enviados pela fonte anônima. O momento de publicar as primeiras matérias já gerava uma grande interrogação. Greenwald queria soltar o quanto antes, um dos receios era de que @BrazilBaronil, depois autenticado como Walter Delgatti, tivesse passado os arquivos para outros veículos de comunicação. A redação pedia mais tempo, pois era preciso apuração.

Um dos grandes desafios do processo foi a identificação de todos os envolvidos nos chats, argumento dos colegas de Greenwald para segurarem um pouco a publicação. “Como muitos participantes eram listados apenas pelo primeiro nome, era necessária uma minuciosa pesquisa para confirmar quem era e onde atuavam. Essa seria a parte mais trabalhosa” (DUARTE, 2019, p. 45).

A esta altura Greenwald pensou em acelerar o processo de varredura nos arquivos, e lembrou que fez parcerias com outros veículos para explorar a imensidão de documentos vazados no Caso Snowden, em 2013, ao qual cobriu com maestria e ganhou um Prêmio Pulitzer. Vislumbrou-se então uma parceria com a Globo. A primeira ideia de Glenn foi oferecer parceria ao Fantástico, dominical de peso da Rede Globo. Demori sugeriu que também buscassem a Folha de S.Paulo, para garantirem repercussão na TV e no impresso.

Havia relutância na redação, já que a Rede Globo nunca havia mencionado o The Intercept Brasil, nem mesmo com as “sugar” apurações exclusivas do veículo

independente; Demori foi um dos que apontaram essa desconfiança. Glenn então procurou Sônia Bridi, que também cobriu o Caso Snowden. A jornalista recomendou que buscassem Eduardo Faustini, um dos repórteres investigativos mais respeitados do país e famoso por menções como “o repórter secreto” do Fantástico.

No dia 5 de junho de 2019, uma quarta-feira, Greenwald encontrou Faustini, após quase ser barrado na entrada da Globo, por trajar bermuda e chinelos. Na reunião, o jornalista do TIB focou em saber se a empresa carioca tinha algum veto ao veículo independente e pediu para Faustini levar às instâncias superiores. Ao sair do encontro, Greenwald viu a notícia de que o celular de Moro havia sido hackeado. Ele contatou @BrazilBaronil, que negou a autoria da invasão. Meses depois, a Polícia Federal concluiu que ele também estava por trás do hackeamento ao ex-juiz.

Antes mesmo de abrir conversas com a Folha, acontecimentos aceleraram a decisão de publicar as primeiras matérias e colocar a Vaza Jato no ar. Em 7 de junho de 2019, colaboradores do Intercept nacional de diferentes regiões do país se juntaram no Rio de Janeiro para participar do TIBpalooza, evento anual de treinamento, confraternização e alinhamento de trabalho. Cogitaram até encerrar o evento em meio as apurações, mas prosseguiram pois já estava tudo organizado. O planejamento à priori era publicar as três primeiras reportagens somente na semana seguinte.

Porém, no dia 8 de junho de 2019, Demori recebe a ligação de Greenwald, que trabalhava de casa, no meio do evento.

Greenwald contou que @BrazilBaronil estava insistindo para saber quando o Intercept publicaria as primeiras reportagens. E que afirmou estar interessado em “investir na bolsa de valores”, supostamente para tentar faturar com o impacto da divulgação das mensagens. Pelo estilo zombeteiro da fonte, era difícil saber se aquilo era um plano ou uma piada, mas a hipótese parecia séria para ser ignorada (DUARTE, 2020, p. 50).

Em contato com Greenwald e os advogados, Demori ligou a câmera para registrar a discussão, preocupado em ter uma prova de boa-fé da equipe jornalística, temendo que pudessem ser associados a conluio financeiro com o hacker. O advogado Rafael Fagundes então afirmou que “a ideia é publicar amanhã” (DUARTE, 2020, p. 50), no dia 9 de junho, um domingo, porque assim as bolsas nacionais e internacionais estariam fechadas. Demori já estava com a mesma ideia em mente, e confirmou.

Gerou-se outro problema, já que as matérias ainda estavam em fases de ajustes. Começou uma guerra contra o tempo, e os jornalistas do TIB envolvidos na cobertura foram sendo chamados para o fechamento das matérias.

No meio do dia, durante o almoço, uma lista foi passada entre todos os integrantes do Intercept para que anotassem seus contatos de emergência. Sem explicar a razão, afirmaram que teriam de antecipar a publicação importante que estavam preparando e comentaram na reunião geral dias atrás.

Lembraram que o conteúdo era explosivo e mexia com gente grande. Pediram que todos se preparassem. Esperavam retaliações. Não seria surpresa se sofressem batidas policiais. Alguém poderia ser preso. E mesmo aqueles que não diretamente envolvidos na cobertura deveriam se precaver. Temiam que tentassem incriminá-los por vias tortuosas (DUARTE, 2020, p. 51).

A repórter Bruna de Lara, que foi designada como “checadora oficial” da Vaza Jato, e revisava os textos dos seus chefes, mesmo com 23 anos e sendo uma das mais jovens da equipe, temeu até mesmo pelos seus diários, onde escrevia sobre sua vida desde os 11 anos. A checagem editorial é uma prática fundamental no jornalismo contemporâneo, com o objetivo de verificar a veracidade, precisão e qualidade das informações antes de serem publicadas. Até porque, como afirma Joseph Pulitzer, a primeira obrigação de um jornal é a precisão.

De Lara teve uma atitude interessante com relação a segurança digital: ela pede para o amigo que recebeu seus diários, na manhã do dia 9 de junho, lhe apagar de todas as redes sociais, para desvinculá-lo dela. A repórter estava checando, desde o dia 6 de junho de 2019, nomes, datas e cargos dos citados nas matérias.

No fim da tarde de 8 de junho de 2019, o advogado Rafael Fagundes foi à casa de Glenn Greenwald para ler todas as conversas do jornalista com o hacker e conferir se tinha algo com que se preocupar. “Imagina que o país seria chacoalhado nas 24 horas seguintes. Precisava estar preparado para todos os cenários” (DUARTE, 2020, p. 53).

Fagundes e Rafael Borges orientaram Greenwald na resposta ao hacker, o orientando a negar o pedido para avisá-lo com antecedência da publicação das reportagens, para evitar qualquer tipo de associação que poderia ser interpretada como ação criminosa para as autoridades. A tática foi dividir a resposta em duas partes. A primeira foi feita ainda no sábado, dia 8 de junho, quando Greenwald enviou uma mensagem a @BrazilBaronil dizendo que não o avisaria sobre a data da

publicação. A segunda resposta era uma carta na manga, os advogados disseram para enviar após as publicações, no domingo, dia 9 de junho de 2019.

Desde o começo você disse que estava passando esses material por interesses republicanos, que queria expor a corrupção da Lava Jato, e foi com base nisso que aceitamos o material. Nunca topávamos pagar pelo material, ficamos surpreendidos com seu pedido, e para evitar qualquer dúvida em relação a isso estamos publicando o material. (DUARTE, 2020, p. 54).

Paralelo a isso, um editorial assinado por Greenwald, Demori e a editora chefe do The Intercept nos Estados Unidos, Betsy Reed, estava sendo finalizado. O texto explicava por que o TIB estava publicando aqueles arquivos e por que haviam decidido não ouvir o outro lado antes da publicação.

Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. Entramos em contato com as partes mencionadas imediatamente após publicarmos as matérias, que atualizaremos com os comentários assim que forem recebidos. Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam— até agora —, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram. A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras, dizia o texto (DUARTE, 2020, p. 54).

Esse procedimento de driblar o ethos jornalístico e buscar o outro lado provocou discussões internas na equipe do The Intercept Brasil. Alexandre de Santi tinha esperança de encontrar um caminho para respeitar a tradição jornalística. Mas no fim, a maioria do grupo se convenceu de não correr o risco de serem censurados. Era quase meia-noite do dia 8 de junho de 2019, quando o advogado Rafael Fagundes se despediu de Greenwald, levando uma cópia dos diálogos do jornalista com o hacker identificado como @BrazilBaronil.

Chegou o fatídico dia 9 de junho de 2019. A redação do The Intercept, no Rio, estava movimentada já nas primeiras horas da manhã. Greenwald já estava lá, e elogiou a identidade visual criada pelo designer Rodrigo Bento, marca pela qual ficaria conhecida a Vaza Jato, com suas caixas de conversas estilizadas.

O nome de batismo da série, “Vaza Jato”, foi criado por Rodrigo Bento, Marianna Araújo, responsável pela Comunicação do TIB, e o designer João Brizzi.

Foco era criar um nome que facilitasse o compartilhamento das reportagens nas redes sociais, e o nome oficial inicial não parecia tão atraente para tal: “As mensagens secretas da Lava Jato”. O nome foi considerado longo demais para os padrões do Twitter. Às vésperas das publicações grupo criativo ainda não estavam convencidos que a hashtag colaria, mas pensaram ser melhor que um dos primeiros, “Vaza Tudo”, que foi descartado por receio de piadas de duplo sentido. “Vamos com esse aí mesmo... Se não pegar, depois a gente muda”, sugeriu Demori (DUARTE, 2020, p. 57).

Um silêncio imperava na redação horas antes da publicação da Vaza Jato, todos concentrados e na expectativa de iniciarem um novo capítulo da história nacional, que se mostraria épico. Uma hora antes da publicação, por volta das 15h50, as matérias ainda não tinham títulos definidos. Lendo, os editores decidiram mudar tudo e apostaram em citações dos diálogos dos próprios envolvidos como manchetes. Isso se tornaria outra marca registrada da Vaza Jato.

Santi supervisionava as edições finais, empunhando uma lista de tarefas de checagens nas mãos. Antes das 17h daquele domingo, o editor adjunto notou que todos os itens da sua lista tinham sido executados e as matérias podiam ser publicadas.

Rodeado pelos editores, que se mantinham de pé atrás dele, Brizzi apertou a tecla *publish* no Wordpress. Eram 16h57. “Eu fui o operador de Chernobyl”, orgulha-se o designer, que não apareceu na foto da Santa Ceia do Caos porque acabou escondido atrás do computador. A Vaza Jato entrava no ar (DUARTE, 2020, p. 58).

Foram publicados quatro textos no dia 9 de junho de 2019, sendo três reportagens e um editorial. “Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a 'eleger o Haddad'” é a primeira reportagem na linha do tempo das três que saíram simultaneamente, material era assinado por Glenn Greenwald e Victor Pougny. Na sequência, vem “Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex”, assinada por Rafael Moro Martins, Leandro Demori e Glenn Greenwald. E para fechar o trio-bomba tinha a matéria intitulada “Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro e com Deltan Dallagnol na Lava Jato”, assinada por Rafael Moro Martins, Alexandre de Santi e Glenn Greenwald. As matérias foram precedidas pelo editorial “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a

Lava Jato e Sergio Moro", assinado por Glenn Greenwald, Leandro Demori e Betsy Reed (chefe do The Intercept nos Estados Unidos).

Logo em sequência Rafael Moro Martins aciona as assessorias da força-tarefa Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro, em busca de suas versões. Era o "outro lado", praxe jornalística, sendo posto em prática. Esse modus operandi de publicar e depois ouvir os citados se tornou padrão em toda Vaza Jato.

As reportagens quebraram todos os recordes de audiência da história do The Intercept Brasil, todas ultrapassaram mais de um milhão de leitores (DUARTE, 2020, p. 61). A repercussão nas redes sociais também. Greenwald ficou embaixo de um telão no centro da redação, com seu laptop, onde apareciam tuítes relacionados à cobertura da Vaza Jato.

No mesmo dia 9 de junho de 2019, Cecillia Oliveira, editora contribuinte do TIB e esposa de Andrew Fishman, editor chefe do veículo, viajou aos Estados Unidos, sem ninguém saber de seu destino. A jornalista foi de forma totalmente secreta, nem mesmo o advogado ou a editora chefe da sede americana sabiam, com uma missão: entregar dois HDs e um cartão de memória SD com todos os arquivos da Vaza Jato ao escritório do The Intercept americano. A entrega foi realizada na manhã do dia 10 de junho.

O caso viralizou nas redes sociais digitais e transforma o TIB num "influenciador do momento" no jornalista nacional. Nas primeiras 24 horas, os números de interações e seguidores do Intercept brasileiro dispararam. Foram mais de 5 mil mensagens no WhatsApp institucional, mais 15 mil assinantes no grupo do Facebook, um salto de 133 mil para 400 mil seguidores no Instagram. Na noite da publicação, o termo "Vaza Jato" chegou ao topo dos Trending Topics mundiais no Twitter.

O impacto na própria imprensa também foi imediato e maior do que a equipe do TIB imaginava. O Fantástico, mesmo sem parceria firmada com a Rede Globo, repercutiu o material da Vaza Jato no mesmo domingo da publicação. Na segunda-feira, dia 10 de junho, o New York Times repercutiu o caso. Na primeira semana, a equipe do veículo independente atendeu cerca de 40 veículos de imprensa, entre eles canais internacionais, como Al Jazeera e RFI (rádio francesa).

Uma semana depois da publicação da primeira matéria, no dia 16 de junho, foi criado um perfil apócrifo intitulado "Pavão Misterioso" para atacar membros do Intercept. Perfil falso, com desinformação sobre a cobertura e os jornalistas, sem

fundamentos. Foi o primeiro contragolpe digital sofrido pelo TIB. Especulou-se que o perfil fora criação do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente à época Jair Bolsonaro.

No dia 18 de junho, a jornalista Amanda Audi, que entrou na segunda fase da Vaza Jato, publicou uma matéria que expunha como o ex-juiz Moro agiu para poupar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso das investigações da Vaza Jato. “Melindra o apoio de alguém importante”, escreveu Moro a Dallagnol, em abril de 2017, repreendendo a ação do MP, que investigava indícios de caixa dois na campanha do tucano.

Cinco dias depois, em 23 de junho, a Vaza Jato ganhou reforço. A Folha de S.Paulo publicou a primeira reportagem baseada nos arquivos do TIB, e mostrou como a Lava Jato articulou apoio de Moro diante de tensão no STF. Começava ali, oficialmente, a parceria com outros veículos. Dias antes, em 17 de junho, o diretor de redação da Veja, Maurício Lima, também procurou o Intercept para buscar colaboração. A parceria seria oficializada no dia 5 de julho de 2019, quando a revista publicou uma reportagem expondo como Moro orientava ilegalmente ações da Lava Jato, com base em diálogos inéditos.

“A gente estava do mesmo lado: do lado do jornalismo e da defesa de determinados princípios. A gente tinha provas muito significativas ali. É um escândalo, é algo grande, é notícia, é jornalismo. Estamos juntos”, resumiu Lima (DUARTE, 2020, p. 72).

No total de colaborações, sete veículos se juntaram ao The Intercept Brasil na Vaza Jato. Foram eles: Folha, Veja, El País, Agência Pública, BuzzFeed News, UOL e Band News. Jornalistas de todos os veículos só podiam acessar os arquivos na redação do TIB, seguindo as regras de segurança - da Editoria de Paranoia - e levava a pauta quem achasse primeiro. Porém, algumas também eram colaborativas com o veículo independente.

No dia 26 de junho de 2019, o TIB recebe outro contra-ataque, desta vez tomando ares reais. A deputada federal Carla Zambelli, seguidora ferrenha e defensora de primeira linha de Bolsonaro, retuitou o post de um blog bolsonarista com a foto, CNPJ e endereço da redação do Intercept. A parlamentar impulsionou uma nova onda de ódio e ameaças digitais à equipe do site. Dois membros faziam plantão na redação neste dia, foram avisados pelo assistente-administrativo André Souza para deixar o prédio. Dias depois contrataram uma equipe de segurança para

a equipe, além de iniciarem a mudança do local de trabalho que passaria a ser um prédio com vigilância 24 horas.

O 14º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) receberia Sergio Moro, que na esteira da explosão da Vaza Jato cancelou a participação alegando problemas pessoais. Era 28 de junho de 2019, quando a equipe do The Intercept Brasil participaria do mesmo evento. Em seu momento de fala, Demori critica o jornalismo declaratório praticado pela esmagadora parte da imprensa na cobertura das ações da Lava Jato.

A gente tem que ser cético, a gente tem que desconfiar de tudo, inclusive de procuradores, de juízes. Eles não estão acima da lei, eles não falam sempre a verdade. Tratou-se durante muito tempo como se aquele fosse o totem da verdade, e isso perdura até hoje, observou (DUARTE, 2020, p. 83).

Um dos momentos mais tensos da cobertura inicia-se no dia 8 de julho de 2019, quase um mês após a publicação da primeira reportagem da série. Naquele dia, é publicado no Diário Oficial o afastamento do então ministro da Justiça, Sergio Moro. Sua licença seria de 15 a 19 de julho, o que acendeu um alerta nos jornalistas do Intercept. A imprensa noticiava que a Polícia Federal estava prestes a deflagrar operação contra os hackers do celular de Moro. A equipe do TIB suspeitou que fosse um plano para Moro se descolar de possíveis arbitrariedades cometidas pela PF em represália ao veículo. A Editoria de Paranoia atingiu seu ápice. Tanto é que a orientação jurídica foi: todos sumam.

Os advogados do Intercept, Rafael Fagundes e Rafael Borges, preferiram não esperar para ver se os rumores eram verdadeiros. Temendo que a redação fosse alvo de uma operação na ausência de Moro, orientaram os jornalistas a sumirem de circulação naqueles dias. “Qualquer coisa contra vocês é uma ilegalidade, mas é melhor combater uma ilegalidade com vocês soltos do que com vocês presos”, explicou Fagundes, com seu tom sereno e didático (Duarte, 2020, p. 93).

Membros do TIB deixaram suas casas, alugaram quartos e casas por Airbnb, usaram para locomoção táxis com pagamento em dinheiro para não deixar rastros digitais, familiares foram mandados para outro estado. Nesse refúgio temporário, Demori publicou um tuíte como uma forma de registrar publicamente alguma intenção das forças de segurança contra o veículo. “Uma parte truculenta e sem escrúpulos das forças de ordem está tramando uma farsa e uma agressão contra a liberdade de imprensa no Brasil”, declarou o editor executivo, conforme registrou

Duarte (2020). Checamos o microblog do jornalista, que atualmente trabalha no ICL Notícias, e o tuíte não consta mais em seu perfil, portanto, foi deletado. A propósito, nota-se a utilização por parte do jornalista em utilizar as redes sociais digitais para produzir provas de forma prévia sobre uma suposta ação truculenta que o Intercept pudesse sofrer. A hipótese desta pesquisa sendo posta à prova durante a avaliação de contexto desse momento, à época, da cobertura da Vaza Jato.

“Polícia Federal prende quatro suspeitos de hackear celulares de Moro e Deltan” foi a manchete que ecoou no dia 23 de julho de 2019. Os agentes da PF encontraram R\$ 100 mil na casa de um hacker, de acordo com as notícias. Demori suspeitou que pudesse ser uma armadilha para atrelar as cifras a um suposto pagamento do Intercept pelos diálogos. O editor executivo foi novamente ao Twitter, resgatou o tuíte da semana anterior e publicou um novo: “Atrasou e chegou hoje, pelo visto. Estamos de olho”. Mais uma vez checamos e a publicação não permanece no perfil do Twitter do jornalista.

Em 26 de junho de 2019, um dos presos do “quarteto hacker” teria confirmado ser a fonte do The Intercept Brasil. Walter Delgatti Neto diria ser @BrazilBaronil, e quem teria passado os arquivos para Greenwald. Entretanto, ninguém sabia quem era a fonte. Ele não tinha um rosto, uma marca corporal, um traço, no máximo uma voz comum, ouvida raras vezes por Glenn. No depoimento à polícia, reproduzido pela Globo News, o hacker negava ter recebido dinheiro ou ter adulterado o material. Demori ficou aliviado, assim como a equipe do TIB.

Greenwald até hoje alega não saber quem realmente lhe escrevia. “Noventa por cento das conversas foram por texto, então poderiam ser três, quatro, dez pessoas”, raciocina. Embora tenha tido a impressão de ter ouvido sempre a mesma voz nas vezes em que conversaram por telefone, sabe que poderia estar enganado. “Não sou bom em reconhecer sotaques regionais brasileiros”. O único motivo que o levou a desconfiar de que falasse com mais de uma pessoa foi a mudança de tom nas mensagens. “No início, ele falava o tempo todo que não queria dinheiro, que era patriota, que queria revelar a corrupção, e de repente começou a falar em lucro e bolsa de valores. Parecia uma pessoa diferente” (DUARTE, 2020, p. 98).

Ao longo da cobertura, declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro, manifestações de parlamentares bolsonaristas e de “influenciadores digitais” ligados aos políticos de extrema-direita incentivaram ataques digitais e ofensivas contra os jornalistas do The Intercept Brasil.

Até hoje os jornalistas do The Intercept Brasil não comentam sobre a fonte anônima que lhes enviou os arquivos com as conversas privadas do ex-juiz, ex-ministro e atual senador pelo Paraná, Sergio Moro, com o ex-procurador e atual deputado federal cassado Deltan Dallagnol.

Duarte (2020) destaca que as revelações da Vaza Jato não mudaram o país do dia para a noite, como lá no início fantasiava @BrazilBaronil. Mas mudaram a história.

5.1.3 Análise da Vaza Jato

A série de reportagens intitulada “Vaza Jato” possui 112 textos em sua totalidade, capitaneada pelo The Intercept Brasil, com reportagens publicadas por mais sete veículos.

No veículo independente que lidera a investigação, são 37 publicações referentes ao caso, listadas em uma aba especial do site chamado “As mensagens secretas da Lava Jato”. Nela, estão listadas 36 textos, pois o texto “#VazaJato: as provas de que os chats são autênticos agora vêm de diversos veículos de comunicação - são definitivas e esmagadoras”, assinado por Glenn Greenwald e Leandro Demori, publicado no dia 15 de julho de 2019, não está listado. Porém, ele encontra-se indexado em outra parte do site que também aglutina produções da Vaza Jato.

O TIB também tem uma página especial de linha do tempo, como o próprio veículo detalha “Linha do tempo - Vaza Jato”, com todas as publicações referentes à série de reportagens, produzidas pelos oito veículos que participaram do que podemos chamar de consórcio da Vaza Jato. “Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato”, é o título que encabeça a página. “Nosso índice com tudo o que foi publicado aqui e pelos veículos que colaboraram conosco”, detalha o TIB na página da linha do tempo.

Na página de *timeline* encontra-se o texto citado acima, entretanto, o texto mais atual, “Vaza Jato, 4 anos depois, continua mais viva do que nunca”, de autoria de Andrew Fishman, publicado no dia 9 de junho de 2023, tem a indexação inversa, consta na aba “As mensagens secretas da Lava Jato”, mas não na linha do tempo. É importante destacar que para esta dissertação utilizamos pesquisas nas produções do TIB até o dia 15 de junho de 2023.

Tabela 4 - Reportagens listadas na aba “As mensagens secretas da Vaza Jato” no site do The Intercept Brasil

Título	Autoria	Data de publicação
Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro	Glenn Greenwald, Betsy Reed e Leandro Demori	9 de junho de 2019
Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’	Glenn Greenwald e Victor Pougy	9 de junho de 2019
Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex	Rafael Moro Martins, Leandro Demori e Glenn Greenwald	9 de junho de 2019
Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato	Rafael Moro Martins, Alexandre de Santi e Glenn Greenwald	9 de junho de 2019
Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept	The Intercept Brasil	12 de junho de 2019
Sergio Moro, enquanto julgava Lula, sugeriu à Lava Jato emitir uma nota oficial contra a defesa. Eles acataram e pautaram a imprensa	Amanda Audi, Glenn Greenwald, Rafael Moro Martins e Leandro Demori	14 de junho de 2019
Lava Jato fingiu investigar FHC apenas para criar percepção pública de ‘imparcialidade’, mas Moro repreendeu: ‘Melindra alguém cujo apoio é importante’	Tatiana Dias, Amanda Audi, Leandro Demori, Glenn Greenwald e Rafael Moro Martins	18 de junho de 2019
Chats da Lava Jato revelam que procuradores reclamavam de violações éticas de Moro e temiam que operação perdesse toda credibilidade com sua ida ao governo Bolsonaro	Glenn Greenwald, Rafael Moro Martins, Victor Pougy e Leandro Demori	29 de junho de 2019
Lava Jato tramou vazamento de delação para interferir na política da Venezuela após	Andrew Fishman, Leandro Demori e Amanda Audi	7 de julho de 2019

sugestão de Sergio Moro		
Deltan Dallagnol usou fama da Lava Jato para lucrar com palestras e livros	Leandro Demori e Amanda Audi	14 de julho de 2019
Deltan Dallagnol, em chats secretos, sugeriu que Sergio Moro protegeria Flávio Bolsonaro para não desagradar ao presidente e não perder indicação ao STF	Victor Pougy e Glenn Greenwald	21 de julho de 2019
Deltan Dallagnol deu palestra remunerada para empresa investigada na Lava Jato	Amanda Audi, Leandro Demori e Rafael Moro Martins	26 de julho de 2019
Deltan foi estrela de encontro com bancos e investidores organizado pela XP 'com compromisso de confidencialidade'	Andrew Fishman e Leandro Demori	26 de julho de 2019
Deltan Dallagnol incentivou cerco da Lava Jato ao ministro do STF Dias Toffoli	Paula Bianchi	1 de agosto de 2019
Deltan e Lava Jato usaram Vem Pra Rua e Mude como lobistas para pressionar STF e governo	Rafael Neves e Rafael Moro Martins	11 de agosto de 2019
Lava Jato usava chats para pedir dados fiscais sigilosos sem autorização judicial ao atual chefe do Coaf	Paula Bianchi e Leandro Demori	18 de agosto de 2019
Áudios: Corregedor-geral do MPF acobertou confissão de procurador da Lava Jato que pagou por outdoor ilegal	Amanda Audi, Rafael Neves e Victor Pougy	26 de agosto de 2019
Dallagnol mentiu: Lava Jato vazou sim informações das investigações para a imprensa — às vezes para intimidar suspeitos e manipular delações	Glenn Greenwald e Rafael Neves	29 de agosto de 2019
Deltan avaliou concorrer ao Senado, deixou em aberto tentar em 2022 e via necessidade de o MPF 'lançar um candidato por Estado'	Rafael Moro Martins e Rafael Neves	3 de setembro de 2019
Moro autorizou devassa na vida de filha de investigado da Lava Jato para tentar prendê-lo	Leandro Demori e Rafael Neves	10 de setembro de 2019

Lava Jato usou denúncia do sítio contra Lula para distrair público de crise com Temer e Janot e proteger colegas	Rafael Neves	13 de outubro de 2019
Sergio Moro também direcionava ações da Polícia Federal na Lava Jato – delegados, sabendo que era errado, esconderam orientação do juiz	Glenn Greenwald e João Felipe Linhares	19 de outubro de 2019
Lava Jato usou site O Antagonista para interferir na escolha do presidente do Banco do Brasil – e a parceria entre os dois não começou aí	Rafael Moro Martins, Rafael Neves, João Felipe Linhares e Glenn Greenwald	20 de janeiro de 2020
Lava Jato fez de tudo para ajudar justiça americana – inclusive driblar o governo brasileiro	Andrew Fishman, Natalia Viana e Maryam Saleh	12 de março de 2020
Lava Jato suspeitava que Alexandre Ramagem era corrupto e ligado ao PT	Rafael Neves	27 de abril de 2020
Um ano de Vaza Jato	Leandro Demori	9 de junho de 2020
Fachin não viu problema em Moro divulgar delação de Antonio Palocci a seis dias da eleição de 2018. A Lava Jato viu	Rafael Moro Martins	5 de agosto de 2020
Descontrole no MPF: Brasília vazou investigação sigilosa contra Lula à Lava Jato	Rafael Neves	10 de agosto de 2020
Áudios: Deltan Dallagnol interferiu para colocar juiz aliado no lugar de Sergio Moro na Lava Jato	Rafael Moro Martins e Rafael Neves	13 de outubro de 2020
O namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo	Leandro Demori, Rafael Moro Martins e Rafael Neves	9 de fevereiro de 2021
‘Doleiro dos doleiros’ mudou delação para inocentar procurador da Lava Jato a quem dizia pagar propina	Vinicius Konchinski e Rafael Neves	24 de fevereiro de 2021
Como a Lava Jato caiu numa mentira de internet e esperava prender em flagrante o ex-presidente Lula por roubar um objeto que era dele mesmo	Leandro Demori, Rafael Moro Martins e Rafael Neves	11 de março de 2021
Lava Jato pagou R\$ 374 mil		

para procurador que morava em Curitiba viajar para Curitiba	Vinicius Konchinski	30 de março de 2021
Delação da Odebrecht livrou corruptores e entrega só uma condenação a cada 40 processos	Rafael Neves	25 de maio de 2021
Dallagnol expôs soberba e desumanidade ao prestar solidariedade a delegada após morte de reitor da UFSC	Rafael Moro Martins	18 de janeiro de 2022
Vaza Jato, 4 anos depois, continua mais viva do que nunca	Andrew Fishman	9 de junho de 2023

Fonte: The Intercept Brasil (2023)

Das 37 produções jornalísticas do The Intercept Brasil dentro do escopo da Vaza Jato, 34 (91,89%) são reportagens e três (8,11%) encaixam-se como editoriais, que é um espaço de reflexão e análise crítica do veículo, sendo esses os textos sobre o motivo de publicar as mensagens privadas de interesse público (Parte 1), um ano das investigações (Parte 26) e quatro anos da série (Parte 36).

Para continuação deste capítulo tornemos claro um procedimento: observamos as reportagens da listagem na aba “As mensagens secretas da Lava Jato”, que contém 36 textos.

Das 36 produções do TIB sobre a Vaza Jato, 33 (91,6%) são baseadas em elementos obtidos de uma rede social digital, o Telegram. São diálogos feitos, principalmente, entre membros do Judiciário, Ministério Público Federal e Polícia Federal; além de conter *chats* com jornalistas, assessores, empresários e coordenadores de organizações da sociedade civil.

Para além do jornalismo, o âmbito do judiciário já acata publicações em redes sociais digitais como evidência há anos.

"As postagens em redes sociais têm se revelado como uma importante fonte de prova no âmbito jurídico, permitindo a obtenção de informações relevantes para a comprovação de fatos e a sustentação de argumentos. Porém, é necessário considerar a necessidade de uma análise cuidadosa da autenticidade das postagens, bem como dos aspectos legais relacionados à sua obtenção. Além disso, é importante observar a privacidade dos envolvidos e garantir que o uso das postagens como prova seja proporcional e compatível com os princípios do devido processo legal" (NUNES, 2018, p. 123).

Essa natureza pública das postagens em redes sociais lhes tornam uma fonte potencialmente valiosa de evidências legais, sendo utilizadas para sustentar argumentos, comprovar fatos e até mesmo refutar alegações. Com as postagens é possível a verificação e contextualização de eventos, através da observação de registros públicos de opiniões, declarações e ações de figuras públicas.

É nesse ambiente que o jornalismo se insere, utilizando as publicações em redes sociais digitais para obter evidências valiosas no percurso de uma investigação jornalística que poderá desencadear uma reportagem.

Observamos que são essas diretrizes que baseiam as 33 reportagens baseadas em diálogos numa rede social digital publicadas pelo TIB, que buscam o papel desvelador do jornalismo, apontando desvios éticos, arbitrariedades, infração ao devido processo legal e rupturas no Estado Democrático de Direito praticados por procuradores da República, juízes e agentes da Polícia Federal.

Nas reportagens analisadas há um contexto específico, seja conjuntural ou legal, para os *chats* virem à tona. Como na primeira reportagem (parte 2), onde os chats recebidos por fonte anônima mostraram diálogos de procuradores tramando barrarem ou boicotarem a entrevista do então ex-presidente Lula, preso em 7 de abril de 2018, a poucos dias das eleições presidenciais de 2018. Procuradores mostravam claramente viés ideológico e partidário, como a objeção a um possível retorno do Partido dos Trabalhadores (PT) ao comando do país. O chefe da Força-Tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol estava entre eles.

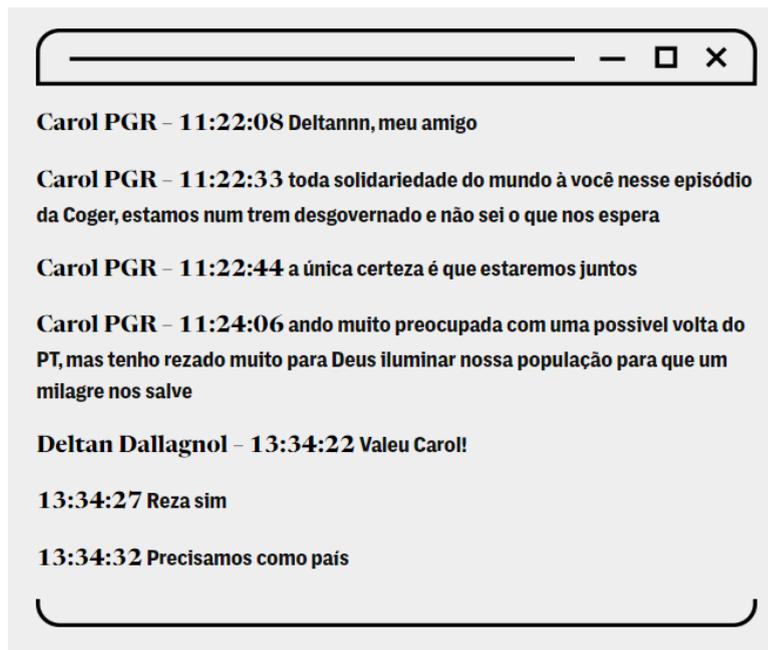
A reportagem "Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a 'eleger o Haddad'", assinada por Glenn Greenwald e Victor Pougny, traz a observação: "Os diálogos demonstram que os procuradores não são atores apartidários e apolíticos, mas, sim, parecem motivados por convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do PT ao poder".

Inclusive, para comprovar essa citação, o TIB utiliza uma publicação no perfil do Twitter do procurador Deltan Dallagnol, figura que é central nos diálogos de toda Vaza Jato.

Deltan tuitou no dia 25 de abril de 2019: "A @folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: 'não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento'. O trabalho do MPF na Lava

Jato, de novo, é técnico, imparcial e apartidário, buscando a responsabilização de quem quer que tenha praticado crimes no contexto do megasquema de corrupção na Petrobras”.

Figura 1 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil (2023)

O tuíte comprova publicamente que Deltan defendia que a Lava Jato era técnica, imparcial e apartidária. Porém, nos diálogos expostos pela reportagem ele é taxativo em demonstrar que não queria o PT de volta ao poder, e não agiu para travar articulações com objetivo de rifar entrevista de Lula, à época preso em Curitiba, às vésperas das eleições 2018.

Observamos uma das principais características do Jornalismo Investigativo, que é a divulgação de informações sobre as ações das instituições governamentais ou de empresas privadas que sejam prejudiciais ao interesse público e afetem a sociedade (WAISBORD, 2000).

As postagens em redes sociais têm se tornado uma fonte valiosa de evidências no jornalismo, permitindo a verificação de informações, a contextualização de eventos e a exposição de opiniões e comportamentos relevantes. É onde se situam os rastros digitais que os indivíduos deixam na era da informação e conexão em rede.

De acordo com Bruno (2012, p. 686-687), quando se trata especificamente de rastros digitais, deve-se observar que eles são quase todos visíveis, duráveis e

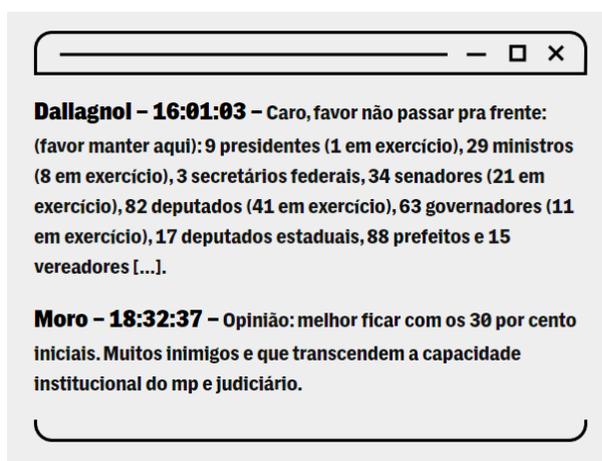
persistentes, quase cem por cento recuperáveis, podem ser voluntários ou conscientes e possuem assinatura, mas também podem ser mantidos no anonimato e representar tanto o coletivo quanto o individual. Além disso, a intensidade das ações na internet possibilitou o volume expressivo dos rastros digitais que oferecem importantes pistas sobre os modos de vida contemporâneos (BRUNO, 2012).

As matérias "Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex", assinada por Rafael Moro Martins, Leandro Demori e Glenn Greenwald; e "Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato", com autoria de Rafael Moro Martins, Alexandre de Santi e Glenn Greenwald, são norteadas pelo diálogo direto entre o ex-juiz e o ex-procurador, e o Intercept busca expor contradições dos personagens e desvios éticos e legais do âmbito processual. Ambas as matérias, indicadas como parte 3 e 4 da série, foram publicadas no dia 9 de junho de 2019, data de estreia da Vaza Jato. São os *chats* da rede social digital Telegram que baseiam a construção jornalística das duas reportagens.

A quarta reportagem é inteiramente focada em diálogos entre Moro e Dallagnol, com o então juiz sugerindo troca de fases da operação capitaneada pelo procurador do MPF ou alvos da força-tarefa.

Em 21 de fevereiro de 2016, Moro se intrometeu no planejamento do MP de forma explícita. "Olá Diante dos últimos desdobramentos talvez fosse o caso de inverter a ordem da duas planejadas", afirmou Moro, numa provável menção às fases seguintes da Lava Jato. Dallagnol disse que haveria problemas logísticos para acatar a sugestão. No dia seguinte, ocorreu a 23ª fase da Lava Jato, a Operação Acarajé (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

Figura 2 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil (2023)

Ainda de acordo com a parte 4 da Vaza Jato, Moro sugeriu o direcionamento de alvos de investigações e acusações para Dallagnol.

É indissociável que a partir dos avanços tecnológicos e as formas de se gerar dados autênticos, além de comprováveis, o que esteja inserido nesses meios não se tornem elementos palpáveis em diversos âmbitos, por isso tanto o jornalismo quanto o judiciário se aperfeiçoam nesse processo de provas - seja para corroborar com produções de reportagens ou julgar casos. Se a Justiça utiliza como elemento, o jornalismo naturalmente usa dados obtidos em redes sociais como provas no processo de apuração. Conforme Assis (2021), em artigo no Jus.com.br, com o “indispensável protagonismo da internet e das redes sociais na atualidade, publicações de textos e imagens passaram a ser utilizadas como importantes provas em processos judiciais”.

No artigo "Perfis nas redes sociais e a prova em processo judicial", a advogada Josiane Gearola (2016) destaca que as postagens nas plataformas "são um meio seguro e de fácil acesso para a colheita de provas no âmbito do Poder Judiciário, provas estas produzidas pela própria pessoa por vezes em seu desfavor". A jurista também deixa claro a possibilidade do uso postagens em redes sociais como prova em processo judicial.

Importante ressaltar que não apenas as postagens em redes sociais são consideradas como meio de prova, mas, igualmente, as mensagens de texto e aquelas enviadas por meio de aplicativos como o WhatsApp, bastando um print e sua juntada no processo judicial para auxiliar no convencimento motivado do Magistrado (GEAROLA, 2016).

Retomando a ótica do Jornalismo Investigativo, a exposição dos diálogos busca “dar luz à questões que estão ocultas – seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente” (FORTES, 2005; SEQUEIRA, 2005). Com isso, há um porquê notório na decisão de publicar os diálogos e em confiar na autenticidade de dados de uma rede social digital como meio de prova para conduzir uma reportagem investigativa.

Cabe essa aproximação entre jornalismo e poder judiciário, pois Gerardo Reyes no artigo: “Intersticios del Periodismo de Investigación” classifica o trabalho do jornalista no Jornalismo Investigativo de modo semelhante ao do detetive, que busca a verdade dos fatos.

Algunas veces todas las piezas son obtenidas por el periodista y otras llegan a sus manos porque alguien se entera de que las está buscando, pero em ambos casos, su perseverancia, el hecho de estar siempre ahí escuchando

quejas y rumores, mirando documentos y siguiendo pistas, es la clave para obtener una información que quedaría oculta si no fuera por su olfato inquisitivo (REYES, 1998).

A parte 5 da Vaza Jato, é o primeiro texto depois do apocalíptico 9 de junho de 2019, data da primeira leva de reportagens (quatro textos) da série do TIB. “Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept”, é assinada pela redação e publicada no dia 12 de junho de 2019. A produção é inteiramente baseada nas conversas do Telegram entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol.

Conduzida por apontamento de recortes temporais e contextualizações feitos pela equipe, a matéria “parte 5” é uma exposição em maior escala, com mais diálogos entre os personagens, das arbitrariedades processuais cometidas pelo ex-juiz e o ex-procurador. O TIB explica o motivo da divulgação dos diálogos: “mostramos comportamentos proibidos e antiéticos entre o então juiz e o coordenador da Lava Jato que botam em questão o trabalho e a credibilidade de ambos” (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

No Intercept, sempre trabalhamos com o princípio de máxima transparência possível. Isso significa que colocamos links para fontes primárias, explicamos por que — excepcionalmente — preservamos a identidade de algumas das nossas fontes e sempre lutamos para publicar os documentos que embasam nossas investigações. É sob essa lógica que decidimos publicar hoje a íntegra dos diálogos privados relevantes à reportagem publicada no domingo, que são claramente de interesse público. As conversas ocorreram de outubro de 2015 a setembro de 2017. (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

É esse mesmo objetivo de transparência um dos pilares do Jornalismo Investigativo. Dias e Gehrke (2017) explicitam o Jornalismo Investigativo como “cão de guarda” utilizado para transparência pública. Thompson (2002) também reitera essa perspectiva da transparência e do repórter como um guardião do interesse público.

A revelação de segredos ocultos do poder é vista como uma forma de exercer sua missão de guardiões do interesse público e guarda semelhança com o ideal da res publica, em que todas as ações de governo, nas democracias, deveriam ser transparentes e públicas (THOMPSON, 2002).

De acordo com Melo (2022), a promoção da transparência e vigilância política e de seus agentes constituem parte da matriz do Jornalismo Investigativo. Junto de outros itens como a defesa da liberdade de expressão para o exercício profissional dos jornalistas, a denúncia dos casos de violência e censura contra

esses profissionais, a valorização das fontes independentes, especialmente os “dados”, e a defesa à democracia (MELO, 2022).

Do corpus neste item, referente à Vaza Jato, das 33 reportagens identificadas utilizando informações obtidas de uma rede social digital, todas se norteiam pelos diálogos, portanto, o padrão relacionado nas análises anteriores se aplica no recorte restante.

Vale lembrar que o The Intercept Brasil recebeu os arquivos de uma fonte anônima, o que suscitaria uma discussão entre Jornalismo Investigativo ou jornalismo de investigação. Seguimos na perspectiva de Aguiar (2006), que mesmo o jornalismo recebendo uma informação não deve se basear apenas nela; e de Lopes (2003), que afirma que o repórter investigativo não é um mero receptor da informação. Compreendemos através da análise que foi imprescindível o tratamento dos arquivos por parte dos repórteres, como já destacamos anteriormente.

Apesar de autores definirem Jornalismo Investigativo como uma prática em que o tema parte da iniciativa do jornalismo, é necessário a perspectiva onde as afirmações não sejam tomadas de forma tão purista. Como reflete Aguiar (2006), uma reportagem investigativa pode até ter início com denúncias que chegam às redações, mas não deve se basear exclusivamente nelas, pois é indispensável uma sólida pesquisa por parte do repórter, que vai buscar a informação.

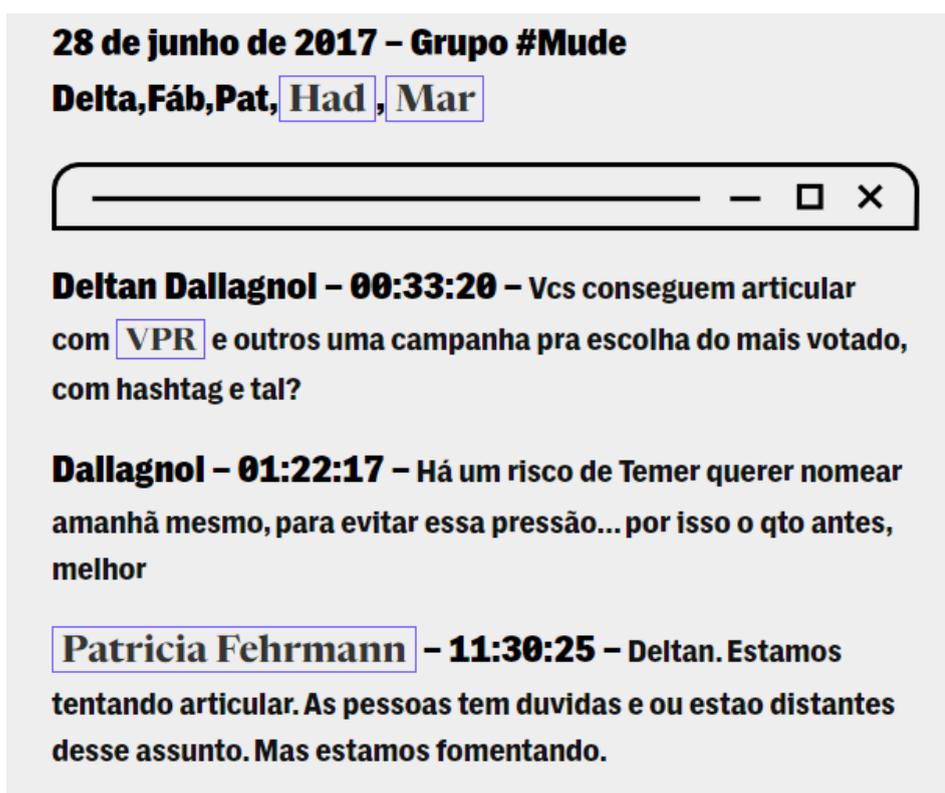
O "jornalista investigador" é aquele que provoca a informação, é o ator que dá passos necessários para obtenção de dados que necessita, quem busca e compara, e não um mero receptor da informação (LOPES, 2003, p. 15). Aproxima-se das ações realizadas pela equipe do The Intercept Brasil, que não publicou simplesmente as reproduções dos arquivos que recebeu. mas sim realizou uma apuração minuciosa tanto para atender o interesse público (LOPES, 2003), como também foi fruto do olhar diferenciado e da leitura nas entrelinhas para desvendar o oculto (SEQUEIRA, 2005).

As reportagens "Deltan e Lava Jato usaram Vem Pra Rua e Mude como lobistas para pressionar STF e governo", assinada por Rafael Neves e Rafael Moro Martins, publicada no dia 11 de agosto de 2019 como parte 15 da Vaza Jato, e "Deltan avaliou concorrer ao Senado, deixou em aberto tentar em 2022 e via necessidade de o MPF 'lançar um candidato por Estado'", de autoria de Rafael Moro Martins e Rafael Neves, publicada no dia 3 de setembro de 2019 como parte 19 da série, trazem uma dupla confirmação da hipótese desta pesquisa. Ambas ratificam

informações apuradas no curso da observação dos diálogos justamente com conteúdos de redes sociais digitais.

A primeira reportagem confirma que Dallagnol e procuradores, principalmente Thaméa Danelon, ex-integrante do braço paulista da Lava Jato, usaram movimentos da sociedade civil como Vem Pra Rua e Instituto Mude para realizar lobby político, através das postagens feitas pelos movimentos em suas redes sociais nos dias em que aconteciam diálogos nos chats privados no Telegram. Ocorre uma checagem dupla: i) veracidade dos diálogos na plataforma, ii) confirmação da ação feita a pedidos dos procuradores.

Figura 3 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil (2023)

Um *post* do Facebook de Deltan Dallagnol, de março de 2018, também é usado para comprovar que o procurador endossou o lobby que ele mesmo articulou secretamente, e fora exposto somente na reportagem do TIB.

Mantendo sigilo sobre a articulação, a colega de Dallagnol em São Paulo divulgou o abaixo-assinado e disse a ele que o Vem Pra Rua fez o mesmo. Em seguida, o coordenador da Lava Jato compartilhou a petição em seu perfil do Facebook sem mencionar que estava por trás da iniciativa (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

Como afirma Bruno (2012), não há como não deixar rastro nas ações realizadas na internet. Além disso, a autora também aponta que "no ambiente da internet, os rastros são persistentes e muito fáceis de serem recuperados". O *post* de Dallagnol comprova essa capacidade do rastro digital e de sua colaboração para a construção de uma narrativa jornalística.

Figura 4 - Post de Deltan Dallagnol no Facebook



Fonte: Facebook com reprodução em The Intercept Brasil (2023)

Com o cruzamento da informação obtida nas conversas do Telegram atrelada a checagem da publicação no Facebook, os jornalistas do TIB organizaram o percurso interpretativo do fato (GUERRA, 2007), criando um novo sentido para os chats e um novo fato. O que corrobora que as plataformas são espaços que proporcionam a investigação jornalística. Aproximando-se ainda de uma das cátedras do Jornalismo Investigativo que é “reconstruir acontecimentos importantes,

expor injustiças e, principalmente, mostrar os meandros da corrupção no setor público” (SEQUEIRA, 2004, p. 61).

Três reportagens da Vaza Jato apresentam mídias (foto, vídeo, áudio, documento, entre outros) como ponto central do desenvolvimento da pauta, sendo duas de forma mais valorosa. Para além de diálogos entre interlocutores, conteúdos disponibilizados nas redes sociais digitais são apropriados pelas investigações jornalísticas.

Assinada por Amanda Audi, Rafael Neves e Victor Pougy, a parte 17 da série é intitulada "Áudios: Corregedor-geral do MPF acobertou confissão de procurador da Lava Jato que pagou por outdoor ilegal", publicada no dia 26 de agosto de 2019. A outra é a parte 29, publicada em 13 de outubro de 2020, com título "Áudios: Deltan Dallagnol interferiu para colocar juiz aliado no lugar de Sergio Moro na Lava Jato", de autoria de Rafael Moro Martins e Rafael Neves. Nas duas reportagens o cerne do desenvolvimento da apuração e narrativa jornalística são os áudios do procurador Deltan Dallagnol, e também de outros procuradores como Orlando Martello, Paulo Galvão e Julio Noronha.

Áudios do arquivo da Vaza Jato mostram que membros da força-tarefa sabiam da confissão, e o episódio causou preocupação: nos bastidores, o grupo atuou para esvaziar a apuração e a publicidade do caso. O coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol, intermediou conversas com Barbosa para proteger Castor de Mattos, mesmo sabendo da confissão de culpa. As mensagens indicam que o corregedor disse a Dallagnol que iria suspender apurações e manter o caso em segredo. O lobby foi bem-sucedido. Nenhum procedimento foi instaurado para apurar a conduta do procurador, que se afastou da operação logo depois da confissão apresentando um atestado médico (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

Cabe expor também as outras reportagens que tomaram as mídias exibidas na rede social como parte central do desenvolvimento da matéria, para depois tratarmos sobre aspectos da apropriação desses conteúdos por parte do Jornalismo Investigativo.

A parte 32 da Vaza Jato, intitulada "Como a Lava Jato caiu numa mentira de internet e esperava prender em flagrante o ex-presidente Lula por roubar um objeto que era dele mesmo", de autoria de Leandro Demori, Rafael Moro Martins e Rafael Neves e publicada em 11 de março de 2021, tem a reprodução de uma imagem falsa que baseou uma grande mobilização por parte de procuradores do MPF e

delegados da Polícia Federal, apontando arbitrariedades nos trâmites investigativos e celebrações pessoais dos agentes públicos.

Figura 5 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato



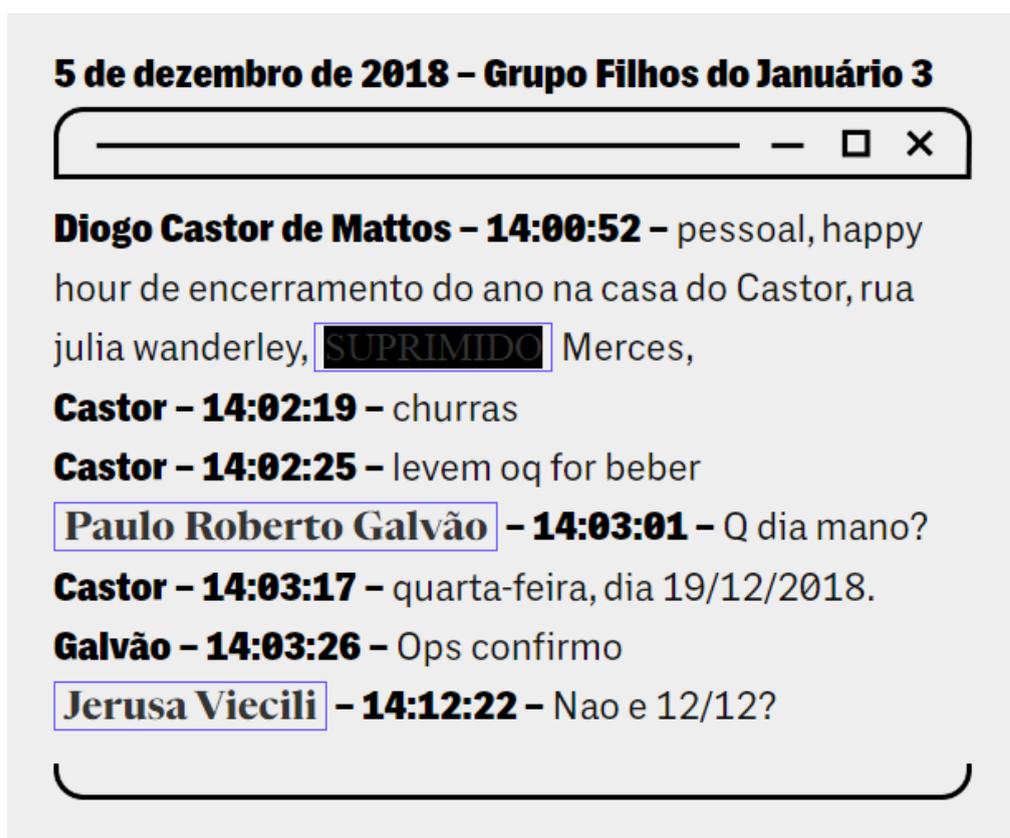
Fonte: The Intercept Brasil (2023)

Já a parte 33, assinada por Vinicius Konchinski e publicada no dia 30 de março de 2021, com título de "Lava Jato pagou R\$ 374 mil para procurador que morava em Curitiba viajar para Curitiba", tem uma localização - descrita nas conversas do Telegram - como chave do enredo. A narrativa apontava que o procurador que morava em Curitiba recebia diárias, incrementos monetários para um funcionário se manter em outro local a trabalho, mesmo morando na própria cidade. A confirmação da residência de Diogo Castor de Mattos aconteceu também pelas mensagens do próprio procurador.

Com o avanço das tecnologias digitais e o amplo acesso à internet e redes sociais, os indivíduos compartilham constantemente conteúdos multimídia que podem fornecer informações valiosas para reportagens investigativas. As redes sociais têm se mostrado uma fonte rica de informações, uma vez que as pessoas

compartilham experiências, opiniões e até registros em tempo real. Fotos, vídeos, áudios, localização e interações postados nessas plataformas podem fornecer evidências visuais e sonoras que ajudam a corroborar informações, fornecer contexto e trazer à tona eventos importantes.

Figura 6 - Trecho das mensagens da série Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil (2023)

O uso de fotos, áudios e vídeos postados em redes sociais no Jornalismo Investigativo permite uma maior proximidade com os eventos e personagens envolvidos, tornando as reportagens mais vívidas e impactantes. Essas mídias podem ajudar a reconstituir eventos, identificar pessoas-chave, documentar situações de violações de direitos ou evidenciar ações criminosas.

O uso de fotos, áudios e vídeos postados em redes sociais pelo Jornalismo Investigativo exemplifica a importância de adaptar-se às mudanças tecnológicas e aproveitar as plataformas digitais como fontes de informação. Essas mídias podem fornecer evidências visuais e sonoras poderosas, permitindo que os jornalistas investigativos revelem histórias impactantes e promovam a prestação de contas na

sociedade. Nas reportagens do TIB, os áudios foram disponibilizados nas conversas do Telegram pelos atores que se tornaram personagens da notícia, e a rede social digital serve também para coletar informações (HERMIDA, 2012).

Hermida (2012) pontua três impactos dos usos das mídias sociais no jornalismo: 1) para coletar informações; 2) para reportar notícias e 3) para recomendar as notícias. Recuero (2012, p. 7) observa da mesma forma a rede social como produtora de informação, com o usuário publicando conteúdo. A autora vê três perspectivas: “1) redes sociais como fontes produtoras de informação; 2) redes sociais como filtros de informações ou, 3) redes sociais como espaços de reverberação dessas informações”.

Com essa perspectiva, é possível enxergar as mídias sociais como um meio para “nutrir-se de ideias e informações para a elaboração de conteúdos jornalísticos” (ROST, 2012, p.2). Conteúdos produzidos e disponibilizados pelos usuários de uma rede social podem servir como fonte de informação, para comprovar uma apuração e gerar relação com a narrativa jornalística investigativa de um caso.

Os jornalistas do The Intercept Brasil se apropriaram do conteúdo exposto na plataforma para gerar uma narrativa jornalística, com um contexto específico que tinha reverberação junto à sociedade. Foram “cães de guarda” (*watchdog*) da sociedade, exercendo o papel de vigilância do jornalismo (WAISBORD, 2000).

Sobre Jornalismo Investigativo, Ettema e Glasser (1998) afirmam que “esses jornalistas detêm os meios para relatar e divulgar histórias que podem envolver o senso de certo e errado do público. Esses jornalistas são, em outras palavras, guardiões exatamente do que imaginamos ser a consciência: uma voz moralmente engajada” (ETTEMA; GLASSER, 1998, p. 4).

Inclusive, com evidências mais visíveis, o trabalho do jornalista volta a se aproximar do de um detetive. Como Melo (2016) destaca que os termos “pistas e rastros” geram conotação de aproximação entre as atividades.

A menção a pistas e rastros e a implicação entre investigação e descoberta/revelação levaram alguns estudiosos da Comunicação a identificarem a atuação do repórter investigativo como a de um detetive, atribuindo a ele o mesmo processo de raciocínio encontrado nos personagens de romances policiais, como Sherlock Holmes. Em geral, essas análises estão fundamentadas no pensamento de C. S. Peirce, especialmente na sua tricotomia (abdução, dedução e indução) que descreve a construção do conhecimento científico (MELO, 2016, p. 179).

Ainda segundo Melo (2016), a definição de "*watchdog journalism*" de Waisboord (2000) "extrai o componente do polêmico papel 'ativo' do jornalista e nos deixa com a analogia do cão que vigia, e que, ao identificar alguma anomalia, late". Portanto, "a forma como o nosso jornalista alcança a informação de um desvio não é a chave da questão. O ponto central é a ação de denunciar" (MELO, 2016, p. 183).

Seja em nome da "opinião pública" (GOMES, 2009, p. 70) ou com a atribuição de "quarto poder" (TRAQUINA, 2005, p. 48), fiscalizar o poder público é uma das formas de a imprensa exercer o jornalismo cidadão.

Ela está mais voltada para a denúncia de corrupção, para desvendar negócios ou ações ilícitas envolvendo personalidades da vida pública, seja da política, do meio artístico, empresarial e/ou esportivo. As revelações dizem respeito a questões que na maioria das vezes envolvem a justiça e a polícia. (ABREU, 2003, p. 33).

Ao longo deste capítulo, exploramos como as publicações compartilhadas em plataformas como Twitter, Facebook e, principalmente, Telegram foram utilizadas como evidências documentais na série de reportagens "Vaza Jato", do The Intercept Brasil, e corroboraram as denúncias e revelações sobre condutas questionáveis no âmbito da operação Lava Jato .

Nesse contexto, ficou evidente que as redes sociais desempenharam um papel fundamental na construção das notícias sobre as conversas vazadas, que geraram grande impacto e pressão social, levando a consequências políticas e legais significativas.

A série de reportagens Vaza Jato trouxe à tona a discussão sobre o papel das redes sociais como fontes de informação e provas jornalísticas em casos de relevância pública. Ela demonstrou a importância do Jornalismo Investigativo na busca pela transparência, pela responsabilização de autoridades e pelo fortalecimento da democracia.

À medida que novas tecnologias e plataformas digitais surgem, é fundamental que jornalistas e pesquisadores continuem a explorar as implicações e os potenciais do uso de publicações em redes sociais como provas jornalísticas. É preciso desenvolver critérios sólidos de verificação e análise, garantindo a qualidade, a confiabilidade e a ética das informações compartilhadas.

O rastro então percorreu o seguinte caminho: mensagens obtidas por uma fonte anônima que foram retiradas de uma rede social digital, o Telegram. Na

sequência, foi realizada a seleção, análise, contextualização e redação, para expor os desvios éticos e condutas que foram desveladas pela série Vaza Jato.

Conforme a Tabela 3, foram categorizados os rastros digitais obtidos na análise da Vaza Jato em: mensagens, áudio, imagem e localização. Obtemos então a seguinte categorização e números:

Tabela 5 - Categorias dos rastros digitais na Vaza Jato

Categoria	Rede Social	Quantidade de matérias
Mensagens de texto	Telegram	29
Áudio	Telegram	2
Imagem	Telegram	1
Localização	Telegram	1

Fonte: Feito pelo autor

As mensagens de texto foram o principal rastro digital encontrado nas reportagens da série Vaza Jato, bem como áudios, imagem e localização que subsidiaram a construção das narrativas jornalísticas publicadas pelo The Intercept Brasil.

Para ampliar a perspectiva desta pesquisa, analisamos o Jornalismo Investigativo baseado em provas obtidas de rede social digital num veículo local, no caso, um portal de notícias da Paraíba.

5.2 Farra das Diárias

Em maio de 2019, o portal Paraíba Já, sediado em João Pessoa (PB), deu início a uma série de reportagens intitulada "Pra onde foi a grana?". O objetivo era denunciar os gastos incomuns das câmaras de vereadores dos 223 municípios paraibanos em 2018. O levantamento foi realizado com base nos dados disponibilizados no portal do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Como desdobramento, surgiu a série "Farra das Diárias", focada em gastos das Câmaras do Conde e Santa Rita, na Região Metropolitana de João Pessoa. Essa investigação revelou indícios de um possível esquema no qual vereadores das duas

idades estariam utilizando dinheiro público para participar de eventos e cursos de fachada em diferentes partes do país.

A segunda série foi um desdobramento direto da série “Pra Onde Foi a Grana?”, baseada em jornalismo de dados, no qual o mesmo veículo investigou os gastos, de diversos tipos, de todas as 223 Câmara Municipais do estado da Paraíba. Após as casas legislativas apresentarem gastos excessivos, o Paraíba Já iniciou uma apuração específica que originou na segunda série de reportagens que utilizamos como corpus nesta pesquisa.

O autor desta pesquisa integra a equipe do portal Paraíba Já e participou das apurações e produções das reportagens investigativas. Para buscar distanciar-se e trazer um olhar diferente, entrevistou a editora do veículo, a jornalista Edilane Ferreira, para entender detalhes. Por outro lado, de modo natural, também poderá descrever processos de maneira mais eficaz.

A escolha da série de reportagens do veículo local se baseia pela notoriedade que alcançou. A "Farra das Diárias" já integrou a análise de dois artigos científicos apresentados no Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Um dos artigos, intitulado “Redes sociais digitais e os novos caminhos para a investigação: apropriação do Jornalismo Investigativo pelo portal Paraíba Já” (2021), foi escrito pelo autor desta pesquisa e integra parte desta dissertação. Além disso, a série investigativa do veículo paraibano baseou reportagem no programa televisivo dominical Fantástico, da TV Globo, e obteve expressiva repercussão na imprensa paraibana.

O outro artigo apresentado no evento da Abraji é "A nova geração e o Jornalismo Investigativo: uma análise da série de reportagens do portal Paraíba Já", de autoria de Marcella Machado. Machado (2020) destaca em seu artigo a pouca produção investigativa na Paraíba e aponta o caráter praticamente inédito da iniciativa do site paraibano:

Diante da pouca ou inexistente prática do Jornalismo Investigativo na Paraíba (MACHADO, 2020, p. 2), uma nova geração de jornalistas (ibidem, p. 2) atuou na contramão do cenário jornalístico local para produzir uma série de reportagens, algumas norteadas por novos métodos da investigação jornalística, sendo a apuração utilizando informações e dados disponíveis nas redes sociais digitais (MACHADO apud LIRA, 2021).

Analisamos as reportagens da série “Farra das Diárias” de forma mais aprofundada, após não detectarmos subsídios que estão presentes na hipótese

desta pesquisa nas produções da série “Pra Onde Foi a Grana”. Após esse filtro, partimos para identificar a utilização de publicações em redes sociais digitais como provas jornalísticas para nortear a construção de narrativas investigativas, bem como compreender o processo de inserção nos textos.

Tabela 6 - Rastros digitais na Farra das Diárias

Rede social	Rastro digital
Facebook	Foto
Facebook	Localização
Instagram	Foto
Instagram	Localização

Fonte: Feito pelo autor

5.2.1 Pré-produção

A pauta surge da iniciativa de observar o cenário escasso de Jornalismo Investigativo e de dados na Paraíba, e teve o pontapé inicial no ano de 2018. Foram mais de sete meses desde a ideia até a primeira publicação, ainda da série “Pra onde foi a grana?”.

É nesse limbo investigativo que se apresenta o estado, que em setembro de 2018 a editora-chefe do portal Paraíba Já, Edilane Ferreira, tem o estalo de investigar os gastos de todas as Câmara Municipais da Paraíba, durante sua recuperação.

Durante minha recuperação de uma cirurgia eu não conseguiria ficar totalmente parada, a redação é frenética no dia a dia e também sou assim, por isso pensei em fazer algo. Foi aí que veio a ideia da pauta, dividi com os colegas de redação e comecei a tocar. Iniciei acessando o Sagres, do TCE, e contabilizando todos os gastos. Nunca tinha visto algo dessa profundidade no jornalismo paraibano e foi aí que pensei em produzirmos todo esse material (FERREIRA, 2023, em entrevista ao autor desta pesquisa).

Sem domínio de ferramentas de raspagem de dados ou táticas iniciais de análise e tratamento de dados, Ferreira começou a obtenção dos dados na base do Tribunal de Contas do Estado em consultas sobre os empenhos das câmaras, e contou com a ajuda dos colegas de redação, Felipe Rojas e Niedja Andrade, além do autor desta pesquisa, para categorizar e aglutinar os gastos.

Criei planilhas com gastos como diárias, combustíveis, lanches, viagens, [assessoria] contábil, [assessoria] jurídica, e em cada empenho que consultava ia alocando o gasto, todo detalhado assim como no TCE, na planilha. Foi um trabalho meio que manual, mas eu sabia que teria algo ali para explorarmos jornalisticamente (FERREIRA, 2023, em entrevista ao autor desta pesquisa).

Já identificamos diversos traços do Jornalismo Investigativo na iniciativa da série do Paraíba Já, como extensão de tempo da apuração e duração (FORTES, 2005), o trabalho de investigação partindo do próprio jornalista (NASCIMENTO, 2010) e a busca por irregularidades envolvendo pessoas ligadas às posições de poder (WAISBORD, 2000).

Durante a investigação os jornalistas do veículo paraibano também realizaram incursões de infiltração, ação até então sem registros na imprensa ou meio acadêmico em âmbito local. Em dois meses diferentes, junho e julho de 2019, uma dupla de repórteres seguiu os vereadores de Conde e Santa Rita durante os cursos, ambos em Natal. Na primeira viagem, Edilane Ferreira e Felipe Rojas apuraram *in loco* a programação dos parlamentares condenses. No mês seguinte, Edilane Ferreira e o autor desta pesquisa seguiram os camaristas santa-ritenses.

O Paraíba Já participou de um dia de programação do 72º Simpósio de Agentes Públicos Municipais, em junho, onde estiveram presentes vereadores de Conde. E também acompanhou de perto a programação do 54º Fórum de Agentes Públicos Municipais, em julho, que contou com a presença de vereadores de Santa Rita. Ambos realizados em um hotel quatro estrelas na Orla da capital potiguar (PARAÍBA JÁ, 2019).

Durante as viagens, os jornalistas Edilane Ferreira e Felipe Rojas utilizaram métodos de disfarce para se descaracterizar e infiltrar-se no cotidiano dos vereadores nos locais do evento. Ferreira (2023, em entrevista ao autor) contou que os repórteres se hospedaram onde o evento iria acontecer, uma tática para já se misturar num ponto que seria crucial da pauta, o evento.

Usei perucas nas duas viagens, tive “cabelo” ruivo e outro em tom mais castanho. Já Felipe descoloriu o cabelo e usou um outro estilo de barba, quando fomos seguir os vereadores de Conde. Busquei esse método porque eu já tinha o rosto mais conhecido pelos vereadores de Conde, principalmente. E Felipe por poder ser associado ao site, porque já fazíamos algumas matérias denunciando casos da Câmara de Conde, então foi uma precaução (FERREIRA, 2023, em entrevista ao autor).

Após ou durante os cursos, os repórteres buscavam seguir e até interagir com os vereadores para entender seus hábitos, cargas horárias e outros elementos que subsidiariam a narrativa das reportagens posteriormente. Conforme Ferreira

(2023), ela chegou a conversar com um vereador de Santa Rita durante uma das várias saídas dele para a área externa do hotel durante um curso.

Um desses momentos de interação entre a repórter disfarçada e um parlamentar foi registrado em uma reportagem:

Em contato com o vereador Francisco (Cícero) Medeiros, que se identificou à reportagem como vereador de João Pessoa. [...] Cícero Medeiros demonstrou – em contato com a reportagem – insatisfação com a programação, e realizou diversas “saídas estratégicas” para fumar na área externa do hotel ou observar a orla. “Estava muito chato a aula, prefiro ver as leis pelo celular”, afirmou o vereador (PARAÍBA JÁ, 2019).

A tática do disfarce utilizada por jornalistas reforça o mito do jornalismo como um instrumento para revelar a verdade, uma representação da promessa de mostrar a realidade tal qual ela é (MORETZSOHN, 2013).

Regus (1982) argumenta que "uma maneira de obter informações que alguém está tentando esconder é o engano. Engano pode ser dividido em duas categorias gerais: engano por omissão e engano por fabricação". A segunda opção significa "evitar alguém a acreditar que uma pessoa é outra coisa que não um repórter, por meio de imitação, disfarce ou mentira (REGUS, 1982, p. 24).

Conforme Ferreira (2023, entrevista ao autor), foram aproximadamente três meses apurando os dados dos gastos das casas legislativas. No começo de 2019 os dados começaram a ser interpretados e surgiu o novo passo no processo: criar narrativas jornalísticas.

Os jornalistas começaram a analisar os dados e projetar a construção noticiosa dos números e porcentagens.

5.2.2 Produção e análise da Farra das Diárias

Em 2 de junho de 2019, origina-se a série “Farra das Diárias”, que seguiu até 10 de dezembro de 2019. Entre conteúdos das investigações, repercussões, respostas e novos dados, a série contabilizou 25 publicações no portal Paraíba Já. Participaram desta série de reportagens quatro jornalistas e uma estagiária, sendo Cógenes Lira, Edilane Ferreira, Felipe Rojas, Niedja Andrade e Giovana Fernández.

Ao analisarmos a produção referente à Farra das Diárias, selecionamos para compor o corpus desta pesquisa, três reportagens. Identificamos duas reportagens baseadas diretamente em conteúdos publicados em redes sociais digitais por parte

dos políticos suspeitos. Há um terceiro caso que há uma comprovação através de conteúdo digital, porém, tratamos como forma de problematização de conceitos a respeito do JI.

No dia 6 de junho de 2019 foi publicada a segunda matéria da série “Farra das Diárias”, a primeira que observamos a utilização da investigação em redes sociais digitais para capitanear a notícia.

A matéria “Farra das diárias: vereadores recebem para irem a evento em Natal, mas ficam em Conde”, assinada por Cógenes Lira e Edilane Ferreira. Nela, o conteúdo levanta suspeita sobre a falta de vereadores do município de Conde (PB) em evento, enquanto receberam diárias para estarem participando de curso em Natal (RN). O cerne da suspeita são publicações realizadas no Facebook e Instagram de dois parlamentares.

Através de investigação nas redes sociais digitais dos vereadores, com o cruzamento de dados entre datas das publicações e do curso, houve subsídio para basear a notícia. Foram identificadas publicações nos perfis de dois parlamentares que levantaram suspeitas.

O rastro então percorreu o seguinte caminho: o texto da reportagem cita que foi utilizado a comprovação da suposta ida, além da matrícula, dos vereadores no evento com um extrato obtido no sistema do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, uma fonte oficial. Com isso, as datas descritas no empenho da Câmara Municipal, que atestam o pagamento das diárias para os parlamentares comparecerem ao evento, foram cruzadas com os perfis de redes sociais digitais dos camaristas.

No primeiro caso exposto, uma publicação no perfil do Facebook de um dos vereadores gerou a matéria. No dia 25 de abril de 2019, o parlamentar fez uma visita às obras do Mercado Público de Conde, entretanto, num empenho registrado no Tribunal de Contas do Estado havia a informação que ele recebeu diária para estar em evento no mesmo período em Natal (RN). A matéria relata:

Porém, como o próprio vereador publiciza nas redes sociais, ele não esteve em Natal durante a realização dos eventos. No dia 25 de abril, com o Fórum acontecendo de 24 a 27 de abril, quando deveria estar no Simpósio, o parlamentar participou de uma visita às obras do Mercado Público de Conde. No dia 25 de janeiro, com evento acontecendo de 25 a 28 de janeiro, em Natal, Naldo Cell também visitou as obras do Mercado Público, que desta vez encontrava-se em estágio inicial (PARAÍBA JÁ, 2019).

Ter a segurança de que se tem indícios suficientes para iniciar uma investigação jornalística é um dos pontos de partida para o trabalho do jornalista (MARCET, 1997).

Tendo em vista que indícios são pistas ou evidências que podem ajudar a esclarecer um fato, uma situação ou uma hipótese, o jornalista então prossegue na "caçada". No jornalismo, os indícios são fundamentais para a apuração e a produção de reportagens investigativas, que buscam revelar informações de interesse público que estão ocultas ou dificultadas. Os indícios podem ser obtidos por meio de fontes, documentos, dados, imagens, áudios, vídeos ou observações diretas. Eles devem ser verificados, confrontados e contextualizados para garantir a credibilidade e a qualidade da informação jornalística.

Figura 7 - Post de um vereador de Conde



Fonte: Facebook com reprodução no Paraíba Já (2023)

Nesse contexto, o jornalista se modela nos idos atuais como um curador de conteúdo e dados (ROSENBAUM, 2011) e busca outras perspectivas sobre um fato em "documentos secundários", que não são os oficiais (ZORZAL, 2014). Publicações numa rede social, o Facebook, que tem um caráter de memória

(PALACIOS, 2002). gerou a possibilidade do cruzamento de dados para subsidiar a construção da reportagem investigativa.

Outro vereador, do mesmo município, publicou uma foto em seu perfil no Instagram onde estaria participando de uma partida de futebol entre amigos, em uma região de Conde, quando deveria estar na capital potiguar participando de cursos, dos quais também recebeu diária para realizá-lo.

Para Lorenz (2014) frente à disponibilização crescente de informações na internet, é primordial que o jornalista saiba encontrar dados e fazer suas conexões, indo além do que está visível na rede e trazendo ao leitor informações úteis para um maior entendimento contextual e crítico. Cabe ao profissional imergir nos labirintos da rede em busca dessas informações.

Figura 8 - Post de um vereador de Conde



Fonte: Instagram com reprodução no Paraíba Já (2023)

A publicação nas redes sociais digitais produz um registro documental que antes não era imaginado, sendo agora utilizado em ambientes como o jornalismo, a justiça e a política. Recuero (2009) aponta que uma das relações entre redes sociais digitais e jornalismo é a “rede social como filtro de informações”, o que se caracteriza na ação investigativa dos repórteres. Apropriando-se dos dados e mídias para inseri-los, através de um contexto analítico ao conhecimento do público.

Não foi possível precisar se a publicação fora realizada no dia do registro fotográfico, havendo a possibilidade de uma foto tirada dias atrás ser publicada em uma data posterior. Portanto, diante das possibilidades técnicas empregadas na reportagem não foi possível cravar que os parlamentares publicaram as imagens em determinada data. Entretanto, jornalisticamente, os repórteres buscaram confirmação junto à empresa organizadora do curso, onde não obteve resposta. Com isso, foi utilizada a técnica indiciária.

O jornalismo, sobretudo o investigativo, se apropria do método indiciário. Conforme Moreira (2010), o processo de investigação se realiza por meio da dedução lógica com base em pistas e fragmentos de informações aliados a informações obtidas junto a fontes concretas. Foram utilizadas informações dos empenhos presentes no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), do Tribunal de Contas do Estado (uma fonte concreta), aliado ao cruzamento de datas das publicações nas redes sociais digitais dos parlamentares (pistas) para levantar a suspeita.

A produção de quaisquer notícias por si só é parte de um processo investigativo. Certamente que entre os tipos de matérias e gêneros jornalísticos existentes, o grau de investigação também é variável. E é a partir desse processo investigatório que, por dedução lógica com base em pistas e fragmentos de informações aliados a informações obtidas junto a fontes concretas, o profissional de Jornalismo chega a conclusões que a racionalidade dos dados não nos permite visualizar numa primeira análise superficial dos fatos. (MOREIRA, 2010, p.4).

Segundo Zorzal (2014), o método indiciário "exige que o pesquisador seja um bom observador para que perceba sinais, indícios, sintomas e pistas, conseguindo, assim, desvendar acontecimentos".

Ainda assim, acreditamos que o indiciarismo tem muito a enriquecer o campo do jornalismo. A busca por outras perspectivas sobre o fato e o uso de documentos considerados secundários podem ser decisivos para a apuração de um acontecimento. No final das contas, o jornalismo também é – consideradas suas devidas proporções - um pouco história, um pouco pesquisa, um tanto investigação (ZORZAL, 2014, p. 87).

A segunda reportagem na qual identificamos a presença de dados capturados em redes sociais digitais como foco da matéria é: "Vereadores de Santa Rita fazem 'viagem em família' com diárias pagas pela Câmara", publicada no dia 28 de agosto de 2019, e assinada por Cógenes Lira, Edilane Ferreira e Felipe Rojas.

Nela, as publicações nas redes sociais digitais são mais incisivas para a denúncia. Vereadores do município de Santa Rita levavam parentes e companheiras(os) para as viagens que eram custeadas com dinheiro público, atestando teor turístico. Companheiras e cunhadas foram beneficiadas com diárias, que já tinham na viagem irmãos, namoradas e até a neta de uma parlamentar. A esposa de um vereador e as cunhadas de outro parlamentar receberam R\$ 1,6 mil como diárias.

As relações puderam ser confirmadas através da investigação nas redes sociais digitais dos parlamentares, com métodos um pouco mais aprofundados que a simples visualização dos perfis dos parlamentares.

Figura 9 - Post de uma familiar do vereador de Santa Rita



Fonte: Instagram com reprodução no Paraíba Já (2023)

Uma das imagens usadas na matéria para ilustrar que um vereador levou os irmãos e as cunhadas para Natal (RN) foi capturada após a criação de um perfil falso, produzido especificamente para seguir uma das mulheres, que tinha o perfil privado (fechado, no idioma “internetês”). Foi após a solicitação ser aceita, que gerou-se a possibilidade da averiguação de seu perfil, observando a foto publicada

na praia de Ponta Negra, orla da capital potiguar, no dia em que os cursos eram realizados, em julho de 2019.

O rastro então percorreu o seguinte caminho: identificação de parentescos através, justamente, de publicações em redes sociais digitais, em seguida análise da lista de amigos (no Facebook) e na aba “seguindo” (no Instagram) para localizar o perfil de pessoas ligadas aos políticos - uma vez que eles não publicizam “desvios de rota” nos destinos - e, para finalizar, uma forma de infiltração para comprovar a prática turística das viagens bancadas com dinheiro público.

Aplicou-se então uma remodelagem do método de infiltração, um dos processos de imersão do Jornalismo Investigativo. De acordo com König (2019), por jornalismo de imersão entende-se o método de apuração de informações no qual o jornalista se insere em uma dada realidade para melhor compreender os acontecimentos a fim de transformá-los em narrativas que ultrapassam relatos frios e pretensamente objetivos tal como previsto no formato notícia.

O jornalismo de infiltração constitui uma modalidade de imersão baseado totalmente na ocultação da identidade do jornalista. É quando o repórter entra no centro dos acontecimentos e oculta a sua identidade (RODRÍGUEZ, 1994).

O jornalista então adaptou-se ao ambiente digital e promoveu uma reconfiguração para uma nova forma de ocultar sua identidade, a ação é utilizada com um fim de captar informações que com a identidade revelada não seria possível ou difícil.

Hidalgo e Barrero (2016) destacam que a infiltração no Jornalismo Investigativo "trata sobre temas de interesse público que se encontram ocultos e, por meio dessa estratégia, busca-se trazê-los a público como forma de denúncia". Observamos na reportagem que o tom de denúncia teve um viés mais afirmativo, visto que o foco do conteúdo era expor o caráter turístico com os quais os vereadores se utilizavam da viagem da qual recebiam dinheiro público para executar.

O repórter apossou-se de sua vestimenta de “cão de guarda” e fiscalizou o poder público, estando à frente dos órgãos de fiscalização, seja Ministério Público, Tribunal de Contas ou polícia. Ação proporcionada pela técnica de “infiltração digital”, aplicada no *modus operandi* de criar um perfil falso para adentrar um espaço que proporcionou elementos de prova, contido em formato de conteúdo numa rede social digital, para reportagem investigativa.

Uma das finalidades desta técnica no jornalismo, segundo König (2019) é suprir a debilidade dos agentes públicos na garantia da transparência e da controladoria na esfera pública. A imprensa assume um papel diferente da investigação judiciária, o jornalismo tem o dever de ofício de dar publicidade ao caso investigado.

Em ambas as reportagens identificamos a prática do Jornalismo Investigativo. Fortes (2005) afirma que o Jornalismo Investigativo é uma prática diferenciada pelas circunstâncias do fato, que tendem a ser mais complexas, a extensão noticiosa e o tempo de apuração e duração, que necessariamente deve ser maior. Já Sequeira (2005) classifica o Jornalismo Investigativo como uma categoria jornalística específica, diferenciada das outras pelo processo de trabalho dos profissionais, obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada ortodoxas. O autor defende, a partir da classificação de Marques de Melo (1985), que define só duas categorias de jornalismo, sendo informativo e opinativo, que o Jornalismo Investigativo constitui uma terceira categoria da práxis jornalística.

As duas reportagens citadas anteriormente bebem na fonte da conceituação de Nascimento (2010) sobre o que é Jornalismo Investigativo. Há três pré-requisitos próprios do JI: a investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista; o tema da investigação deve ser relevante para o leitor; e o assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público (NASCIMENTO, 2010).

[...] Jornalismo Investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas por terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de Jornalismo Investigativo (NASCIMENTO, 2010, p. 13).

Seja em nome da “opinião pública” (GOMES, 2009, p. 70) ou com a atribuição de “quarto poder” (TRAQUINA, 2005, p. 48), fiscalizar o poder público é uma das formas de a imprensa exercer o jornalismo cidadão, o que identificamos nas reportagens investigativas do veículo paraibano.

As denúncias publicadas no portal Paraíba Já, através de técnicas de investigações, utilizando dados das redes sociais digitais de parlamentares e pessoas ligadas a eles, é totalmente original, um trabalho que parte dos próprios jornalistas.

As reportagens investigativas estão mais voltadas para a denúncia de corrupção, para desvendar negócios ou ações ilícitas envolvendo personalidades da

vida pública, seja da política, do meio artístico, empresarial e/ou esportivo. As revelações dizem respeito a questões que na maioria das vezes envolvem a justiça e a polícia (ABREU, 2003, p. 33).

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completá-la, aquele que busca, compara, não é um mero receptor de informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos. Não espera que os fatos se produzam; ele os desencadeia ou os para com sua investigação, dependendo dos fatos e do que tratam (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 15). Os repórteres do Paraíba Já, a partir de elementos de prova obtidos por rastros digitais, desempenham esse papel.

Para além de assessores e familiares, os jornalistas tinham em tese 29 perfis, sendo dos 18 vereadores de Santa Rita (PB) e 11 de Conde (PB), nas mais diversas redes sociais, para vasculhar informações que pudessem provar as suspeitas que embasaram a pauta. Tendo em média, que os parlamentares tivessem as duas principais redes sociais em uso no país, Facebook e Instagram, seria um universo digital de 58 contas para serem investigadas.

É nesse cenário que se faz importante a reflexão sobre o jornalista curador - o profissional que busca, filtra, classifica e utiliza informações/dados. Dentro de uma gama de novos dados ao alcance das investigações jornalísticas, surgem também o papel do jornalista enquanto curador. Frente a grande quantidade de dados na rede e em rede que a dadosfera (BEIGUELMAN, 2011 apud CORRÊA et al, 2012, p. 26) nos apresenta, a curadoria ressurgiu como um aspecto importante para comunicadores, agora com adaptação para o contexto digital.

Rogers (2011) revela que a curadoria realizada por um especialista (o jornalista) prevê habilidades bem distintas, entretanto: inclui horas compilando e analisando dados e documentos disponíveis na internet, procurando um padrão informativo e com valor-notícia para, então, a partir desse trabalho, criar um conjunto informativo perspectivado de uma maneira até então inédita.

No campo da comunicação digital, entendemos que o curador da informação assume um papel mais assertivo ao combinar competências de re-mediação, agregação de audiências, mineração de dados, inteligência distribuída, agenciamentos e adição de valor visando o exercício da ação comunicativa que, em última instância, objetiva a fixação e disseminação de mensagens, e a respectiva obtenção de valor como retorno (CÔRREA, 2012).

Os personagens investigados também deixaram rastros nas redes sociais digitais, e os jornalistas utilizaram técnicas de investigação e de jornalismo guiado por dados para fazer o cruzamento de informações com objetivo de expor denúncias de má utilização do dinheiro público e suspeita de peculato.

Conforme Bruno (2012, p. 687), ainda que o rastro seja uma virtualidade de toda ação, ele nem sempre se atualiza. Na internet, diferentemente, o rastro acompanha necessariamente toda ação, salvo que medidas para evitá-lo sejam tomadas. O que se torna potencial é a sua recuperação.

Deste modo, além ou aquém das informações pessoais que divulgamos voluntariamente na rede (posts, dados de perfil, conversações no Twitter ou no Facebook) toda ação – navegação, busca, simples cliques em links, downloads, produção ou reprodução de um conteúdo – deixa um rastro, um vestígio mais ou menos explícito, suscetível de ser capturado e recuperado. O ato comunicacional ganha uma peculiaridade na internet. Não apenas acessamos, trocamos, produzimos conteúdos e informações diversas, mas deixamos um rastro dessa comunicação. Comunicar é deixar rastro. A máxima da pragmática “não podemos não comunicar” pode ser reescrita: não podemos não deixar rastros (BRUNO, 2012, p. 687).

Ainda há uma terceira reportagem onde identificamos uma informação importante para o contexto da série de reportagens, porém ela apresenta um outro caráter. Inserimos na pesquisa para enriquecer a hipótese e a discussão entre conceitos.

Apesar de constar na matéria “Farra das diárias: 11 vereadores e servidor de Santa Rita são presos em flagrante por suspeita de peculato”, publicada no dia 5 de novembro de 2019, assinada por Cógenes Lira e Edilane Ferreira, a informação de que a palestrante do curso que seria ministrado em Gramado (RS) havia publicado uma foto no dia anterior no Ceará não partiu de investigação própria dos jornalistas.

Não recordo ao certo, mas recebemos de alguma fonte da polícia ou do Ministério Público. A informação da foto da palestrante do curso de Gramado não partiu da gente, isso que posso garantir. Estávamos sempre atento ao que todos os parlamentares implicados na Farra das Diárias postavam, mas essa de fato não foi uma apuração diretamente nossa, apesar de termos dado com exclusividade a informação (FERREIRA, 2023, em entrevista ao autor).

É o que Kovach e Rosenstiel (2003) classificam como reportagem sobre investigações. A matéria se enquadra neste aspecto, não por completo, mas tendo

características de uma reportagem sobre investigação, já que utiliza em seu conteúdo a informação repassada por uma fonte policial ou ministerial, mas que fora extraída de redes sociais digitais.

Trata-se de um desdobramento recente do conceito que tem se tornado bastante comum. De acordo com esse conceito, a reportagem se origina da descoberta ou do vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais. (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

Apesar de sua importância, a reportagem sobre investigação tem um alto risco de esbarrar numa dependência de fontes oficiais, tanto para fornecimento de informações quanto para questões que a barre. Há também o fator manipulação do jornalista. Já que em muitos casos ele só tem acesso a uma parte de uma investigação, existindo o perigo dele ser manipulado pela fonte.

Retornando à discussão sobre as publicações em redes sociais digitais deixarem rastro digitais para o Jornalismo Investigativo e apropriação pelo portal Paraíba Já, Sequeira (2005) afirma que dados e documentos não criam uma narrativa investigativa no jornalismo, mas sim o passo a mais que é dado, com observamos na série do veículo paraibano.

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentação e declarações não o define como Jornalismo Investigativo, já que todas essas informações podem ser obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de press-release. “Só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa” (SEQUEIRA, 2005, p.74).

Os jornalistas do Paraíba Já realizaram o que Nascimento (2010) chama de apuração jornalística ativa, quando o repórter revela e reúne pedaços de informações, criando entre elas ligações, até então desconhecidas.

O Jornalismo Investigativo não reporta apenas o acontecimento do fato, vai além de informar os dados, devendo contextualizá-los, interpretá-los e conectá-los a outras variáveis e informações (ROCHA; SILVA, 2014).

Nas duas reportagens observamos conceitos do JI, como apuração estendida, desvelamento de fatos que estavam ocultos e denúncia a detentores de poder público. O Jornalismo Investigativo, com frequência, aponta falhas e irregularidades de instituições públicas e, assim, descobre fatos que indivíduos

prefeririam manter escondidos. Certamente, é o tipo de jornalismo que não se acomoda com as informações dadas pelas fontes oficiais. (BOGONI E KRAMEER, 2015, p. 2).

Tabela 7 - Categorias dos rastros digitais na Farra das Diárias

Categoria	Rede Social	Quantidade de matérias
Mensagens de texto	Nenhuma	0
Áudio	Nenhuma	0
Imagem	Facebook e Instagram	2
Localização	Facebook e Instagram	2

Fonte: Feito pelo autor

Duas reportagens foram embasadas diretamente na captura dos rastros digitais categorizados como Imagem e Localização, sendo as fotos publicadas pelos agentes reportados reproduzidas por três vezes, e a localização usada também em três oportunidades ao longo das matérias. O principal foco foi demonstrar o possível crime de peculato praticados por agentes públicos e políticos, na apropriação indébita de diárias pagas pelas Câmaras Municipais localizadas no estado da Paraíba.

As novas práticas ligadas ao Jornalismo Investigativo, proporcionada pelo avanço tecnológico e os modos de comunicação, impactam as rotinas produtivas dos jornalistas. A análise desta pesquisa junto à produção do Paraíba Já, um veículo local paraibano, tem o caráter de ampliar a visão sobre os modelos de atuação profissional e compreender que os fenômenos acontecem também em outras regiões, não somente nos grandes centros sulistas do país.

Neste capítulo, analisamos as possibilidades e desafios do Jornalismo Investigativo baseado em provas obtidas em redes sociais, um novo caminho para as investigações que se apropriam dos rastros digitais e reformulam os modelos de investigar.

Vimos que as redes sociais são fontes ricas e diversas de informações, mas também exigem cuidados e critérios para sua verificação e uso ético. Apresentamos exemplos de investigações realizadas por jornalistas profissionais que utilizaram as

redes sociais como ferramentas de pesquisa, coleta e base para produção de reportagens.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo segue os avanços tecnológicos e sociais da humanidade e se reinventa ao passo, principalmente, do advento das novas tecnologias. O próprio jornalista já decodifica elementos em rede para transformá-los em dados, que se tornam provas na construção de uma reportagem investigativa. Antes inofensivas e mero entretenimento, atualmente as redes sociais digitais se refletem num espelho tanto das vaidades quanto das comprovações.

O Jornalismo Investigativo, tido como a parte mais "nobre" do jornalismo, se apropria desse meio digital para as apurações. Nas reportagens analisadas, alimentadas a partir de conteúdos obtidos em redes sociais digitais, fica evidente a intenção dos veículos em exercer o papel de "quarto poder", ao vigiar as ações dos poderes públicos (TRAQUINA, 2005). Além disso, têm o intuito de provar que os jornalistas "contribuem para a formação de uma esfera pública mais qualificada e visível" (KARAM, 2004, p. 260).

A análise destas reportagens denota que os jornalistas se pautam pelo que julgam ser um "bem maior", o interesse público acima do interesse privado. A prática do Jornalismo Investigativo nesse contexto implica habilidades específicas (RINGOOT; RUELAN, 2007). Identificamos na análise dos resultados alguns dos conceitos de Deuze (2005), ao tratar sobre categorizações dos valores e elementos da ideologia dos jornalistas, como serviço público e autonomia.

1) Serviço público: jornalistas prestam um serviço público (como cães de guarda); 2) Objetividade: os jornalistas são imparciais, neutros e objetivos, justos e credíveis; 3) Autonomia: os jornalistas devem ser autônomos, livres e independentes em seu trabalho; 4) Resposta imediata: os jornalistas têm um senso de imediatismo, atualidade e velocidade (inerente ao conceito de "notícias"); 5) Ética: os jornalistas têm um senso de ética, validade e legitimidade. (DEUZE, 2005, p. 447,).

Os jornalistas produzem signos e senso de cidadania através de reportagens investigativas baseadas em provas obtidas nas apurações junto às redes sociais digitais.

Com novas técnicas, influenciadas por Jornalismo Guiado por Dados (JGPD) e Reportagem Auxiliada por Computador (RAC), os jornalistas buscaram apoderar-se de dados deixado por rastros digitais dos vereadores e personagens ligados aos parlamentares no intuito de denunciar a usurpação do dinheiro público

ou o uso equivocado dos recursos. Como ressalta Bruno (2012), “não se pode não deixar rastro. Comunicar é deixar rastro” (LIRA, 2021).

Atingimos o objetivo proposto no problema desta pesquisa, ao identificar a possibilidade de informações, dados, fotos, vídeos, localizações e outros elementos publicizados em plataformas como Facebook e Instagram, que antes tinham mero caráter de entretenimento ou contato com amigos, tomar um teor documental e comprobatório no jornalismo. De modo que passaram a ser utilizados para referendar informações em reportagens investigativas. Há uma resignificação dos *posts*, que agora assumem um caráter documental e comprova-se sua usabilidade nas narrativas jornalísticas, sobretudo no JI.

Toda ação humana pode deixar atrás de si rastros de diferentes qualidades. Não é diferente no ambiente digital. Os rastros digitais estão espalhados por todo ciberespaço. Os rastros digitais são o vestígio de uma ação efetuada por um indivíduo qualquer no ciberespaço. Esses rastros podem ser entendidos como pegadas que deixamos nas redes de comunicação distribuída, especialmente na internet, onde toda ação deixa um rastro potencialmente recuperável, constituindo um vasto, dinâmico e polifônico arquivo de nossas ações, escolhas, interesses, hábitos e opiniões (BRUNO, 2012).

O potencial de memória (Palacios, 2012) da internet, e das redes sociais digitais que nela estão inseridas, é um ponto salutar da sua apropriação por parte do Jornalismo Investigativo. Como afirma Bruno (2012, p. 686-687), quando se trata especificamente de rastros digitais, deve-se observar que eles são quase todos visíveis, duráveis e persistentes, quase cem por cento recuperáveis, podem ser voluntários ou conscientes e possuem assinatura, mas também podem ser mantidos no anonimato e representar tanto o coletivo quanto o individual.

Foram apenas duas séries analisadas, mas serviu de base para compreender esse novo ambiente para a investigação jornalística. E a partir da análise desta pesquisa, destacamos algumas características dos elementos utilizados para produção de reportagens investigativas do *corpus*.

a) Mensagens: chats são elementos com extremo potencial de substanciar uma reportagem, a partir da análise dos diálogos, assim como na Vaza Jato, é possível identificar relações, desvios, crimes, más condutas e outras ações que podem ser de interesse público;

b) Imagem: uma das grandes místicas em torno do que entendemos por prova, em diversos âmbitos, é o registro imagético. Uma foto, um registro fotográfico de um documento, uma imagem replicada, podem se configurar numa comprovação crucial para a reportagem. Observamos em mais destaque no caso da Farra das Diárias;

c) Áudio: outro item valioso quando tratamos sobre provas é a comprovação vocal em áudios ou gravações. Uma ligação gravada, conversa registrada, áudio enviado em mensageiros instantâneos ou plataformas se tornam uma mídia importante para os jornalistas. Duas reportagens do caso Vaza Jato foram inteiramente focadas em áudios, o que denota o forte teor da mídia;

d) Localização: marcada numa foto, descrita numa legenda, enviada numa conversa, informada numa mensagem, a localização pode comprovar uma das pistas mais basilares de um possível delito, que é onde se estava, para onde indicava ou onde se situava um personagem central da narrativa jornalística. Nas duas séries de reportagens analisadas identificamos o uso dessa tática para substanciar as narrativas, seja para localizar um parlamentar numa cidade ou comprovar o recebimento de auxílio indevido;

e) Publicações: de forma geral, uma publicação seja ela de qualquer forma, serve para destacar, comprovar, rebater, provar ou contextualizar uma informação da reportagem. Como no caso de uma matéria da Vaza Jato, onde foi apontado o caráter “apolítico” da Operação Lava Jato defendido pelo ex-procurador Deltan Dallagnol, e usou-se um tuíte do ex-membro do MPF para sustentar tal indicação; o que contrastava com o teor das conversas expostas na série do The Intercept Brasil.

A internet é um ambiente propício para investigações por uma característica singular: não há como não deixar rastro nas ações realizadas na internet. Eles são persistentes e muito fáceis de serem recuperados (BRUNO, 2012).

Dentro de uma gama de novos dados ao alcance das investigações jornalísticas, surgem o papel do jornalista enquanto curador. Frente a grande quantidade de dados na rede e em rede que a dadosfera (BEIGUELMAN, 2011 apud CÔRREA et al, 2012, p. 26) nos apresenta, a curadoria ressurgiu como um aspecto importante para jornalistas, agora com adaptação para o contexto digital.

A curadoria realizada por um especialista (o jornalista) prevê habilidades bem distintas, como: inclui horas compilando e analisando dados e documentos disponíveis na internet, procurando um padrão informativo e com valor-notícia para,

então, a partir desse trabalho, criar um conjunto informativo perspectivado de uma maneira até então inédita.

No campo da comunicação digital, entendemos que o curador da informação assume um papel mais assertivo ao combinar competências de remediação, agregação de audiências, mineração de dados, inteligência distribuída, agenciamentos e adição de valor visando o exercício da ação comunicativa que, em última instância, objetiva a fixação e disseminação de mensagens, e a respectiva obtenção de valor como retorno (CÓRREA, 2012).

Há a constatação de que como os dados obtidos em redes sociais digitais tiveram características próprias para gerar narrativas do que teóricos tratam como Jornalismo Investigativo, e foram utilizadas de modo que subsidiaram reportagens das séries, ficou comprovado que houve o exercício do Jornalismo Investigativo abastecido por apurações acontecidas em redes sociais digitais.

Tal reflexão é essencial porque, no passo que as formas de se comunicar evoluem, o jornalismo segue o mesmo ritmo, se apropriando de novos espaços para buscar informações, adentrando plataformas para apurar e investigar acontecimentos, indivíduos, articulações e mídias. Há uma evidente cooperação dos registros, dos mais variados formatos, para construção de narrativas jornalísticas no âmbito do Jornalismo Investigativo. Portanto, se faz necessário pesquisas que enriqueçam as perspectivas dentro desse cenário, diante da escassa produção acadêmica que relacionem os dois princípios - JI e redes sociais digitais - dessa forma.

Este estudo deixa claro que a tecnologia nas suas mais diversas faces - redes sociais digitais, blogs, sites, etc - deixa rastros digitais valiosos para o fazer jornalístico do Jornalismo Investigativo. O rastro digital, composto por informações deixadas pelos indivíduos na internet e em dispositivos eletrônicos, representa um recurso incrivelmente valioso para o jornalismo investigativo. Nesta era digital, praticamente tudo o que fazemos deixa vestígios online, desde interações em redes sociais até transações financeiras e pesquisas na internet. Esse vasto volume de dados pode ser explorado pelos jornalistas investigativos de várias maneiras. O rastro digital é uma mina de informações valiosas para o jornalismo investigativo.

O rastro digital é um recurso inestimável para o jornalismo investigativo, proporcionando não apenas acesso a informações cruciais, mas também uma variedade de ferramentas para coletar, analisar e apresentar histórias de maneira

impactante. Como notamos nas séries investigativas analisadas, isso vai desde a verificação de fatos até a exposição de irregularidades e a divulgação de informações confiáveis, o rastro digital é uma fonte indispensável de dados e narrativas para os jornalistas investigativos modernos.

Por fim, destacamos este processo como um novo elemento para investigação jornalística. O jornalista também é um curador digital, atento ao que circula nas plataformas digitais e na Internet, é preciso um novo faro para interceptar, capturar, interpretar e reportar com informações e dados obtidos através da apuração junto a redes sociais digitais. Há um novo caminho para a investigação, entre links, comentários, inscrições, lista de amigos, visualizações, curtidas, geolocalizações, arrobas e marcações.

Existem e existirão novas irregularidades envolvendo pessoas ligadas ao poder, injustiças sociais acontecendo, direitos humanos violados e mazelas cotidianas para serem enfrentadas, nas ruas e nas redes sociais. É preciso estar atento aos novos caminhos para a investigação. É papel do jornalista estar e seguir vigilante, afinal são “cães de guarda” da sociedade.

7. REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Jornalismo cidadão**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 31, p.35-40, 2003.
- AGUIAR, Leonel. **A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital**. In: RODRIGUES, Carla (org.). Jornalismo Online: modos de fazer. Rio de Janeiro: Editora Sulinas, 2009.
- ALVES, R. **A notícia na internet: o processo de circularidade do webjornalismo pelo olhar ecossistêmico**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- ALVES MELO, Seane. **Discursos e práticas: um estudo do jornalismo investigativo no Brasil**. 2015. 152 f. Dissertação (Pós-graduação em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. <Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-19092016-155529/publico/SEANEALVESMELO.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- ALVES MELO, Seane. **Da grande reportagem ao escândalo político: os percursos do jornalismo investigativo no Brasil**. Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, 2016. <Disponível em: https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/2/seane_alves_melo.pdf> Acesso em: 14 jun. 2021.
- ANDERSON, C. W; BELL, E ; SHIRKY, C. **Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos**. In: Revista de jornalismo ESPM, ano 2, n. 5, abril/junho de 2013, p. 30-89.
- ASSIS, D. **As redes sociais como meio de prova judicial**. 2021. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/89266/as-redes-sociais-como-meio-de-prova-judicial>>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- ÁVILA, A. **Estupro coletivo no Rio: sentidos que emergem da trama entre jornalismo e comentários no Twitter**. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.
- BAACK, S. **A new style of news reporting: Wikileaks and data-driven journalism**. Cyborg Subjects, 2011. Disponível em: <<http://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/40025>>. Acesso em 15 maio 2022.
- BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital e informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre UAI e o iBahia**. Universidade da Beira Interior – Portugal, BOCC, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzanaportais-mestrado.pdf>> Acesso em 7 de janeiro 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BARDOEL, J.; DEUZE, Mark. **Network journalism: converging competences of media professionals and professionalism.** In: Australian Journalism Review. 23, 2001, p.91-103.

BAZZO, Jéssica. **O jornalismo de dados e sua incorporação no bacharelado em Jornalismo.** 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

BENIGNO NETO, E. M. **Internet Impressa? A influência do hipertexto no projeto gráfico da Folha de S. Paulo.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo. 111 p. 2008.

BOGONI, Fabricia; KRAMER, Luciana. **O Uso de Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) por Jornalistas Investigativos: Um Estudo de Casos Múltiplos.** São Paulo, II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, Universidade Anhembi-Morumbi, 2015. <Disponível em: https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/2/fabricia_bogoni_luciana_kraemer.pdf> Acesso em: 13 jun. 2021.

BOTÃO, A. **A notícia na ponta dos dedos: as multitarefas que constroem o jornalismo digital em dispositivos móveis.** 2013. 229 f., Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BOUNEGRU, L. **Data journalism in perspective.** The Data Journalism Handbook: how journalists can use data to improve the news. Sebastopol: O'Reilly: 2012. p. 17-22.

BOYD, D.; ELLISON, N. **Social network sites: Definition, history, and scholarship.** In: Journal of Computer-Mediated Communication, 13, article 11, 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRADSHAW, P. **O que é Jornalismo de Dados.** Manual de Jornalismo de Dados. 2014. Disponível em: <http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao_0.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRANDÃO, E. R. **Rotinas de uso de computadores, smartphones e/ou tablets para acessar formatos de conteúdos relacionados à TV sob o ponto de vista do design centrado no usuário.** Tese (Doutorado em Design). 2015. Rio de Janeiro. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2015.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios.** 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRUNO, Fernanda. **Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede.** Revista FAMECOS (Online), v. 19, p. 681, 2012.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa.** São Paulo: Cia da Letras, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

CASTELLS, Manuel. **Internet e sociedade em rede**, in: MORAES, Dênis de (Org.). Por uma Outra Comunicação. Rio de Janeiro, Record, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. EUA: Oxford University Press, 2009.

CANAVILHAS, J. M. **Webjornalismo** : considerações gerais sobre jornalismo na web. Universidade da Beira Interior – Portugal, BOCC, 2001.

CHAMUSCA, M. **Dar voz e ouvir o cidadão**: participação popular, rastros digitais e gestão cibernética da cidade. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, p. 45-46. 2017.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CODDINGTON, Mark. **Clarifying journalism's quantitative turn**: a typology for evaluating data journalism, computational journalism, and computer-assisted reporting. Digital Journalism, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2014.976400>>. Acesso em 17 jun. 2021.

COMMISSION ON FREEDOM OF PRESS (1947). A free and responsible press – a general report on mass communication: newspapers, radio, motion pictures, magazines and books. Chicago: University of Chicago Press.

CORRÊA ES, FERRAZ H, SILVA T. **Curadoria digital e o campo da comunicação**. São Paulo: ECA. 2012.

CRUCIANELLI, S. **Jornalismo de dados**: o bom, o mau e o feio. IJNet. 2018. Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/story/jornalismo-de-dados-o-bom-o-mau-e-o-feio>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DAGIRAL, E.; PARASIE, S., 2011, **Portrait du journaliste en programmeur**. L'émergence d'une figure du journaliste hacker, Cahiers du Journalisme, no 22-23, p. 144-154.

DIAS, Anelise; GEHRKE, Marília. **Jornalismo investigativo e transparência pública**: o caso GDI. São Paulo, Anais do IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, 2017. <Disponível em: https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/4/Jornalismo_investigativo_e_transparencia_publica_o_caso_GDI.pdf> Acesso em: 14 jun. 2021.

DINHOPL, A.; GRETZEL, U. **Selfie-Taking as Touristic Looking**. Annals of Tourism Research, v. 57, 2016.

DIREITO DIÁRIO. **Postagens em redes sociais como instrumento probatório em processo judicial**. JusBrasil. 2017. Disponível em: <<https://direitodiario.jusbrasil.com.br/artigos/519775822/postagens-em-redes-sociais-como-instrumento-probatorio-em-processo-judicial>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

DUARTE, Letícia; THE INTERCEPT BRASIL. **Vaza Jato**: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. **Custodians of conscience**: investigative journalism and public virtue. New York: Columbia University Press, 1998.

FAUSTINI, Eduardo. **“Esses corruptos não têm medo de processo. Têm medo é da exposição”**. Gazetaonline, 2015. Entrevista concedida a Eduardo Caliman. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/12/noticias/cidades/3916945-essescorruptos-nao-tem-medo-de-processo-tem-medo-e-da-exposicao.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

FELLE, T. **Digital watchdogs?** Data reporting and the news media's traditional 'fourth estate' function. Journalism: Theory, Practice & Criticism, [s.l.], v. 17, n. 1, p.85-96, 13 jul. 2015. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1464884915593246>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**. Aracaju: Editora UFS, 2005.

FREITAS, Viviane . **O papel social do jornalismo comunitário**: um estudo do Jornal Cantareira. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação , v. 10, p. <http://www.bocc>, 2006.

FREUD, S. (1914-1916). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. 5 lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago.

GEAROLA, J. **Perfis nas redes sociais e a prova em processo judicial**. 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/perfis-nas-redes-sociais-e-a-prova-em-processo-judicial/380293475>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORDANO, F. BOZZ, A. **O papel social do jornalismo**: a crise dos grandes veículos e a necessidade das novas formas de comunicar. Intercom, Goiânia, 2019. In: Brasileiro de Ciências da Comunicação, Goiânia, GO, 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0130-1.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

GOMES, C.R.. **Origens do conceito de opinião pública**: um diálogo com Hannah Arendt e JurgenHabermas. Comunicação & Sociedade, v. 28, no. 46, p.43-56, 2006.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GONÇALVES, Elias M. **Jornalismo na Internet**. Pauta Geral. Ano III, No. 4, mai/ago, 1996.

GUERRA, Josenildo. **O Percurso Interpretativo na Produção da Notícia**. Natal: Fundação Teixeira Oviedo, 2008.

HELMOND, A. **A plataformização da web**. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339509104_A_Plataformizacao_da_Web/citation/download>. Acesso em: 01 fev. 2023.

HERMIDA, A. **Social journalism**: Exploring how social media is shaping journalism. The handbook of global online journalism. 2012.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Cláudia (orgs.) - Ed. Vozes, Petrópolis, 2008. 2ª Edição.

HIDALGO, Antonio López; BARRERO, María Ángeles Fernández. Revista Parágrafo: **Dossiê práticas jornalísticas**. FIAMFAAM, São Paulo, v. 4, n. 2, 8a edição. Jul-Dez. 2016.

HOWARD, Alexander. **The art and science of data-driven journalism**: when journalists combine new technology with narrative skills, they can deliver context, clarity and a better understanding of the world around us. Nova York: TOW Center for Digital Journalism, 2014. Disponível em: <<http://towcenter.org/wp-content/uploads/2014/05/Tow-Center-DataDriven-Journalism.pdf>>. Acessado em 07/05/2017>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

KALLAS, M. B. L. M. (2016). **O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise**. Reverso, Belo Horizonte, 38 (71), 55-64. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v38n71/v38n71a06.pdf>>. Acesso em 13 ago 2020.

KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. **Users of the world, unite!** the challenges and opportunities of social media. Business horizons, 2010.

KARAM, F. J. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KIETZMANN, J.H. et al. **Social media?: get serious!** Understanding the functional building blocks of social media. *Business Horizons*, Bloomington, v. 54, n. 3, p. 241-251, 2011.

KONIG, Mauri. **K82 Limites éticos e legais no jornalismo de infiltração em reportagens do GDI do Grupo RBS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

KOVACH, BILL. ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KRAEMER, Luciana; NASCIMENTO, Solano. **O uso de RAC por estudantes de jornalismo na fiscalização de políticas públicas: um estudo de casos múltiplos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 11, 2013, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/viewFile/2482/462>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEGARD, Robin; KEEGAN, Jill; WARD, Kit. (2003), **"In-depth Interviews"**, in J. Ritchie; J. Lewis (org.), *Qualitative Research Practice: A Guide for Social Science Students and Researchers*. SAGE Publications, London

LEMOS, André. **A comunicação das coisas**. Internet das Coisas e Teoria Ator-Rede. Etiquetas de Radiofrequência em uniformes escolares na Bahia. In: Fernando Pessoa. (Org.). *Cyber Arte Cultura: A trama das redes*. 1ed. Rio de Janeiro: ES Museu Vale, 2013, v. 1, p. 18-47.

LEWIS, Seth C. **The tension between professional control and open participation**. *Information, Communication & Society*, [s.l.], v. 15, n. 6, p.836-866, ago. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/1369118x.2012.674150>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LIMA, João Gilberto do Nascimento. **Lutas e dinâmicas em torno do "jornalismo investigativo" no Brasil**. 360 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. <Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/206370/001112650.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 14 jun. 2021.

LIMA, S. **Jornalismo investigativo: desafios, impasses e oportunidades na era digital**. In:XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011, Recife. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2127-1.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

LINS, A. **Jornalismo de dados e o redesenho algorítmico do processo de construção da notícia**. Dissertação (Mestrado em Indústrias Criativas). 122 f. Recife. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2020. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1294/5/Ok_arline_alessana_lira_lins.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LIRA, Cógenes. **Redes sociais digitais e os novos caminhos para a investigação**: apropriação do jornalismo investigativo pelo portal Paraíba Já. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 8., 2021, São Paulo. Anais... São Paulo: ABRAJI, 2021. Disponível em: <https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/e0aeb986-ad3b-48e1-a2a2-3bf33069ce47/Redes_sociais_digitais_e_os_novos_caminhos_para_a_investigacao_Cogenes_de_Lira_e_Laerte_da_Silva_VIII_Seminario_de_Pesquisa_da_Abraji.pdf>

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

LOPES, Fernanda Lima. **Jornalismo**: uma profissão em crise?. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 58-72, janeiro/junho 2011.

LORENZ, Mirko. **Por que jornalistas devem usar dados?** 2014. In. Jonathan Gray, Liliana Bounegru, Lucy Chambers (org). Manual de Jornalismo de Dados. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>> Acesso em 9 ago 2020.

MACHADO. Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.

MACHADO, E. PALÁCIOS, M. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador. Edições GJOL, Calandra, 2003.

MACHADO, Marcella. **A nova geração e o Jornalismo Investigativo**: uma análise da série de reportagens do portal Paraíba Já. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 7., 2020, São Paulo. Anais... São Paulo: ABRAJI, 2020. <Disponível em: <https://www.abraji.org.br/publicacoes/a-nova-geracao-e-o-jornalismo-investigativo-uma-analise-da-serie-de-reportagens-do-portal-paraiba-ja>> Acesso em: 11 jun. 2021.

MADRUGA, T, LUDWIG, M. **A responsabilidade do jornalista na contemporaneidade**: o papel da formação profissional no combate das fake news. 2018.

MAR CET, Jose Maria Caminos. **Periodismo de investigacion**: Teoria y practica. 1. ed. Madrid: Sintesis, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hackers, 2000.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. A melhor profissão do mundo. 2006. Disponível em: <<http://www.telejornalismo.com/marquez.html>>.

MARTINS, L. **Imprensa e Cidadania**: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 47-74.

MASTRELLA, Bruna. **Os discursos de legitimação do Jornalismo Guiado por Dados**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação - Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

MATA, M. J. **A autocrítica no jornalismo**: o ombudsman na imprensa nacional e estrangeira. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

McCHESNEY, Robert. W.. Digital Disconnect. **How capitalism is turning the internet against democracy**. The New Press, New York. 2013.

MEDEIROS, A.; CRANTSCHANINOV, T.; SILVA, F. **Estudos sobre accountability no Brasil**: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. 2013. <Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/kPqPQT38HLbdHB9CzmKkdLC/?lang=pt#>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MELO, J. M. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Editora Paulus, 2012.

MELO, Seane Alves. **Da grande reportagem ao escândalo político**: os percursos do jornalismo investigativo no Brasil. *Parágrafo*, v. 4, n. 2, p. 176-185, 2016.

MESQUITA, M. O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea. Coimbra: Minerva Coimbra, 2003.

MEYER, Philip. **Precision Journalism**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

MIELNICZUK, Luciana; Hennemann, Gustavo; Silveira, Stefanie. **Mapeamento e características do jornalismo online brasileiro**: estudo comparativo dos levantamentos realizados em 2001 e em 2004. In: *II SBPJor*, Foz do Iguaçu, PR, 2004.

MIRANDA, J. Responsabilidade social: entre a liberdade de imprensa e o enquadramento do mercado. Universidade da Beira Interior. 2018. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/miranda-joao-2018-responsabilidade-social.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2022.

MOREIRA, Renato H. S. **Indiciário e história oral**: ferramentas metodológicas interdisciplinares entre a história e o jornalismo. Vitória, Intercom, 2010.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MUHLMANN, G. **Du journalisme en démocratie**. Paris: Payot & Rivages, 2004.

MUSSO, P. **Ciberespaço, figura reticular da utopia tecnológica**. In Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2005.

NORONHA, Mariana Galvão. **As especificidades do Jornalismo Investigativo**: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa. 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado em Processos Jornalísticos), Ponta Grossa, 2017. Disponível: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/64>> Acesso em: 11 jun. 2021.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, Informação e Memória**: Apontamentos para debate, in: http://www.facom.ufba.br/jol/doc/covilha_palacios.doc. Acesso em 19 jan. 2022.

PATTON, Michael Quinn. (2002), **Qualitative Research and Evaluation Methods**. Thousand Oaks, Sage Publications: USA.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. Ed. 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

PERDOMO, N. **A função social do jornalismo no mercado de notícias**. Monografia (Graduação em Jornalismo). Porto Alegre. 62 p. 2015.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado**: o jornalismo como profissão. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidadejornalista.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2022.

PINHEIRO, R. **A Educomunicação e as novas formas de Cidadania e Jornalismo**. Intercom, Foz do iguaçu, 2014. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguazu, PR, 2 a 5 de setembro de 2014, Anais disponível eletronicamente em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1577-1.pdf>> Acesso em: 22 de maio de 2022.

PIQUÉ, Antoni Maria. Este muerto está muy vivo, queridos talibanes. Paper Papers (blog), 2012.

PORCELLO, F. A. C. ; SARTORI, D. **Jornalismo e Escândalos Políticos**: o confronto entre o julgamento e a objetividade.. Comunicação & Informação (UFG) , v. 16, p. 40-52, 2014.

PORTO, Mauro P. **A crise de confiança política e suas instituições**: os mídia e a legitimidade da democracia (pp. 41 a 64). In Baquero, M. (Org.), *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 1996.

PROTESS, D. L. et al. **The Journalism of outrage**: investigative reporting and agenda building in America. New York: The Guilford Press, 1991.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REYES, Gerardo. **Interstícios Del Periodismo de Investigación**. Primera Epoca, volume 1, ano II, 1998. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art12.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RINGOOT, R.; RUELLAN, D. **Journalism as Permanent and Collective Invention**. *Brazilian Journalism Research*, 3(2), 67–76, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.25200/BJR>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ROCHA, Paula Melani; SILVA, Gisele Barão da. **A necessidade do conhecimento em investigação jornalística de precisão na formação do profissional para fortalecer as deontologias do jornalismo e seu exercício na sociedade contemporânea**. *Estudos em Comunicação*, n. 16, 2014.

ROCHA, V. **Da teoria à análise**: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Virginia-Rocha/publication/346956838_DA_TEORIA_A_ANALISE_Uma_introducao_ao_uso_de_entrevistas_individuais_semiestruturadas_na_ciencia_politica/links/5fd3e05592851c13fe7be45d/DA-TEORIA-A-ANALISE-Uma-introducao-ao-uso-de-entrevistas-individuais-semiestruturadas-na-ciencia-politica.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

RODRÍGUEZ, Pepe. **Periodismo de Investigación**: Técnicas y Estrategias. Barcelona: Editora Paidós, 1994.

ROGERS, S. **Facts are Scared**: the power of data. Ed: 1. Londres: Faber & Faber, 2012.

ROSENBAUM, Steve. **Curation nation**: how to win in a world where consumers are creators. The McGraw-Hill Companies, 2011

ROST, Alejandro. **Periodismo y Twitter**: A 140 y capota baja. In: IRIGARAY, Fernando; CEBALLOS, Dardo; MANNA, Matías (Ed.). *Periodismo Digital: convergencias redes y móviles*. Rosario: Labor de Libros Editor, 2011. p. 99-118. Disponível em: <<https://goo.gl/73yr5G>>. Acesso em: 05 maio 2023.

ROYAL, C. **The Journalist as Programmer**: A Case Study of The New York Times Interactive News Technology Department. The official research of the International symposium on online journalism (ISOJ). Disponível em: <<https://tech.cindyroyal.net/theprogrammer-as-journalist-2/>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SALAVERRÍA, R.; NEGREDO, S. **Periodismo integrado**: con-vergencia de medios y reorganización de redacciones. Barcelona: Editorial Sol90 Media, 2009.

SALAVERRÍA, Ramón. **Digital journalism**: 25 years of research. Review article. El profesional de la in-formación, v. 28, n. 1, 2019.

SANTORO, Daniel. **Técnicas de investigación**: métodos desarrollados en diários y revistas de América Latina. Cidade do México: FCE, 2004.

SEABRA, Roberto. **Jornalismo político**: história e processo. In: _____. Jornalismo político: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.139.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo Investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Ed. Summus. 2005.

SILVA JÚNIOR, J. A. **Características e usos da hipermídia no jornalismo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação), 2003, UFBA, Salvador. Disponível em: <www.facom.ufba.br/jol/producao_dissertacoes.htm>.

SILVA, L. R. C., DAMASCENO, A. D., MARTINS, M. C. R., SOBRALI, K. M., & FARIAS, I. M. S. (2009). **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na atuação docente. In IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, III Encontro brasileiro de psicopedagogia (pp. 4554-4566). Paraná: PUCPR. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf>. Acesso em 17 jun. 2021.

SOUZA, Maria do C. **A Nova República brasileira**: sob a espada de Dâmocles (pp. 563 a 627). In Stepan, A. (Org.), Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOLEDO, José Roberto de. **Basômetro**: passando o poder da narrativa para o usuário. In: GRAY et al. (orgs.). Manual de jornalismo de dados: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens. São Paulo: Abraji/EJC, 2013a. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>>. Acesso: 31 abr. 2022.

_____. Prefácio: “pirando” nos dados. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José R. de; TEIXEIRA, Marco A. C. (orgs.). **Análise política & jornalismo de dados**: ensaios a partir do Basômetro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **As teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005.

TRÄSEL, M. **Jornalismo guiado por dados**: aproximações entre a identidade jornalística e a cultura hacker. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, p. 291, jan./jun. 2014.

TRÉDAN, Olivier. **Quando o jornalismo se utiliza da Web**: o exemplo do datajornalismo. In: MOURA, Dione; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). Mudanças e permanências do jornalismo. 1a ed. Florianópolis: Insular, 2015.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teoria e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

VASCONCELLOS, F.; MANCINI, L. **Jornalismo de Dados**: conceito e categorias. 2016. Revista Fronteiras Estudos Midiáticos. V 18, nº1, pág. 69-82.

VOS, Tim P. **Historical perspectives on journalistic roles**. In: MELLADO, Claudia; HELLMUELLER, Lea; DONSBACH, Wolfgang (Orgs.). Journalistic role performance: concepts, contexts, and methods. New York: Routledge, 2017. p. 63-85.

WEINBERG, D. **Too Big to Know**. Basic Book. Kindle Edition, 2012.

WINCH, R.; BORELLI, V. Sentidos sobre o jornalismo investigativo no discurso de reportagens da Agência Pública. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 12, p. 264-276, 2015.

ZENHA, L. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323642463_12_-_Redes_sociais_online_o_que_sao_as_redes_sociais_e_como_se_organizam_revisado_com_palavras_chave>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

ZORZAL, Gabriela. **Paradigma indiciário e o campo do jornalismo**: possíveis aproximações. Revista Sinais, n. 15, jun. 2014. ISSN 1981-3988. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/8598/6049>>. Acesso em: 20 maio 2023.